



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ARTE,
CULTURA E HISTÓRIA (ILAACH)**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
INTERDISCIPLINAR EM ESTUDOS
LATINO-AMERICANOS (PPGIELA)**

**EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA EM CONTEXTO DE FRONTEIRA
O CASO DA UNILA**

RAFAEL FRANCA PALMEIRA

Foz do Iguaçu
2025



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ARTE,
CULTURA E HISTÓRIA (ILAACH)**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
INTERDISCIPLINAR EM ESTUDOS
LATINO-AMERICANOS (PPGIELA)**

**EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA EM CONTEXTO DE FRONTEIRA
O CASO DA UNILA**

RAFAEL FRANCA PALMEIRA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Estudos Latino-Americanos.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª Angela Maria de Souza

Coorientadora: Prof^ª. Dr^ª Naomi Anaue Burda

Foz do Iguaçu
2025

RAFAEL FRANCA PALMEIRA

**EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA EM CONTEXTO DE FRONTEIRA
O CASO DA UNILA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Estudos Latino-Americanos.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Angela Maria de Souza
UNILA

Coorientadora: Prof^ª. Dr^ª Naomi Anaue Burda
UNILA

Prof^ª. Dr^ª. Juliana Pirola da Conceição
UNILA

Prof. Dr. Juan Inagcio Brizuela
UNILA

Foz do Iguaçu, 29 de abril de 2025.

Catálogo elaborado pelo Setor de Tratamento da Informação
Catálogo de Publicação na Fonte. UNILA - BIBLIOTECA LATINO-AMERICANA - CENTRAL

P172

Palmeira, Rafael Franca.

Extensão universitária em contexto de fronteira: o caso da UNILA / Rafael Franca Palmeira. - Foz do Iguaçu, 2025.

147 f.: il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos. Foz do Iguaçu - PR, 2025.

Orientadora: Angela Maria de Souza

Coorientadora: Naomi Anaue Burda.

1. Extensão universitária. 2. Fronteira. 3. Interdisciplinar. 4. Universidades. 5. Universidade da Integração Latino-Americana - UNILA. I. Souza, Angela Maria de. II. Burda, Naomi Anaue. III. Título.

CDU 378.4

À Liana, companheira de existência.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço à minha companheira, Liana Genovez, por todo carinho, apoio e parceria.

À minha orientadora, Prof^a. Dr^a. Angela Maria de Souza, que, desde o primeiro momento, me incentivou a seguir o caminho que escolhi.

À Prof^a. Dr^a Naomi Anaue Burda, uma pessoa querida, que conheci de forma inesperada e se tornou minha coorientadora.

À Prof^a. Dr^a Maria das Graças Cleophas Porto pelas importantes contribuições dadas durante o exame de qualificação.

À Prof^a. Dr^a Juliana Pirola da Conceição e ao Prof. Dr. Juan Ignacio Brizuela, que aceitaram, gentilmente, o convite para compor esta banca.

Aos colegas de trabalho Marcia Lurdes de Souza, Rogerio Motta Moreira e Denner Mariano de Almeida, sem os quais parte desta pesquisa não seria possível.

Um agradecimento especial à Michele de Oliveira Jimenez, uma grande amiga, com quem as trocas acadêmicas foram essenciais nesta caminhada.

Por fim, agradeço à Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal da Integração Latino-Americana pelo suporte e compreensão da importância deste trabalho para meu desenvolvimento acadêmico e profissional.

*[...] é preciso ter ainda caos dentro de si,
para poder dar à luz uma estrela dançante.*

**(Friedrich Nietzsche, em "Assim falou
Zaratustra")**

RESUMO

Passada mais de uma década desde sua criação, podemos afirmar que a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) encontra-se estabelecida no espaço da fronteira trinacional Argentina-Brasil-Paraguai. Sua articulação com o poder público e outras instituições, assim como sua atuação junto à comunidade, contribuíram para a construção de uma relação de pertencimento com seu entorno. No decorrer desse processo, as ações de extensão tiveram um papel fundamental, pois colaboraram para o aumento da presença e capilaridade territoriais da Universidade, o que levou à ampliação e ao aprofundamento de sua relação com a comunidade. Em um cenário onde o papel desempenhado pela UNILA como agente de transformação torna-se cada vez maior, é importante conhecer os impactos de sua atuação no espaço fronteiriço, sobretudo através da extensão. Isso porque esse elemento integrante do “tripé” universitário se constitui no principal segmento da Universidade imerso na comunidade. Para tanto, levamos em conta o histórico da própria extensão universitária na América Latina e lançamos mão de um diálogo interdisciplinar entre os campos da Geografia, História, Ciências Sociais e Educação. Buscamos, de forma geral, caracterizar como a UNILA se insere no espaço fronteiriço, com foco principal na extensão universitária. Em âmbito específico, mapeamos as ações de extensão da UNILA para verificar seu alcance e identificar a maneira como a Universidade expressa sua territorialidade. Fizemos uso de uma abordagem de natureza quantitativa, que parte da análise dos dados da extensão produzidos pela própria Instituição entre 2015 e 2022. A interpretação desses dados é acompanhada por reflexões baseadas na leitura da bibliografia levantada, o que imprime um caráter descritivo e exploratório à investigação. Nosso referencial teórico foi definido a partir das discussões conceituais sobre “espaço”, “território”, “fronteira” e “integração”, provenientes, sobretudo, das áreas da Geografia e Ciências Sociais. Além da caracterização da dinâmica de atuação da UNILA no espaço fronteiriço, apresentamos como resultados os mapas decorrentes do mapeamento de suas ações de extensão, bem como alguns apontamentos e considerações acerca das informações analisadas.

Palavras-chave: Extensão universitária. Fronteira. Interdisciplinar. Universidade. UNILA.

RESUMEN

Más de una década después de su creación, es posible afirmar que la Universidad Federal para la Integración Latinoamericana (UNILA) se ha consolidado en el espacio de la frontera trinacional de Argentina, Brasil y Paraguay. Su articulación con el poder público y otras instituciones, así como su actuación junto a la comunidad, han contribuido a construir una relación de pertenencia con su entorno. En el transcurso de este proceso, las actividades de extensión desempeñaron un papel fundamental, ya que colaboraron para el aumento de la presencia y capilaridad territorial de la Universidad, lo que llevó a la ampliación y profundización de su relación con la comunidad. En un contexto en el que el papel de la UNILA como agente de transformación es cada vez mayor, es importante conocer los impactos de su actuación en el espacio fronterizo, sobre todo a través de la extensión. Esto se debe a que este elemento integrante del "trípode" universitario constituye el principal segmento de la Universidad inmerso en la comunidad. Para ello, se tuvo en cuenta el historial de la propia extensión universitaria en América Latina y se recurrió a un diálogo interdisciplinario entre los campos de la Geografía, Historia, Ciencias Sociales y Educación. Buscamos, en términos generales, caracterizar la forma en que la UNILA se inserta en el espacio fronterizo, con un enfoque principal en la extensión universitaria. En un ámbito específico, mapeamos las acciones de extensión de la UNILA para verificar su alcance e identificar cómo la Universidad expresa su territorialidad. Se utilizó un enfoque de naturaleza cuantitativa, a partir del análisis de los datos de extensión producidos por la propia Institución entre 2015 y 2022. La interpretación de estos datos se acompaña de reflexiones basadas en la revisión bibliográfica realizada, lo que otorga un carácter descriptivo y exploratorio a la investigación. Nuestro marco teórico fue definido a partir de discusiones conceptuales sobre "espacio", "territorio", "frontera" e "integración", provenientes, sobre todo, de las áreas de Geografía y Ciencias Sociales. Además de la caracterización de la dinámica de actuación de la UNILA en el espacio fronterizo, presentamos como resultados los mapas derivados del mapeo de sus acciones de extensión, así como algunas observaciones y consideraciones acerca de la información analizada.

Palabras clave: Extensión universitaria. Frontera. Interdisciplinar. Universidad. UNILA.

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 – Cidade de Foz do Iguaçu.....	63
Fotografia 2 – Ponte Internacional da Amizade.....	66
Fotografia 3 – Ponte Internacional Presidente Tancredo Neves.....	67
Fotografia 4 – Parque Nacional do Iguaçu.....	68
Fotografia 5 – O encontro dos rios Iguaçu e Paraná.....	69
Fotografia 6 – Itaipu Binacional.....	70

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Distribuição da população de Foz do Iguaçu por grupos étnico-raciais em 2022.....	77
Gráfico 2 – Quantitativo de ações de extensão da UNILA por ano: 2015 - 2022...	104
Gráfico 3 – Distribuição das ações de extensão realizadas por modalidade.....	106
Gráfico 4 – Distribuição das ações de extensão realizadas por áreas temáticas...	107
Gráfico 5 – Número de locais com presença de ações de extensão da UNILA.....	108
Gráfico 6 – Número de locais com presença de ações de extensão da UNILA por país.....	109

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Localização da UNILA na fronteira trinacional.....	76
Mapa 2 – Distribuição das ações de extensão da UNILA de 2015 a 2022, em escala 1:75000000.....	111
Mapa 3 – Distribuição das ações de extensão da UNILA de 2015 a 2022, em escala 1:25000000.....	116
Mapa 4 – Distribuição das ações de extensão da UNILA de 2015 a 2022, em escala 1:2500000.....	117
Mapa 5 – Distribuição das ações de extensão da UNILA de 2015 a 2022, em escala 1:250000.....	118
Mapa 6 – Alcance da territorialidade da UNILA por meio da extensão, em 2015.....	122
Mapa 7 – Alcance da territorialidade da UNILA por meio da extensão, em 2016.....	123
Mapa 8 – Alcance da territorialidade da UNILA por meio da extensão, em 2017.....	124
Mapa 9 – Alcance da territorialidade da UNILA por meio da extensão, em 2018.....	125
Mapa 10 – Alcance da territorialidade da UNILA por meio da extensão, em 2019.....	126
Mapa 11 – Alcance da territorialidade da UNILA por meio da extensão, em 2020.....	127
Mapa 12 – Alcance da territorialidade da UNILA por meio da extensão, em 2021.....	128
Mapa 13 – Alcance da territorialidade da UNILA por meio da extensão, em 2022.....	129

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Artigos relacionados a estudos sobre universidade, território, territorialidade e fronteira.....	24
Quadro 2 – Teses e dissertações relacionadas a estudos sobre universidade, território, territorialidade e fronteira.....	28

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALALC	Associação Latino-Americana de Livre Comércio
AUGM	Associação das Universidades do Grupo de Montevideú
CAEX	Comitê Assessor de Extensão
CAFe	Comunidade Acadêmica Federada (CAFe)
CAN	Comunidade Andina
CAPES	Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CARICOM	Comunidade do Caribe
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COSUEX	Comissão Superior de Extensão
CONSUN	Conselho Universitário
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CRUTAC	Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária
CTIC	Coordenadoria de Tecnologia da Informação
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil
FORPROEX	Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras
FUNAI	Fundação Nacional dos Povos Indígenas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	Instituição de Ensino Superior
IMEA	Instituto Mercosul de Estudos Avançados
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MEC	Ministério da Educação
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MCTI	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
PEUNILA	Política de Extensão Universitária da UNILA
PPGIELA	Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos
PROBEX	Programa de Bolsas de Extensão
PROEX	Pró-Reitoria de Extensão
PROUNI	Programa Universidade Para Todos
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

RNP	Rede Nacional de Ensino e Pesquisa
SEM	Setor Educacional do MERCOSUL
SIGAA	Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul
UFOPA	Universidade Federal do Oeste do Pará
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNILA	Universidade Federal da Integração Latino-Americana
UNILAB	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	16
1.1 DA PRÁTICA COTIDIANA AO TEMA DE PESQUISA.....	16
1.2 APRESENTAÇÃO DO TEMA, JUSTIFICATIVA, OBJETIVOS DA PESQUISA E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS ADOTADOS.....	18
1.3 CAMINHO PERCORRIDO E ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO.....	21
2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	23
3 TERRITÓRIO, TERRITORIALIDADE E FRONTEIRA: APONTAMENTOS TEÓRICO-CONCEITUAIS.....	36
3.1 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES ACERCA DO CONCEITO DE ESPAÇO.....	39
3.2 SOBRE TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE.....	45
3.3 FRONTEIRA, FRONTEIRAS.....	51
4 UMA UNIVERSIDADE PARA A INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA.....	58
4.1 A IDEIA DE INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA.....	58
4.2 FOZ DO IGUAÇU E O "PROJETO UNILA".....	63
5 A UNILA NA FRONTEIRA TRINACIONAL: INTEGRANDO(-SE) POR MEIO DA EXTENSÃO.....	82
5.1 EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: GÊNESE E CONCEPÇÕES.....	83
5.2 EXTENSÃO "UNILERA" E INTEGRAÇÃO: REALIDADES E DESAFIOS.....	100
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	133
REFERÊNCIAS.....	136

1 INTRODUÇÃO

1.1 DA PRÁTICA COTIDIANA AO TEMA DE PESQUISA

No ambiente acadêmico, uma ideia resulta, às vezes, do acúmulo de experiência nas vivências cotidianas. Isso é o primeiro pensamento que me vem à mente quando olho para o tema desta pesquisa, fruto de um trabalho que, antes de ser transformado em um projeto de mestrado, já vinha sendo realizado na Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Sou servidor público nessa instituição e, desde 2015 – ano em que cheguei transferido da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) – tenho me dedicado à extensão universitária por meio da realização de atividades voltadas à comunidade externa, sobretudo eventos e projetos.

Ao longo de oito anos, diversas questões emergiram durante minha rotina laboral, problemas que careciam de respostas rápidas e eficazes, principalmente no que se refere a demandas externas. Na extensão, isso é muito comum, talvez porque seja o segmento da universidade que possui contato mais próximo com a comunidade e, conseqüentemente, mais sensível a suas reivindicações. Ocorre que nem sempre (para não dizer quase nunca) o ritmo e os interesses da universidade e da comunidade coincidem. Na realidade, muitas vezes, ações mais efetivas requerem maior tempo de maturação antes de seu desenvolvimento. Sendo assim, a presente pesquisa não poderia ocorrer em momento anterior, pois foi a partir do acúmulo das vivências laborais cotidianas que passei a sentir a necessidade de refletir mais profundamente sobre o “fazer extensão” na universidade e, de maneira mais ampla, sobre meu trabalho como servidor em uma instituição de ensino superior pública.

Iniciei minha caminhada no mestrado no segundo semestre de 2022, quando cursei uma disciplina no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos (PPGIELA) da UNILA, na condição de aluno não-regular. Naquele momento, o objeto de pesquisa ainda não estava evidente para mim – um fato curioso, visto que, até então, eu já trabalhava na extensão universitária havia sete anos. Foi necessário cursar a referida disciplina e trocar experiências com colegas de turma e com o professor para que as vagas ideias que possuía fossem organizadas e, finalmente, definisse o tema a ser investigado. Falar sobre extensão

universitária usando a UNILA como estudo de caso foi a forma que encontrei de amalgamar a prática acumulada e a pesquisa acadêmica.

Foi assim que, paralelamente à escrita do projeto submetido no final daquele mesmo ano, comecei a organizar e sistematizar as informações relativas às ações de extensão da UNILA, levantadas ou produzidas até então na PROEX. Em 2023, já como aluno regular do PPGIELA/UNILA, pude compreender e delimitar melhor minha proposta de pesquisa, que tinha como tema “a extensão universitária em contexto de fronteira”. Nela, me propus a estudar a inserção da Universidade, por meio de suas ações de extensão, na fronteira trinacional composta por Argentina, Brasil e Paraguai. Nesse processo de investigação, os dados dos locais de realização de tais ações tornaram-se fundamentais não apenas por mostrar sua presença no espaço fronteiriço, mas também por tornar possível a percepção de sua territorialidade.

É importante ressaltar que o levantamento dos locais das ações de extensão da Universidade já era feito como uma de minhas atividades laborais no “Mapeamento das ações de extensão da UNILA”, projeto realizado, desde 2015, no âmbito da PROEX. Para tanto, sempre contei com a ajuda fundamental de colegas com quem dividia as tarefas de extração e sistematização de dados do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA). Sem tal parceria, esta pesquisa não seria possível, justamente por se tratar do desdobramento de um trabalho que já se encontrava em curso.

Por fim, creio ser necessário mencionar que meu interesse pelo tema em questão advém não apenas de minha atuação na extensão universitária, mas, também, da formação que possuo. Sou graduado em Geografia (licenciatura e bacharelado), curso que me possibilitou, em variados aspectos, unir a paixão por essa ciência e o desejo em trabalhar no campo da Educação – seja como professor do ensino básico na escola pública (onde atuei nos anos iniciais de minha vida profissional), seja na universidade pública (primeiramente, fazendo pesquisa e, agora, extensão). O trabalho cotidiano na interface entre essas duas áreas do saber é o que me move profissionalmente e o que me trouxe à presente investigação.

1.2 APRESENTAÇÃO DO TEMA, JUSTIFICATIVA, OBJETIVOS DA PESQUISA E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS ADOTADOS

Após mais de uma década de sua implementação, pode-se dizer que a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) conseguiu, não de forma tranquila, inserção no espaço sociogeográfico da fronteira trinacional composta por Argentina, Brasil e Paraguai. A oferta de vagas em cursos de graduação e pós-graduação, a articulação com o poder público e outras instituições, sua atuação junto a atores sociais e, sobretudo, a realização de diversas atividades na comunidade ajudaram a Universidade a enraizar-se e construir uma relação de pertencimento com seu entorno. As ações de extensão, em específico, contribuíram para o aumento de sua presença e capilaridade no território. Nesse processo de aproximação gradual e contínuo, barreiras simbólicas foram derrubadas, abriram-se novos canais de diálogo, se estabeleceram redes de contato e parcerias. Seguindo a lógica do intercâmbio de conhecimento, a relação entre universidade e comunidade foi ampliada e aprofundada.

Em meio a tal contexto de construção de relações mais sólidas, entendemos ser importante conhecer os impactos da atuação da UNILA no espaço fronteiriço, especialmente por meio de suas ações de extensão. Por essas se constituírem em um canal de contato direto com a comunidade, realizamos uma análise mais detalhada de sua presença no território para se refletir sobre a relação entre sociedade, universidade e extensão, bem como sobre as diversas formas de conceber e efetivar ações que viabilizem as relações entre a UNILA e seus interlocutores.

Levando em consideração o histórico da extensão universitária na América Latina e apropriando-nos das discussões sobre “território”, “territorialidade” e “fronteira”, tomamos como ponto de partida algumas perguntas: a) onde a UNILA encontra-se presente por meio de suas ações de extensão e quais suas principais áreas de atuação? b) qual é o alcance dessas ações de extensão na comunidade externa? c) de que forma a territorialidade da UNILA ocorre no espaço fronteiriço?

A busca por respostas para tais questões e a tentativa de se compreender a dinâmica de atuação da UNILA em meio a um contexto de fortalecimento de sua presença no território orientaram nossa investigação, pois é

nesse cenário em que se desenvolve a extensão universitária, a qual vai se moldando aos desafios próprios que enfrenta.

Nesse sentido, buscamos, de uma maneira geral, caracterizar quais são as bases de integração da UNILA ao espaço sociogeográfico em que está inserida, com enfoque no desenvolvimento da extensão universitária no contexto da fronteira Argentina-Brasil-Paraguai. Como desdobramento disso, objetivamos especificamente:

- 1) Mapear a presença da UNILA, por meio de suas ações de extensão, no espaço fronteiriço;
- 2) Verificar, a partir de dados quantitativos, qual é o alcance das ações de extensão na comunidade externa;
- 3) Identificar a forma como a Universidade expressa sua territorialidade no espaço fronteiriço por meio da extensão universitária.

Essa investigação parte do entendimento de que, passado o período de consolidação interna, com a elaboração de seus principais documentos e diretrizes, bem como a constituição dos órgãos que regem seu funcionamento, a UNILA superou uma fase de organização inicial e pôde voltar mais suas atenções para a relação com o espaço sociogeográfico no qual está inserida. A ampliação dos esforços para intensificar a relação com instituições públicas e privadas, com atores e movimentos sociais, com o poder público – nas esferas federal, estadual e, sobretudo, municipal – e com a comunidade, de uma maneira geral, veio conjugada com a necessidade de expandir seu horizonte de atuação na fronteira trinacional (questão microrregional) e de alcançar todas as regiões da América Latina e Caribe (questão macrorregional).

Criada em 2010 e sediada em Foz do Iguaçu, a UNILA possui vocação internacional, sobretudo latino-americana. Em seu estatuto afirma “compromisso com a sociedade democrática, multicultural e cidadã e fundamenta sua atuação no pluralismo de ideias, no respeito pela diferença e na solidariedade, visando a formação de acadêmicos, pesquisadores e profissionais para o desenvolvimento e a integração regional” (UNILA, 2012 – art. 2º). A questão regional é aqui entendida, em um contexto “macro”, como América Latina e Caribe. No entanto, sua localização em Foz do Iguaçu, na fronteira trinacional Argentina-Brasil-Paraguai, possibilita que já se alcance, ainda que simbolicamente, a integração latino-americana a partir de uma escala “micro”.

Entre os aspectos mais interessantes da missão institucional da Universidade, além dos supramencionados, também encontramos a “integração solidária”, a “construção de sociedades mais justas”, a “equidade econômica e social”, a “produção e compartilhamento de conhecimento por meio do ensino, da pesquisa e da extensão de forma indissociável” e a “busca de soluções democráticas aos problemas latino-americanos” – todos elencados no 4º artigo de seu Estatuto. Se, de um lado, a partir de sua missão, percebemos uma universidade aberta ao diálogo, sensível aos problemas sociais e defensora da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, em seus objetivos (listados no artigo 6º) temos reforçados estes aspectos e outros pontos que colocamos em destaque na discussão aqui realizada. São estes:

I – Formar cidadãos, com competência acadêmico-científica e profissional, para contribuir para o avanço da integração latino-americana e caribenha promovendo o conhecimento dos problemas sociais, políticos, econômicos, ambientais, científicos e tecnológicos dos diferentes países da América Latina e Caribe;

II – promover a cooperação para o desenvolvimento regional, nacional e internacional na produção de conhecimentos artísticos, científicos e tecnológicos que respondam às demandas de interesse da sociedade latino-americana e caribenha; [...]

V – desenvolver pesquisa e atividades criadoras nas ciências, nas letras e nas artes tendo como objetivos precípuos a geração, o desenvolvimento e a aplicação de conhecimentos, visando a articulação dos saberes para a melhor qualidade da vida humana;

VI – construir diálogos entre saberes, fundamentados em princípios éticos, que garantam condições dignas de vida, com justiça social na América Latina e no Caribe; [...]

IX – promover o diálogo da Universidade com a sociedade, por intermédio de amplo e diversificado intercâmbio com instituições, organizações e a sociedade civil organizada (UNILA, 2012, p. 2).

Na análise desses objetivos, fica bastante evidente a tentativa de construção de uma universidade atenta às demandas sociais, reconhecedora da pluralidade de saberes e atores que formam esta mesma sociedade. E isso tem se refletido na prática, no que se refere a sua atuação. Desde sua efetiva implementação, nota-se o progressivo crescimento da presença da UNILA em seu entorno geográfico - primeiramente em Foz do Iguaçu, onde encontra-se sediada, e, posteriormente, nos municípios do oeste paranaense e nas cidades fronteiriças de *Puerto Iguazú* (Argentina) e *Ciudad del Este* (Paraguai). Isso se dá, sobretudo, por meio das diversas ações de extensão - programas, projetos, cursos e eventos - desenvolvidas junto à comunidade externa, anualmente, nas mais variadas áreas.

Contudo, em meio a esse contexto de expansão e consolidação de sua presença, é importante frisar que a UNILA precisa atentar-se para não desconsiderar os fluxos e processos socioculturais já constituídos, ou seja, as relações que os diversos atores sociais possuem com o espaço em que a própria Universidade se insere. Nesse sentido, algumas reflexões sobre “o fazer extensão” (e o próprio “fazer universidade”) apontam um caminho sobre a necessidade de integração por meio do diálogo e do respeito ao que já está historicamente constituído - ainda mais por se tratar de uma fronteira trinacional - evitando impor uma forma de agir e pensar a relação tempo-espaço-conhecimento.

Diante desse desafio, é importante para a Universidade não só conhecer o contexto em que está inserida, mas, sobretudo, onde se faz presente por meio das ações de extensão que desenvolve, e quais os impactos de sua atuação no espaço fronteiriço, motivos pelos quais justificamos esta pesquisa. Em virtude de sua natureza aplicada, objetiva e abrangente, adotamos uma abordagem de cunho quantitativo, embasada na análise de dados referentes ao período 2015-2022, produzidos pela própria Instituição, que foram extraídos, a partir do módulo ‘extensão’ do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA), padronizados e organizados em tabelas.

A escolha dessa abordagem se justifica, sobretudo, pelo elevado volume de informações processado, o que possibilitou mapear as ações de extensão da UNILA no território, bem como verificar seu alcance na comunidade externa. Contudo, não nos limitamos à descrição objetiva dos dados, visto que sua análise e interpretação vieram acompanhadas de toda uma reflexão teórico-conceitual baseada na leitura da bibliografia levantada. Isso confere, também, um caráter descritivo e exploratório a esta pesquisa.

1.3 CAMINHO PERCORRIDO E ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

Como passo inicial, definimos os procedimentos metodológicos e os fundamentos teórico-conceituais da pesquisa a partir da revisão de literatura sobre o tema. Em um segundo momento, trouxemos as contribuições de autores de diferentes áreas na tentativa de abordar nosso objeto de estudo de forma mais interdisciplinar. Isso nos abriu perspectivas interessantes sobre o desenvolvimento da extensão universitária no ambiente de fronteira. Posteriormente, traçamos um

breve histórico da criação da UNILA, tendo como foco sua missão e princípios fundamentais, bem como caracterizamos o espaço sociogeográfico em que está inserida.

Por fim, buscamos evidenciar a dinâmica de atuação da Universidade na fronteira trinacional. Para tanto, discorremos sobre a extensão universitária na América Latina (e sobre a própria extensão “unilera”) com o intuito de retratar o contexto em que desenvolvemos nossa argumentação. A partir dos dados obtidos junto ao SIGAA, identificamos os locais de atuação da UNILA por meio de suas ações de extensão, e mapeamos sua presença no espaço fronteiriço. Isso nos possibilitou refletir de maneira mais abrangente sobre os resultados alcançados até chegarmos a algumas conclusões.

Sendo assim, apresentamos esta dissertação estruturada da seguinte maneira: 1. Introdução; 1.1 Da prática cotidiana ao tema de pesquisa; 1.2 Apresentação do tema, justificativa, objetivos da pesquisa e procedimentos metodológicos adotados; 1.3 Caminho percorrido e estrutura da dissertação; 2. Procedimentos metodológicos; 3 Território, territorialidade e fronteira: apontamentos teórico-conceituais; 3.1 Algumas considerações acerca do conceito de espaço; 3.2 Sobre território e territorialidade; 3.3 Fronteira, fronteiras; 4. Uma universidade para a integração latino-americana; 4.1 A ideia de integração latino-americana; 4.2 Foz do Iguaçu e o “projeto UNILA”; 5. A UNILA na fronteira trinacional: integrando(-se) por meio da extensão; 5.1 Extensão universitária: gênese e concepções; 5.2 Extensão “unilera” e integração: realidades e desafios; 6. Considerações finais; e Referências.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo, apresentamos os procedimentos metodológicos adotados para a consecução de nossa investigação. Como primeiro passo, fizemos um levantamento bibliográfico preliminar junto às bases de dados da Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) com a finalidade de conhecer os estudos, bem como seu quantitativo, que possuem como tema a extensão universitária em contexto de fronteira. Em um segundo momento, selecionamos, organizamos e lemos o material coletado. Passada essa etapa, decidimos sobre o percurso teórico-conceitual e as modalidades de pesquisa mais adequadas, levando em consideração seus tipos de abordagem, natureza, propósitos e métodos. Em seguida, realizamos a extração, organização e padronização dos dados da extensão referentes ao período 2015-2022, produzidos pela própria UNILA. Por fim, concluímos com a elaboração de mapas das ações de extensão da Universidade e a análise dos resultados obtidos.

O levantamento bibliográfico junto ao Portal de Periódicos da CAPES foi realizado em 08 de abril de 2024, mediante *login* na Comunidade Acadêmica Federada (CAFe) da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), da qual a UNILA faz parte. Por meio desse serviço, foi possível acessar, remota e gratuitamente, todo o conteúdo disponível no referido Portal. De forma preliminar, optamos por proceder com uma busca mais restrita com o intuito de encontrar apenas artigos que tratassem, exatamente, sobre o tema desta investigação. Sendo assim, fizemos uso da ferramenta de “busca avançada”, que teve como parâmetros as palavras-chave “extensão universitária”, “territorialidade” e “fronteira” – pesquisadas de maneira combinada e entre aspas para os campos “título” e “assunto” –, bem como um recorte temporal dos últimos cinco anos. Embora tenhamos deixado aberta a possibilidade do resultado vir em idiomas diferentes do português, nenhum diretamente relacionado a nosso tema foi obtido com o cruzamento desses filtros de busca, o que nos levou à decisão de excluir alguns parâmetros para diminuir as restrições.

Dessa forma, nas tentativas que se sucederam, foram excluídos, primeiramente, o recorte temporal e, em um segundo momento, as aspas duplas das palavras-chave “extensão universitária”, “territorialidade” e “fronteira”, que ainda foram pesquisadas de maneira combinada para os campos “título” e “assunto”.

Mesmo assim, tais modificações nos filtros não surtiram efeito quanto aos resultados. Diante disso, decidimos por não preencher o campo “assunto” e usar a mesma combinação de palavras-chave apenas no campo “título” para novas buscas, mas não tivemos sucesso.

A dificuldade na obtenção de resultados nos induziu a substituir a palavra-chave “extensão universitária” por outras mais genéricas e a experimentar novas combinações para as pesquisas subsequentes. Assim, mantendo todos os outros campos da ferramenta de busca avançada com parâmetros mais amplos, lançamos mão das seguintes palavras-chave apenas para o campo “título” (sem aspas duplas e combinadas de distintas formas): “universidade”, “território”, “territorialidade”, “multiterritorialidade”, “fronteira”, “UNILA” e “Universidade Federal da Integração Latino-Americana”. Essas últimas tentativas resultaram nas ocorrências do Quadro 1.

Quadro 1 – Artigos relacionados a estudos sobre universidade, território, territorialidade e fronteira

Ano	Autor(a)	Título	Periódico	Área	Instituição	Síntese
2010	Rogério Haesbaert	Território e multiterritorialidade: um debate	GEOgraphia	Geografia	Universidade Federal Fluminense	No artigo, o autor aborda os conceitos de território e territorialidade para tratar dos processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização, bem como propõe a ideia de multiterritorialidade como alternativa conceitual para se referir à intensificação e complexificação dos processos de (re)territorialização.

Ano	Autor(a)	Título	Periódico	Área	Instituição	Síntese
2011	Rogério Haesbaert; Marcos Mondardo	Transterritorialidade e antropofagia: territorialidades de trânsito numa perspectiva brasileiro-latino-americana	GEOgraphia	Geografia	Universidade Federal Fluminense	Neste estudo, os autores fazem uma análise, a partir de uma perspectiva geográfica, sobre os processos contemporâneos de construção identitário-territorial à luz das concepções de hibridismo cultural, transculturação, antropofagia e multitransterritorialidade.
2011	Cecília Bastos da Costa Accioly	Territorialidades e saberes locais: muros e fronteiras na construção do saber acadêmico	Caderno CRH	Ciências Sociais	Universidade Federal da Bahia	No artigo, discute-se a importância de termos como território, territorialidade, saberes locais e identidade para a compreensão de fenômenos socioculturais, bem como das contradições geradas pela hierarquização de saberes.
2017	Álvaro Heidrich	Vínculos territoriais – discussão teórico-metodológica para o estudo das territorialidades locais	GEOgraphia	Geografia	Universidade Federal Fluminense	Neste artigo, o autor discute a ideia de vínculos territoriais para se referir às relações que se estabelecem entre atores sociais e espaços em processo de apropriação pelos mesmos. Para tanto, faz uso das noções de território, territorialidade, espaço social e apropriação e suas diferentes concepções.
2017	Eduardo Santos	Internacionalização da educação superior nos marcos da integração regional da América Latina: o caso da Universidade Federal da Integração Latino-Americana	EccoS – Revista Científica	Educação	Universidade Nove de Julho	Este estudo aborda o processo de internacionalização da educação superior e possui como foco a integração regional latino-americana. O autor faz uma breve análise da implantação da UNILA, resgatando os antecedentes e fatores que levaram a sua concretização.

Ano	Autor(a)	Título	Periódico	Área	Instituição	Síntese
2017	Thiago Reisdorfer	Uni-la: O processo de construção de uma universidade intercultural para a integração latino-americana	Fronteiras: Revista Catarinense de História	História	Universidade Federal da Fronteira Sul	Este estudo faz uma análise sobre o processo de criação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana a partir da perspectiva de integração intercultural como eixo estruturante.
2020	Cecília Leão Oderich; Mariana Baldi	Transformando o território: a importância da universidade de integração latino-americana para a cultura na tríplice fronteira Brasil-Paraguai-Argentina	Revista Brasileira de Educação	Educação	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação	O estudo tem como foco as transformações pelas quais a cidade de Foz do Iguaçu (PR) passou em função da implantação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana. As autoras discutem a importância das cidades de fronteira para o desenvolvimento regional se baseando nos conceitos de território, fronteira e diversidade cultural.
2022	Pamela Cichoski; Marlize Rubin-Oliveira	Universidade, território e participação social	Revista Campo-Território	Geografia agrária	Universidade Federal de Uberlândia	No artigo, as autoras realizam uma análise da instituição universitária no contexto das transformações políticas, sociais e culturais da América Latina. Para tanto, focam na relação entre universidade e sociedade, lançando mão da noção de consciência de lugar e do conceito de território.

Ano	Autor(a)	Título	Periódico	Área	Instituição	Síntese
2022	Giuliano Derrosso	Territórios, territorialidades e multiterritorialidades: a fronteira como elemento de análise	Estudos Ibero-Americanos	História	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul	Neste estudo, o conceito de fronteira é discutido à luz das concepções de território, territorialidade e multiterritorialidade. O autor se baseia em exemplos atuais para tentar compreender as diferentes formas de como a fronteira é vivenciada e transformada cotidianamente.
2023	Marcos Irineu Klausberger	Entre tempos, identidades e (trans)territorialidades	Revista Territórios e Fronteiras	História	Universidade Federal do Mato Grosso	Trata-se de um estudo realizado sobre as cidades-gêmeas de Santana do Livramento, no Brasil, e Rivera, no Uruguai, que aborda os conceitos de limite e fronteira, as origens históricas das duas cidades e as dinâmicas políticas, econômicas e culturais cotidianas de seus habitantes.

Fonte: Portal de Periódicos da CAPES, 2024.

Nota: Informações editadas pelo autor.

Cabe ressaltar que, para chegarmos ao conteúdo constante no Quadro 1, utilizamos, no mínimo, duas e, no máximo, três palavras-chave a cada busca, combinadas de diferentes maneiras. Assim, não restringimos demais e nem deixamos muito abertas as possibilidades de resultado, já que a combinação de todas as palavras-chave nada gerava e a utilização de apenas uma delas tinha como consequência um quantitativo elevado de ocorrências sem relação alguma com nosso tema. Selecionamos apenas os artigos com acesso livre. Em sua maior parte, os estudos encontrados discorrem sobre assuntos correlatos e, embora não tratem, exatamente, sobre “extensão universitária”, “territorialidade” e “fronteira” de forma associada, foram muito importantes por contribuírem com reflexões bem próximas das questões que trouxemos ao longo desta investigação.

O levantamento junto ao Catálogo de Teses e Dissertações da Capes foi realizado de maneira semelhante, em 10 de abril de 2024. Aqui, também fizemos uso de combinações com, no mínimo, 2 e, no máximo, 3 palavras-chave

dentre as seguintes: “extensão universitária”, “universidade”, “território”, “territorialidade”, “multiterritorialidade”, “fronteira”, “UNILA” e “Universidade Federal da Integração Latino-Americana”. As buscas pelos termos foram realizadas sem utilização de aspas duplas, recorte temporal e distinção entre dissertações de mestrado e teses de doutorado.

Em função do sistema de filtragem do mecanismo de busca do Catálogo de Teses e Dissertações ser distinto do existente no Portal de Periódicos, foi necessário o uso da palavra-chave “extensão universitária” para delimitar melhor os resultados. Ainda assim, em diferentes tentativas, o quantitativo de ocorrências sem relação próxima com nosso tema foi muito alto – provavelmente em função da utilização da palavra-chave “universidade”, por essa ser demasiadamente genérica para o mecanismo de busca mesmo quando associada a outras. Assim como no Portal de Periódicos, também tivemos dificuldades em encontrar trabalhos que discutissem a territorialidade universitária por meio da extensão, sobretudo em contexto de fronteira. Isso nos levou a dar um passo atrás e considerar os estudos que tratassem sobre universidade, território e territorialidade de forma menos específica. Em virtude do elevado número de ocorrências sem relação com o tema e diante da necessidade de refinamento dos resultados, foi preciso ler os resumos de cada tese ou dissertação obtida na Plataforma Sucupira para se chegar aos trabalhos constantes no Quadro 2.

Quadro 2 – Teses e dissertações relacionadas a estudos sobre universidade, território, territorialidade e fronteira

Autor(a)	Ano	Título	Instituição	Área	Síntese
Moema Maria Badaró Cartibani Midlej	2004	Universidade e região: territorialidade da Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC	Universidade Federal da Bahia	Educação	Esta tese discute a relação entre universidade, região e territorialidade com foco na experiência do Ensino Superior na Região Sul da Bahia, a partir da trajetória da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). No estudo, a autora procura identificar e contextualizar as transformações do lugar e o conjunto de fatores que levaram à criação da instituição universitária.

Autor(a)	Ano	Título	Instituição	Área	Síntese
Pilar Cristina Céspedes Bahamón	2010	A Dimensão Territorial da Universidade na América Latina, no século XX: Evidências representativas na Colômbia e Brasil.	Universidade Vale do Paraíba	Planejamento Urbano e Regional	Esta dissertação tem como objeto a trajetória espacial da universidade na América Latina e se baseia nas discussões sobre os conceitos de território e hegemonia para discutir a sua territorialidade como instrumento do exercício de poder estatal.
Marta Maria Brackmann	2010	Internacionalização da educação superior e política externa brasileira: estudo da criação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul	Ciências Sociais	Esta dissertação faz uma análise do processo de criação da UNILA, bem como de sua importância para a política externa brasileira, a internacionalização da educação superior e a integração regional.
Dênis Valério Martins	2011	A história da educação superior na América Latina e o desafio integracionista da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)	Universidade Estadual do Oeste do Paraná	Educação	Essa dissertação se trata de um estudo sobre a educação superior na América Latina desde os tempos coloniais, quando foram criadas as primeiras universidades do continente, até os dias atuais, quando ocorrem as primeiras tentativas de integração regional por meio da educação superior.
Larissa Rosevics de Almeida	2015	O Mercosul Educacional e a criação da UNILA no início do século XXI: por uma integração regional via educação	Universidade Federal do Rio de Janeiro	Economia Política Internacional	Nesta tese, aborda-se o processo de criação da UNILA em meio às transformações políticas regionais e às mudanças que ocorreram no âmbito do Mercosul educacional. A autora evidencia como a educação passou a desempenhar um papel de promotora da integração regional e como a universidade tornou-se parte importante do projeto estratégico brasileiro para o continente.

Autor(a)	Ano	Título	Instituição	Área	Síntese
Fabrício Américo Ribeiro	2016	Estratégia Geoeducacional na Cooperação Sul-Sul: uma análise dos projetos das Universidades de Integração Internacional – UNILA e UNILAB	Universidade Federal do Ceará	Geografia	Esta tese analisa o processo de internacionalização do ensino superior no Brasil a partir da criação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) e da Universidade Federal da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Para tanto, o autor parte de uma perspectiva geográfica para traçar um panorama global e nacional do ensino universitário no início do século XXI e analisar a dinâmica do poder na educação superior.
Vanessa Alves Bertolleti	2017	A educação superior como estratégia de integração regional: o caso da UNILA	Universidade Estadual de Maringá	Educação	Esta tese discute o papel da UNILA como instituição promotora da integração regional à luz das experiências e tentativas anteriores que resultaram na sua implementação.
Alex Dal Gobbo Abi	2019	Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA): Processos ideacionais de uma política pública	Universidade Federal do Paraná	Estado, Economia e Políticas Públicas	Nessa dissertação, o autor faz uma análise das principais ideias que fundamentaram o processo de criação da UNILA, bem como o papel desempenhado pela Universidade como importante instrumento de políticas públicas.
Maribel Arcos Garrido	2019	Universidad, Territorio Y Desarrollo Local: Un análisis de la Universidad Autónoma de Barcelona	Universitat Autònoma de Barcelona	Geografia	Nesta tese, é discutido o papel desempenhado pela instituição universitária como um dos principais agentes de desenvolvimento econômico e transformação social dos lugares em que se encontram, tendo como exemplo a Universidade Autônoma de Barcelona. Para tanto, a autora se utiliza das discussões sobre os conceitos de território e desenvolvimento para realizar uma análise da relação da Instituição com seu entorno local.

Autor(a)	Ano	Título	Instituição	Área	Síntese
Suelen de Pontes Alexandre	2019	As perspectivas das epistemologias contra-hegemônicas do ensino superior na tríplice fronteira: um estudo da Unila (Universidade Federal da Integração Latino-Americana)	Universidade Nove de Julho	Educação	Nesta tese, a autora analisa as perspectivas epistemológicas contra-hegemônicas no ensino superior a partir da criação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Para isso, ela realiza um exame dos principais documentos que caracterizam a Instituição.
Fausto Fava de Almeida Camargo	2020	Possibilidades para a integração da educação superior: conexões, nós e redes na territorialidade da tríplice fronteira Argentina, Brasil e Paraguai	Universidade Estadual do Oeste do Paraná	Sociedade, Cultura e Fronteiras	Nesta tese, o autor realiza uma pesquisa sobre o espaço fronteiriço formado por Argentina, Brasil e Paraguai e os sistemas de ensino superior desses três países, tendo como foco a territorialidade e a integração da educação superior.
Débora Villetti Zuck	2021	A integração da América Latina e a formação da UNILA	Universidade Estadual de Campinas	Educação	Nesta tese sobre a UNILA, a autora busca compreender a relação entre a política de educação superior e a integração regional latino-americana. Para tanto, faz um resgate histórico do processo de criação da Instituição, da constituição da universidade no Brasil e das diversas tentativas de integração anteriores.
Bianca Petermann Stoeckl	2022	As universidades de integração brasileiras (2003-2010): entre a política externa e a adaptação às agendas internacionais para a educação superior	Universidade Federal da Integração Latino-Americana	Relações Internacionais	Esta dissertação discute a relação entre a inserção internacional do Brasil e a educação superior a partir da criação de universidades voltadas para a integração. A autora faz uma análise dos projetos de quatro universidades de integração em associação com os objetivos da política externa brasileira de liderança regional e projeção internacional.

Fonte: Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, 2024.

Nota: Informações editadas pelo autor.

É pertinente mencionar que o levantamento junto às duas bases de dados da CAPES nos revelou um certo ineditismo da presente pesquisa, pois, conforme já sinalizamos, não foram encontrados trabalhos que discorressem,

exatamente, sobre a questão da territorialidade universitária por meio da extensão e em contexto de fronteira. Foi em virtude dessa dificuldade que optamos pelos trabalhos que tratam de temas correlatos, todos muito próximos daquilo que propomos. Alguns, trazem importantes contribuições para os estudos sobre a relação entre “universidade e sociedade”, “universidade e integração regional” e “universidade e desenvolvimento local”. Outros, apresentam discussões pertinentes a respeito de “território”, “territorialidade”, “multiterritorialidade” e “fronteira”, noções essenciais a nossa investigação, uma vez que podem ser aplicadas à extensão universitária e à inserção da UNILA no espaço trinacional formado por Argentina, Brasil e Paraguai.

Passada a etapa de leitura dos trabalhos selecionados, definimos um referencial teórico-conceitual para escrever esta dissertação. Esse apoia-se, principalmente, nas discussões sobre território e territorialidade, em suas múltiplas dimensões, para abordar o processo de territorialização da UNILA por meio da extensão. Nesse sentido, fizemos uso das contribuições de autores de áreas diversas – tais como educação, geografia, história, entre outras – para tratar de questões referentes à própria Universidade, à extensão universitária, além de território, territorialidade e fronteira. Isso nos deu respaldo para analisar os dados a partir de um olhar mais interdisciplinar.

Em nosso entendimento, a interdisciplinaridade propicia uma abordagem mais ampla e profunda do objeto em questão, a partir do diálogo permanente com os distintos campos do conhecimento, de forma crítica e articulada. Ao adotarmos essa perspectiva como ferramenta, consideramos a multiplicidade de contextos e fatores que compõem a realidade em que a UNILA está inserida e, paralelamente, nos abrimos para possibilidades de análise baseadas em diferentes pontos de vista. Sendo assim, estamos em concordância com Ivani Fazenda (2002, p. 14), para quem, “além do desenvolvimento de novos saberes, a interdisciplinaridade na educação favorece novas formas de aproximação da realidade social e novas leituras das dimensões socioculturais das comunidades humanas”.

Por se tratar de uma escolha deliberada resultante de uma ação planejada, a prática interdisciplinar é essencialmente ativa e implica um posicionamento frente à complexidade do mundo e à fragmentação do conhecimento. A partir dela, somos estimulados a pensar de maneira holística e a

construir novos métodos de abordagem adequados a uma realidade que se apresenta com toda sua diversidade. Isso significa abrir mão de ideias pré-concebidas, já que “a lógica que a interdisciplinaridade imprime é a da invenção, da descoberta, da pesquisa, da produção científica, porém gestada num ato de vontade, num desejo planejado e construído em liberdade” (Fazenda, 2002, p. 19).

Uma vez definido o referencial teórico-conceitual, selecionamos as modalidades de pesquisa mais adequadas quanto a sua abordagem, natureza, objetivos e procedimentos. Em virtude de constituir-se em um estudo que busca caracterizar a forma como a UNILA expressa sua territorialidade no espaço fronteiriço, entendemos, a partir das proposições de Silveira e Córdova (2009, p. 35), que sua natureza é aplicada, uma vez que “objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos”. Já a abordagem que lançamos mão é de cunho quantitativo, pois está embasada na análise de dados padronizados extraídos por meio do módulo “extensão” de seu Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA), com o auxílio de instrumentos formais (no caso, tabelas do banco de dados), o que lhe confere certa objetividade.

Outros aspectos, também apresentados por Silveira e Córdova (2009), imprimem um caráter quantitativo à pesquisa. São estes: a) alcance instantâneo do estudo no tempo; b) uma única fonte de dados; c) quadro teórico e hipóteses rigorosamente estruturados; d) foco em uma quantidade pequena de conceitos; e) ideias preconcebidas com as quais os conceitos estão relacionados. Embora tais aspectos estejam presentes neste estudo, é importante mencionar que a análise e interpretação dos dados vieram acompanhadas de toda uma reflexão teórico-conceitual baseada na leitura da bibliografia levantada. Portanto, não ficamos restritos à descrição objetiva dos dados. A escolha da abordagem quantitativa se justifica, sobretudo, pelo elevado volume de informações processado, o que possibilitou mapear as ações de extensão da UNILA no território, bem como verificar seu alcance na comunidade externa.

Quanto aos objetivos, podemos enquadrar esta pesquisa como descritiva e exploratória. Seu caráter descritivo apoia-se no entendimento de que exige “do pesquisador uma série de informações sobre o que se deseja pesquisar” e que pretende-se descrever fatos e fenômenos sobre determinada realidade (Triviños, 1987, p. 110). Na prática, isso corresponde, basicamente, ao

levantamento, sistematização, análise e interpretação dos dados a partir dos quais desenvolvemos essa investigação.

No que se refere a seu aspecto exploratório, trata-se de um estudo no qual também se realiza um exercício de reflexão teórico-conceitual baseado nas leituras da bibliografia utilizada. Segundo Gil (2002, p. 41), este tipo de pesquisa objetiva “proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses”. De fato, ao estabelecermos o referencial teórico com base no material obtido no levantamento bibliográfico, abrimos caminho para melhor refletir sobre os dados que dispomos e compreender a territorialização da UNILA no espaço fronteiriço.

Considerando a especificidade de seu objeto (a UNILA e sua territorialidade) e sua natureza quantitativa (utilização dos dados institucionais da extensão), em relação aos procedimentos, a presente investigação é caracterizada como um estudo de caso.

Um estudo de caso pode ser caracterizado como um estudo de uma entidade bem definida como um programa, uma instituição, um sistema educativo, uma pessoa, ou uma unidade social. Visa conhecer em profundidade o seu “como” e os seus “porquês”, evidenciando a sua unidade e identidade próprias. É uma investigação que se assume como particularística, isto é, que se debruça deliberadamente sobre uma situação específica que se supõe ser única em muitos aspectos, procurando descobrir o que há nela de mais essencial e característico.

[...] O estudo de caso pode decorrer de acordo com uma perspectiva interpretativa, que procura compreender como é o mundo do ponto de vista dos participantes, ou uma perspectiva pragmática, que visa simplesmente apresentar uma perspectiva global, tanto quanto possível completa e coerente, do objeto de estudo do ponto de vista do investigador (Fonseca, 2002, p. 33).

Acreditamos que essas são as modalidades de pesquisa mais adequadas a nosso estudo. Após selecioná-las, passamos, por fim, à exploração, análise e interpretação dos dados.

Os dados a que nos referimos são da extensão da UNILA, do período compreendido entre 2015 e 2022, e foram obtidos junto ao banco de dados da própria Instituição. Nele, encontram-se cadastradas as informações, em estado bruto, relativas aos projetos, cursos, eventos, entre outras ações voltadas para a comunidade, que ocorrem anualmente. Sua extração se deu por meio do sistema de busca e filtragem do módulo “extensão” do SIGAA, e, também, mediante uma solicitação formal à Coordenadoria de Tecnologia da Informação (CTIC) da

Universidade. Esses procedimentos geraram duas planilhas de dados, que, posteriormente, foram unificadas em uma planilha geral, a qual, por sua vez, foi complementada com informações obtidas a partir da leitura dos relatórios anuais das ações de extensão.

Após a organização e padronização da planilha geral, selecionamos as categorias de dados utilizadas na elaboração de tabelas sobre as ações de extensão. As tabelas foram construídas para cada ano do recorte temporal que definimos e estruturadas em 12 categorias, a saber: 1. “ação de extensão” (nome da ação de extensão); 2. “modalidade” (os tipos de ação: curso, evento, prestação de serviços, programa, projeto e publicação); 3. “área temática” (refere-se às oito áreas temáticas da extensão universitária: “comunicação”, “cultura”, “direitos humanos e justiça”, “educação”, “meio ambiente”, “saúde”, “tecnologia e produção”, e “trabalho”); 4. “local” (onde ocorreu a ação de extensão); 5. “logradouro” (rua, avenida, etc.); 6. “número” (número do local); 7. “bairro”; 8. “município/cidade”; 9. “estado/província”; 10. “país”; 11. “latitude” (distância, medida em graus, entre um ponto da superfície terrestre e a Linha do Equador); 12. “longitude” (distância, medida em graus, entre um ponto da superfície terrestre e o Meridiano de *Greenwich*).

As tabelas deram origem aos mapas utilizados nesta investigação, que foram criados com a ajuda do QGIS – *software* livre, que permite a visualização, edição e análise de dados geoespaciais. Os mapas possibilitaram uma melhor percepção da presença da UNILA no espaço fronteiriço por meio de suas ações de extensão, bem como um exame mais aprofundado sobre sua territorialidade. Contudo, antes disso, foram necessárias algumas considerações acerca dos conceitos de território (e suas derivações, tais como territorialização e territorialidade) e fronteira, todos fundamentais a nossa investigação e objeto do próximo capítulo.

3 TERRITÓRIO, TERRITORIALIDADE E FRONTEIRA: APONTAMENTOS TEÓRICO-CONCEITUAIS

“Numa certa guerra, os soldados que saíram em missão deram meia-volta e retornaram ao quartel. O general, espantado, viu o batalhão regressar. Não tinham encontrado a fronteira que era suposto protegerem. Foi assim que se justificaram:

- Não sabem da fronteira?

- E onde fica, meu general?

- Bom, a fronteira... quer dizer a fronteira... não me digam que não a encontraram?

- É por isso que regressamos, meu general.

- Pois a fronteira fica onde acaba a terra.

Os soldados voltaram a partir. E nunca mais regressaram” (Couto, 2018, p 101)¹.

A passagem acima, presente na abertura do capítulo onze da obra “O bebedor de horizontes”, do escritor moçambicano Mia Couto, serve como ponto de partida para a discussão que pretendemos desenvolver neste capítulo. O diálogo entre o general e os soldados ilustra como a fronteira enquanto constructo político e expressão máxima de soberania sobre uma “porção de terra” nem sempre é percebida e vivenciada como tal – sua percepção varia de acordo com as concepções das quais se partem, as escalas e as dinâmicas vigentes. Isso aponta para a necessidade de se olhar para o território a partir de outras perspectivas, como algo além de um espaço delimitado pelo Estado nacional, e, também, para as redes de relações (econômicas, sociais, culturais, entre outras), que relativizam, em parte, o controle dos fluxos fronteiriços e colocam em questão a ideia baseada na lógica onde a fronteira se configura somente como instrumento de poder.

Neste capítulo, apresentamos as discussões teórico-conceituais em que nos baseamos com intuito de compreender a territorialidade da UNILA por meio da extensão. Para tanto, primeiramente, foi necessário definir o que se entende como “território” e “fronteira”, segundo suas distintas concepções, e explicitar a partir de qual dessas nos fundamentamos para discorrer sobre a dinâmica territorial da Universidade. Isso porque ambos se tratam de termos polissêmicos, cujas percepções e significados variam de um autor para outro.

¹ COUTO, Mia. **O bebedor de horizontes**: as areias do imperador: uma trilogia moçambicana, livro 3. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, 321 p.

Começamos pelo conceito de “território”, que, de acordo com o dicionário “Miniaurélio Século XXI Escolar”, significa: “1) Extensão considerável de terra. 2) A área dum país, província. 3) [...] região que não constitui Estado e é administrada pela União. 4) Base geográfica do Estado (solo, rios, lagos, baías, portos, etc.), sobre a qual exerce ele a sua soberania” (Ferreira, 2001, p. 670). A partir dessas definições, constata-se o território como uma parcela do espaço delimitada e controlada pelo poder político estatal. Aqui, o conceito encontra-se atrelado a sua acepção clássica e mais comumente difundida, que remonta ao surgimento dos Estados nacionais e lhe atribui um caráter material.

No que se refere ao vocábulo “fronteira”, nosso mesmo Minidicionário da Língua Portuguesa assim o define: “1) Extremidade dum país ou região do lado onde confina com outro; limite, raia. 2) Limite” (Ferreira, 2001, p. 334). Nessas definições, é possível perceber que a ideia de “separação”, ou seja, “de algo que é delimitado”, encontra-se na base da noção de “fronteira”. Igualmente à conceituação clássica de “território”, elas remetem à formação do Estado-nação e aos limites do exercício do poder estatal.

Não por coincidência, é precisamente na Ciência Política e no Direito Internacional Público que observamos, de maneira mais explícita, a predominância de tal concepção nas discussões que se realizam. De acordo com o jurista Fábio Aristimunho Vargas (2017), nesses dois campos, o território é compreendido – juntamente com o “povo” e a “soberania” – como um dos pilares fundamentais do Estado, sendo esses os três elementos necessários para sua conformação. Nessa perspectiva, entende-se o “território” como a porção concreta e material do espaço (solo, subsolo, mares, etc.) delimitada pelo domínio e exercício do poder estatal; o “povo” como a comunidade humana vinculada ao Estado por meio da nacionalidade; e a “soberania” como o poder que garante ao Estado, internamente, o papel de máxima autoridade sob seu território e, em âmbito externo, independência e igualdade em relação a seus pares. Aqui, a fronteira é constituída pelos limites territoriais entre dois ou mais Estados, cujos territórios expressam o alcance das soberanias de cada um.

Assim, nessa vertente jurídico-política:

[...] o Estado atua por meio da jurisdição, que é um direito que lhe assiste para regular, por meio de normas cogentes, tanto o exercício da autoridade estatal em si quanto as atividades dos indivíduos, nacionais ou estrangeiros,

que se encontram no território nacional. Jurisdição territorial é a que se exerce sobre o espaço geográfico do Estado, significando que todos os atos e fatos jurídicos acontecidos em seu território se submetem necessariamente a sua legislação, ainda que por vezes se permita o exercício da jurisdição estrangeira sobre esses mesmos eventos. O território do Estado informa, assim, o alcance de sua soberania. O exercício de jurisdição sobre um território é manifestação da soberania estatal (Vargas, 2017, p. 42).

Entretanto, as discussões que se desenrolam a respeito dos conceitos de “território” e “fronteira” não estão restritas à concepção jurídico-política. Um exame mais atento dos estudos sobre ambos em diferentes esferas de conhecimento aponta para uma variedade de significados e pluralidade de perspectivas, conforme nos mostra o geógrafo Rogério Haesbaert no que se refere a “território”. Para ele, enquanto a Geografia tende “a enfatizar a materialidade do território em suas múltiplas dimensões”, a Ciência Política realça a construção do mesmo a partir de relações de poder e vinculada à ideia de Estado; a Economia percebe-o “como um fator locacional ou como uma das bases para a produção”; a Antropologia dá destaque para sua dimensão simbólica; a Sociologia o evidencia “a partir de sua intervenção nas relações sociais, em sentido amplo”; e a Psicologia, o incorpora “no debate sobre a construção da subjetividade ou da identidade pessoal, ampliando a escala do indivíduo” (Haesbaert, 2007, p. 37).

Em suas análises sobre “território” no campo da Geografia, Haesbaert (2001) nos traz algumas interpretações acerca do conceito que podem ser agrupadas nas seguintes vertentes: 1) naturalista, que se baseia em uma ideia de território alicerçada na relação entre sociedade e natureza, principalmente no que se refere ao controle e exploração dos recursos naturais; 2) econômica, que destaca a dimensão espacial das relações econômicas a partir do embate entre as classes sociais e da relação capital-trabalho; 3) jurídico-política, mais conhecida, onde o território se constitui a partir da delimitação e controle de uma fração do espaço, através da qual um determinado poder é exercido (quase sempre o poder político estatal); 4) culturalista, que realça uma dimensão simbólico-cultural, de caráter mais subjetivo, em que o território é resultante da apropriação simbólica de determinado grupo sobre o espaço.

Das distintas vertentes acima apresentadas, nos parecem mais interessantes a jurídico-política e a culturalista, uma vez que apresentam perspectivas importantes para as reflexões que realizamos nesta pesquisa. Em

virtude disso, acreditamos ser necessário um olhar mais aprofundado sobre essas duas dimensões. Assim, poderemos compreender melhor as dinâmicas relacionadas à territorialidade da UNILA por meio da extensão.

Contudo, antes de nos aprofundarmos nas questões referentes a “território”, é necessário explicitar, mesmo que brevemente, o que se compreende aqui por “espaço”, uma vez que a noção desse surge como algo anterior àquele nas discussões que se realizam entorno de ambos os conceitos. Geralmente, o território é visto como algo que deriva do espaço, uma parcela desse, mas também, muitas vezes, é confundido com o próprio espaço ou tratado apenas como uma de suas dimensões. No presente estudo, partimos do entendimento de que são de conceitos distintos, porém intimamente relacionados em virtude de sua construção e das características que lhes são atribuídas.

3.1 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES ACERCA DO CONCEITO DE ESPAÇO

O termo “espaço” é polissêmico. Embora em nosso cotidiano seu uso mais comum seja para referir-se a áreas, distâncias, tamanhos e volumes mensuráveis, ele possui diferentes acepções e constitui-se em objeto dos mais variados campos do conhecimento. Na Matemática, por exemplo, há o ramo da “geometria espacial”, que estuda as formas com três dimensões (comprimento, largura e profundidade) que ocupam espaço; na Astronomia, enfoca-se o “espaço sideral”, relativo àquilo que se encontra além da atmosfera terrestre (astros, estrelas, etc.); na Psicologia, há a expressão “espaço pessoal”, referente à área delimitada, abstratamente, em torno de uma pessoa. Todos essas são casos ilustrativos de ciências em que o elemento espacial se faz presente como objeto de estudo.

Em nossa pesquisa, quando nos referimos a “espaço”, fazemos alusão a um conceito em específico, amplamente discutido na Geografia, cuja denominação mais conhecida é “espaço geográfico”. Ele aparece pela primeira vez como um conceito-chave da disciplina nas décadas de 1950 e 1960 e sua caracterização apresenta variações de acordo com cada uma das correntes de pensamento vigentes (Corrêa, 1995). Entre as distintas tentativas de definição existentes, nos interessam, em particular, a que provém da corrente denominada “Geografia Crítica” e a que deriva de uma outra vertente conhecida como “Geografia Humanista”.

A “Geografia Crítica”, através das lentes do materialismo histórico e dialético² marxista, compreende o espaço como o *locus* da reprodução da sociedade. De acordo com Corrêa (1995, p. 25), o espaço aqui é “entendido como espaço social, vívido, em estreita correlação com a prática social”. Entre os expoentes mais conhecidos dessa linha de pensamento estão o filósofo e sociólogo francês Henry Lefébvre e o geógrafo brasileiro Milton Santos.

Na obra intitulada “Espaço e política”, Lefébvre (2008) propõe que o espaço não é simplesmente um objeto ou produto como outro qualquer, tampouco um mero instrumento ou pressuposto, em um sentido estritamente econômico, de todo o processo de produção e consumo. Ele é mais do que isso, uma vez que está diretamente relacionado à reprodução das relações sociais de produção. Em sua visão, o “espaço da produção” possui uma dimensão mais abrangente, pois implica e contém em si a diretriz que orienta todas as atividades realizadas na sociedade capitalista. O espaço seria, dessa maneira,

[...] uma espécie de esquema num sentido dinâmico comum às atividades diversas, aos trabalhos divididos, à cotidianidade, às artes, aos espaços efetuados pelos arquitetos e pelos urbanistas. Seria uma relação e um suporte de inerências na dissociação, de inclusão na separação. Seria, portanto, um espaço ao mesmo tempo abstrato-concreto, homogêneo e desarticulado [...].

Trata-se da produção no sentido mais amplo: produção de relações sociais e re-produção de determinadas relações. É nesse sentido que o espaço inteiro torna-se o lugar dessa reprodução, aí incluídos o espaço urbano, os espaços de lazeres, os espaços ditos educativos, os da cotidianidade, etc. Essa reprodução se realiza através de um esquema relativo à sociedade existente, cujo caráter essencial é ser conjunta-disjunta, dissociada, mantendo uma unidade, a do poder, na fragmentação (Lefébvre, 2008, p. 48).

Portanto, o espaço não é entendido como um dado *a priori*, mas sim resultante e, simultaneamente, parte das relações sociais. Ele constitui-se tanto como suporte quanto campo de ação, de modo que não existem relações sociais sem espaço, assim como a existência desse não é possível sem aquelas. Nesse sentido, o espaço deve ser compreendido como um produto que é consumido e

² De forma sintética, o materialismo histórico e dialético é um método de análise da realidade desenvolvido por Karl Marx e Friedrich Engels, que busca explicar a evolução da natureza e da sociedade (e seus modos de produção) ao longo da história, a partir de uma abordagem teórico-metodológica que combina os princípios do materialismo filosófico e da dialética materialista no estudo dos fenômenos sociais. Tal análise da matéria social fundamenta-se nas premissas de que a base material determina os fenômenos sociais e de que a sociedade e seus componentes estão em movimento permanente (Germer, 2020).

utilizado, mas que se distingue de outros objetos produzidos, visto que encontra-se envolvido em sua própria produção. Ele organiza a propriedade, o trabalho, as redes de troca, os fluxos de matérias-primas e energia que o constituem, os quais, por sua vez, são determinados por ele (Lorea, 2013).

Nas considerações que faz acerca do “espaço social”, Lefébvre (2013, p. 97-98) evidencia três aspectos importantes: 1. o espaço percebido, associado à prática espacial de uma sociedade em sua interação dialética com o espaço, que “o produz lenta e serenamente, dominando-o e apropriando-se dele”; 2. o espaço concebido (são as representações do espaço através da ciência, da tecnocracia, do planejamento estatal, etc.), caracterizado como o “espaço dominante em qualquer sociedade”, um modo de produção; 3. o espaço vivido ou de representação, vinculado a imagens e símbolos. Trata-se do espaço “que a imaginação deseja modificar e apreender” (a imaginação “cobre o espaço físico utilizando, simbolicamente, seus objetos”). Em sua percepção, a produção social do espaço se dá na relação dialética existente no seio da tríade percebido-concebido-vivido, tríade essa que se expressa, em termos espaciais, enquanto prática do espaço, representações do espaço e espaços de representação. Por fim, ele menciona que cada sociedade produz seu espaço e que, se há produção e processo produtivo desse, há, conseqüentemente, história – uma história do espaço, de sua produção, de suas formas e representações.

Milton Santos (2012), por sua vez, concebe o espaço como uma realidade objetiva, um produto social em processo de mudança permanente, que se constitui na relação com a sociedade. É a partir dessa dimensão relacional entre ambos que o geógrafo brasileiro propõe o conceito de formação socioespacial. Na visão de Corrêa (1995), tal conceito tem o mérito de explicar, teoricamente, que uma sociedade apenas se torna concreta através do espaço produzido por ela mesma, ao mesmo tempo que o espaço só pode ser inteligível por meio da sociedade.

De maneira semelhante a Lefébvre, Santos (2012) compreende o espaço a partir dos processos sociais e das relações de produção, os quais lhe imprimem, em cada momento histórico, diferentes valores e configurações. Em seu entendimento, o espaço é uma instância da sociedade, assim como as instâncias econômica e cultural-ideológica, visto que, enquanto instância, contém as demais e, ao mesmo tempo, é contido pelas mesmas. Nesse sentido, ele afirma:

A economia está no espaço, assim como o espaço está na economia. O mesmo se dá com o político-institucional e com o cultural-ideológico. Isso quer dizer que a essência do espaço é social. Nesse caso, o espaço não pode ser apenas formado pelas coisas, os objetos geográficos, naturais e artificiais, cujo conjunto nos dá a Natureza. O espaço é tudo isso, mais a sociedade: cada fração da natureza abriga uma fração da sociedade atual. Assim, temos, paralelamente, de um lado um conjunto de objetos geográficos distribuídos sobre um território, sua configuração geográfica ou sua configuração espacial e a maneira como esses objetos se dão aos nossos olhos, na sua continuidade visível, isto é, a paisagem; de outro lado o que dá vida a esses objetos, seu princípio ativo, isto é, todos os processos sociais representativos de uma sociedade em um dado momento. Esses processos, resolvidos em funções, realizam-se através de formas. Estas podem não ser originariamente geográficas, mas terminam por adquirir uma expressão territorial. Na verdade, sem as formas, a sociedade, através das funções e processos, não se realizaria. Daí por que o espaço contém as demais instâncias. Ele está, também, contido nelas, na medida em que os processos específicos incluem o espaço, seja o processo econômico, seja o processo institucional, seja o processo ideológico (Santos, 2012, p. 12).

Em seus estudos, Santos (2012, p. 69) propõe uma análise espacial baseada em quatro categorias, a saber: forma, função, estrutura e processo. “Forma” é o aspecto visível de algo e pode referir-se tanto a um objeto quanto a um arranjo ordenado de objetos, a um padrão (no caso, espacial). De modo geral, as formas surgem “dotadas de certos contornos e finalidades-funções”, podendo englobar mais de uma dessas. “Função” diz respeito às tarefas ou atividades associadas a uma forma. Por constituir-se em atividade elementar da forma, encontra-se intimamente relacionada à mesma. Ambas inserem-se na “estrutura”, a qual, por sua vez, “implica a inter-relação de todas as partes de um todo; o modo de organização ou construção”. Por fim, “processo” refere-se a uma ação contínua, que se desenvolve “em direção a um resultado qualquer” e que contém as noções de tempo e mudança.

Os apontamentos de Corrêa (1995, p. 29) acerca das quatro categorias propostas acima facilitam nossa compreensão sobre sua importância como conjunto para a análise do espaço. Em suas considerações, para não ficar apenas no campo da abstração, ele menciona a cidade como um exemplo ilustrativo. Nesse caso, a cidade constitui-se na forma espacial, forma à qual encontram-se associadas diferentes funções, tais como morar, trabalhar, estudar, divertir-se – todas essas maneiras de “vivenciar o cotidiano em suas múltiplas dimensões”. Embora “forma” e “função” sejam imprescindíveis para a análise espacial, é necessário, diz o autor, inseri-las na “estrutura”, pois, caso o contrário, não seria possível perceber a historicidade do espaço, já que “a estrutura diz

respeito à natureza social e econômica de uma sociedade em um dado momento do tempo: é a matriz social onde as formas e funções são criadas e justificadas”.

No que se refere aos “processos”, entendidos enquanto ações contínuas que implicam tempo e mudança, eles ocorrem no âmbito estrutural e resultam das contradições internas das próprias estruturas. Tratam-se, portanto, dos impactos e efeitos sobre os elementos que compõem o espaço ao longo do tempo histórico. Nesse sentido, “processo” é concebido como uma estrutura em seu movimento de transformação permanente (Corrêa, 1995, p. 29).

É importante destacar, conforme indica Santos (2012), a necessidade de se trabalhar, na análise espacial, com essas quatro categorias de maneira conjunta, observando como suas interações criam e moldam o espaço através do tempo. Isso porque, se consideradas apenas isoladamente, corre-se o risco de realização de análises parciais e, conseqüentemente, limitadas da realidade, incapazes de perceber toda a dinâmica e complexidade do espaço geográfico. Em virtude disso, afirma o geógrafo:

Forma, função, estrutura e processo são quatro termos disjuntivos, mas associados, a empregar segundo um contexto do mundo de todo dia. Tomados individualmente, representam apenas realidades parciais, limitadas do mundo. Considerados em conjunto, porém, e relacionados entre si, eles constroem uma base teórica e metodológica a partir da qual podemos discutir os fenômenos espaciais em totalidade (Santos, 2012, p. 71).

Diferentemente da corrente crítica, a “Geografia Humanista” aborda o espaço alicerçada em outras matrizes filosóficas, sobretudo na fenomenologia³ e no existencialismo⁴. Fortemente marcada por processos subjetivos, essa vertente fundamenta-se no simbolismo, nos sentimentos e nas experiências vivenciadas, enfatizando o singular em detrimento do particular ou universal. Em vez de se concentrar na explicação, sua base de inteligibilidade do mundo real está na

³ Grosso modo, é o estudo dos fenômenos em si, tais como se apresentam a nossa experiência, sem condicionantes externos. Segundo Japiassú e Marcondes (2008, p. 137), trata-se da corrente filosófica fundada por Edmund Husserl, que visa “estabelecer um método de fundamentação da ciência e de constituição da filosofia como ciência rigorosa. O projeto fenomenológico se define como uma ‘volta às coisas mesmas’, isto é, aos fenômenos, aquilo que aparece à consciência, que se dá como seu objeto intencional”.

⁴ Corrente filosófica contemporânea que possui como objeto central a existência humana. De acordo com Japiassú e Marcondes (2008, p. 130), para essa vertente de pensamento, a existência, identificada com a liberdade do Homem, precede a essência deste; “por isso, desde nosso nascimento, somos lançados e abandonados no mundo, sem apoio e sem referência a valores; somos nós que devemos criar nossos valores através de nossa própria liberdade e sob nossa própria responsabilidade”.

compreensão. Aqui, o espaço passa a ser entendido a partir daquilo que é experienciado e adquire o significado de “espaço vivido” (Corrêa, 1995).

Um dos principais expoentes da “perspectiva experiencial” nos estudos do espaço foi o geógrafo sino-americano Yi-Fu Tuan. Seus trabalhos apresentam reflexões acerca da relação entre o ser humano e seu meio, bem como evidenciam a experiência do sujeito a partir de suas percepções, sensações e emoções. Para ele, tal experiência pode ser tanto direta e íntima quanto indireta e conceitual (mediada por símbolos), e abrange as diferentes maneiras que uma pessoa tem de conhecer e construir a realidade. Tais maneiras, nos diz, “variam desde os sentidos mais diretos e passivos como o olfato, paladar e tato, até a percepção visual ativa e a maneira indireta de simbolização” (Tuan, 1983, p. 9).

O autor afirma que:

[...] a experiência implica a capacidade de aprender a partir da própria vivência. Experienciar é aprender; significa atuar sobre o dado e criar a partir dele. O dado não pode ser conhecido em sua essência. O que pode ser conhecido é uma realidade que é um constructo da experiência, uma criação de sentimento e pensamento (Tuan, 1983, p. 10).

Assim sendo, o espaço é percebido a partir das vivências e experimentações que levam o sujeito a desenvolver laços afetivos e sentimentos de pertencimento ao âmbito do “vivido”, ou seja, ao “lugar”. Tuan (1983, p. 13) menciona ser a cinestesia⁵, a visão e o tato os elementos sensoriais e experiências que nos trazem a consciência espacial. “O espaço é experienciado quando há lugar para se mover”, nos diz. Quando se movimenta de um lado a outro, o sujeito adquire senso de direção. “Para frente, para trás e para os lados são diferenciados pela experiência, isto é, conhecidos subconscientemente no ato de movimentar-se. O espaço assume uma organização coordenada rudimentar centrada no eu, que se move e se direciona”.

As dimensões do movimento, da experiência e do simbolismo encontram-se presentes em diversos estudos espaciais no campo da “Geografia Humanista”, os quais não listaremos todos aqui. Mencionamos que não temos a intenção de pormenorizar as especificidades das perspectivas de cada autor e nem a pretensão de esgotar a discussão, mas sim ter uma visão mais geral acerca do

⁵ Segundo Castro e Gomes (2011), em linhas gerais, é a sensação ou percepção do movimento corporal no espaço.

espaço. Para nós, interessa atentar à importância da corrente humanista para a compreensão do conceito de território, visto que esse a tem como uma de suas matrizes (Corrêa, 1995).

3.2 SOBRE TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE

Feitas as considerações sobre o que aqui se entende por “espaço”, podemos seguir adiante com as discussões a respeito de “território”. Retomemos, então, os apontamentos de Haesbaert acerca desse conceito. Para ele, o território possui uma dupla conotação desde seus primórdios: material e simbólica. Ao investigar sua origem etimológica, depreende-se que o termo “aparece tão próximo de *terra-territorium* quanto de *terreo-terror* (terror, aterrorizar), ou seja, tem a ver com dominação (jurídico-política) da terra e com inspiração do terror, do medo” – sobretudo para quem, com esse domínio, é excluído da terra ou impedido de entrar no *territorium*. Por outro lado, para aqueles que usufruem-no de forma plena, o território “pode inspirar a identificação (positiva) e a efetiva apropriação”. Portanto, a ideia de “território” varia de acordo com a relação que se estabelece com o espaço e encontra-se sempre ligada a uma noção de poder, seja no sentido mais explícito – de dominação, posse, carregado de um “valor mais concreto, funcional e vinculado ao valor de troca” – seja no mais implícito, simbólico – de apropriação, “carregado das marcas do ‘vivido’ e do valor de uso” (Haesbaert, 2007a, p. 20-21).

Com base nesse raciocínio, percebe-se que o território pode ser entendido como algo diverso e complexo, sempre imerso em relações de multiplicidade. Nas palavras de Haesbaert (2007a, p. 21):

[...] enquanto "espaço-tempo vivido", o território é sempre múltiplo, "diverso e complexo", ao contrário do território "unifuncional" proposto e reproduzido pela lógica capitalista hegemônica, especialmente através da figura do Estado territorial moderno, defensor de uma lógica territorial padrão que, ao contrário de outras formas de ordenação territorial (como a do espaço feudal típico), não admite multiplicidade/ sobreposição de jurisdições e/ou de territorialidades.

Se, por um lado, o território resulta das relações que se estabelecem com o espaço, por outro, o mesmo é caracterizado, conforme nos aponta Haesbaert (2007a), a partir dos agentes que exercem, efetivamente, poder, ou seja, dos que controlam o espaço e os processos sociais que o constituem. Dessa forma, os

territórios distinguem-se segundo a natureza e os objetivos diversos de quem os constrói, podendo ser o Estado, indivíduos, classes sociais, grupos ou movimentos culturais, empresas, instituições, entre outros. Os objetivos desses processos de dominação e apropriação espaciais – processos aqui denominados “territorialização” – variam ao longo do tempo e espaço, bem como de acordo com a sociedade e cultura. Afirma o autor:

Enquanto *continuum* dentro de um processo de dominação e/ou apropriação, o território e a territorialização devem ser trabalhados na multiplicidade de suas manifestações – que é também e, sobretudo, multiplicidade de poderes, neles incorporados através dos múltiplos sujeitos envolvidos (tanto no sentido de quem sujeita quanto de quem é sujeito, tanto no sentido das lutas hegemônicas quanto das lutas de resistência – pois poder sem resistência, por mínima que seja, não existe) (Haesbaert, 2007a, p. 22).

Por expressar essa multiplicidade, o território, portanto, possui, simultaneamente, uma dimensão funcional e outra simbólica, que se complementam e/ou se sobrepõem, visto que “as relações de poder têm no espaço um componente indissociável tanto na realização de ‘funções’ quanto na produção de ‘significados’”. Em virtude disso, essas duas dimensões nunca se manifestam de forma pura. Em outras palavras, isso significa que todo território 'funcional' sempre porta uma carga simbólica, mesmo que mínima, e todo território 'simbólico' possui algum aspecto funcional, ainda que reduzido (Haesbaert, 2007a, p. 23).

A partir dessa linha de raciocínio, em que são consideradas as relações de poder tanto em seu sentido concreto, quanto no mais simbólico, que Haesbaert propõe uma definição de território:

[...] a partir da concepção de espaço como um híbrido – híbrido entre sociedade e natureza, entre política, economia e cultura, e entre materialidade e ‘idealidade’, numa complexa interação tempo-espaço [...], na indissociação entre movimento e (relativa) estabilidade [...]. Tendo como pano de fundo esta noção ‘híbrida’ (e, portanto, múltipla, nunca indiferenciada) de espaço geográfico, o território pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural (Haesbaert, 2007, p.79)

Ainda no campo da Geografia, observamos essas duas perspectivas sobre “território” serem afirmadas por outros pesquisadores. Na visão de Andrade (2004, p. 19), por exemplo, o conceito encontra-se vinculado à noção de domínio ou

de gestão de determinada área, ou seja, de um espaço sobre o qual se exerce poder, “quer se faça referência ao poder público, estatal, quer ao poder das grandes empresas”, que se estende por grandes áreas territoriais e ultrapassa fronteiras políticas.

Já Moraes (2008, p. 59) afirma que o território é, ao mesmo tempo, tanto uma construção simbólica que se associa a um imaginário territorial, quanto uma materialidade que se produz por meio da “apropriação material de espaços e dominação efetiva destes”. Para ele, a formação territorial envolve uma dialética entre as construções material e simbólica do espaço, que unifica processos políticos, econômicos e culturais em um único movimento. Assim, o território material serve como “referência para formas de consciência e representação, cujos discursos retroagem no processo de produção material do espaço, com o imaginário territorial comandando a apropriação e exploração dos lugares”.

Para Raffestin (1993, p. 143-144), o território faz parte do espaço, mas não é o mesmo, já que o espaço é anterior àquele. Em seu entendimento, o território é um produto dos atores sociais e resulta a partir da apropriação concreta ou abstrata do espaço, sobre o qual se “projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder”. Nesse sentido, a produção do território se dá quando um agente “territorializa o espaço”. Nas palavras do autor, “o espaço é a ‘prisão original’, o território é a prisão que os homens constroem para si”.

Por fim, resumidamente, Milton Santos (2001, p. 96-97) nos diz que o território não resulta unicamente da superposição dos conjuntos de “sistemas naturais” e “sistemas de coisas criadas pelo homem”. Em sua percepção, território é “o chão mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence”. É o espaço onde a vida acontece, “é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais”. Para ele, quando falamos sobre “território”, não podemos perder a dimensão de que se trata de um “território usado, utilizado por uma dada população”. Assim, compreende-se o território como:

[...] um conjunto de sistemas naturais e artificiais, junto com as pessoas, as instituições e as empresas que abriga, não importa o seu poder. O território deve ser considerado em suas divisões jurídico-políticas, suas heranças históricas e seu atual conteúdo econômico, financeiro, fiscal e normativo. É desse modo que ele constitui, pelos lugares, aquele quadro da vida social onde tudo é interdependente, levando, também, à fusão entre o local, o

global [...] e o nacional [...] (Santos, 2002, p. 84).

Entendido como um espaço historicizado e multifacetado, como um produto material e relacional, o território é, assim, conformado pelo processo de territorialização. Compreende-se por “territorialização” o enraizamento territorial por meio da identificação, uso ou apropriação de parcelas do espaço a partir de dinâmicas políticas, econômicas, sociais e culturais. Ou seja, é a ação de constituição de referenciais materiais (concretos) e imateriais (simbólicos) que fixa diversos atores (população, instituições, empresas, entre outros) a determinado recorte espacial, o qual passa a ser dotado de unidade (Fuini, 2014).

Por consistir em um verdadeiro “palco” da existência humana e englobar aquilo que é “vivido”, o território encontra-se estreitamente ligado à ideia de territorialidade. Isso porque, como nos indica Haesbaert (2007a), além de incorporar uma dimensão política, a territorialidade diz respeito também a aspectos econômicos, sociais e culturais, uma vez que está relacionada à maneira como as pessoas utilizam a terra, organizam-se no espaço e dão significado ao lugar. Dessa forma, ela não é apenas uma abstração analítica e epistemológica (como condição genérica para a existência do território), já que se trata também de “uma dimensão imaterial, no sentido ontológico de que, enquanto ‘imagem’ ou símbolo de um território, existe e pode inserir-se eficazmente como uma estratégia político-cultural”, mesmo que um território correspondente não esteja concretamente manifestado (Haesbaert, 2007a, p. 25).

Um ponto de vista similar a respeito da territorialidade é encontrado em Raffestin (1993), para quem ela reflete a multidimensionalidade daquilo que é “vivido” territorialmente pelos membros de uma coletividade e se define como um conjunto de relações originadas a partir de um sistema composto por sociedade, espaço e tempo. Em seu entendimento, os homens vivem, simultaneamente, o processo e o produto territorial por intermédio de um conjunto de relações existenciais e/ou produtivistas, as quais, independentemente de sua natureza, se constituem em relações de poder, uma vez que há interação entre os atores que buscam modificar tanto as relações com a natureza quanto as relações sociais. Nessa linha de raciocínio, a territorialidade constitui-se sempre como uma relação com outros atores, seja essa simétrica ou assimétrica, que se manifesta em diferentes escalas socioespaciais.

Além da dimensão do “vivido”, a territorialidade também traz consigo a ideia de pertencimento a algo, de um “sentir-se parte de”, que não raro faz referência a um território concreto e às práticas que nele se desenvolvem, as quais definem seus diferentes tipos de uso (conforme a noção de “território usado” de Milton Santos, mencionada anteriormente). Acerca desse aspecto, Andrade (2004, p. 20) nos diz que “o sentido de territorialidade” resulta da tomada de consciência das pessoas de sua participação no território que habitam e do sentimento de confraternização que se cria, subjetivamente, entre elas. Na sua compreensão, a expressão “territorialidade” pode ser entendida “tanto como o que se encontra no território, estando sujeita à sua gestão, como, ao mesmo tempo, o processo subjetivo de conscientização da população de fazer parte de um território, de integrar-se em um Estado”.

Assim, pode-se afirmar que a territorialidade é, de uma maneira geral, definida como o conjunto de relações e práticas multidimensionais que os diferentes atores estabelecem e desenvolvem no espaço. Com base no que expusemos até aqui, é possível perceber que, tal como o conceito de território, ela apresenta distintas concepções, que variam conforme a ideia que se tem daquele. De acordo com Haesbaert (2007a), ora ela pode ser compreendida em um sentido mais amplo, ora mais restrito; ora como um mero aspecto do território, ora como algo completamente diferente desse. A partir dessas variadas perspectivas, ele propõe a seguinte síntese:

1) a territorialidade, exclusivamente, como imaterialidade e apenas uma das dimensões do território – no caso, a simbólica, associada a uma identidade territorial ou comunidade territorial imaginada;

2) a territorialidade em um sentido mais amplo do que território – que abrange o mesmo e, simultaneamente, constitui-se em uma condição teórica necessária para sua existência (assim, para todo território haveria uma territorialidade, mas nem toda territorialidade corresponderia sempre a um território);

3) a territorialidade quase como sinônimo de território – unicamente como condição intrínseca à existência concreta de um território;

4) a territorialidade compreendida como algo bem distinto de território, em duplo sentido: a) como campo da imaterialidade, diferentemente do território, que seria, necessariamente, material; b) como domínio do “vivido” face ao território como espaço institucionalizado (em sua dimensão jurídico-política formal),

combinando, assim, materialidade e imaterialidade.

É precisamente esse último aspecto relacionado ao espaço-tempo “vivido” que nos parece mais interessante para o estudo da territorialidade da UNILA por meio da extensão. Isso porque entendemos que essa se desenvolve, justamente, na interface entre a Universidade enquanto instituição estatal – que envolve toda a estrutura política, jurídica e administrativa de uma autarquia do Estado brasileiro e, portanto, submetida às mesmas dinâmicas de poder que regem o território em sua dimensão formal, material – e espaços na comunidade que se conformam em diferentes territórios, nos âmbitos concreto e simbólico. Ao mesmo tempo, em uma visão mais ampliada, compreendemos a própria atividade extensionista como um conjunto de práticas e vivências espaço-temporais que exprime a territorialidade da Universidade.

Mais do que a realização de ações extramuros, a extensão universitária promove a articulação entre universidade e sociedade, por meio de atividades práticas e vivências no seio da comunidade, que conectam experiências e possibilitam as trocas entre os saberes produzidos na academia e os diversos existentes fora dela. Por possuir como princípios a “interação dialógica” e o “impacto e transformação social”, a extensão parte da premissa da produção coletiva de conhecimento e, por isso, não isolada das relações sociais (ou de poder). Dessa forma, com seu desenvolvimento, vemos se estabelecer um corpo de relações entre os diferentes atores envolvidos, sejam esses a própria universidade, instituições e órgãos públicos, organizações não-governamentais, movimentos sociais, grupos culturais, coletivos e sujeitos, que, nas interações entre si e com o espaço, modificam (ou objetivam modificar) a realidade em que estão inseridos.

Essa linha de raciocínio reforça nossa percepção da extensão como um dos elementos que expressam a territorialidade universitária, já que esse componente do chamado “tripé” da universidade se desenvolve (ou ao menos deveria se desenvolver) sempre em “relação com outros atores”, tal como defendido por Raffestin (1993) em sua perspectiva, mencionada anteriormente. Além disso, por se tratar de práticas e experiências que se dão em esferas variadas do “vivido”, a extensão traz consigo as possibilidades de inserção da universidade, de forma simultânea, em diferentes territórios, que são conformados a partir dos distintos atores com os quais se relaciona.

O tópico referente aos territórios e territorialidades da extensão da

UNILA será abordado, de forma mais detalhada, em capítulo posterior. Neste momento, interessa atentarmos para o fato de que diversas são as dinâmicas territoriais que coexistem na fronteira trinacional composta por Argentina, Brasil e Paraguai – em virtude da existência dos mais variados agentes (Estado, empresas, instituições, grupos, sujeitos, entre outros) que atuam no espaço fronteiriço. Mais importante ainda é compreendermos que tais dinâmicas se dão em um contexto onde a fronteira constitui-se no principal elemento da realidade cotidiana local.

À vista disso, não podemos deixar de trazer algumas contribuições teórico-conceituais do campo dos “Estudos Fronteiriços”, as quais acreditamos ser pertinentes para a discussão que realizamos aqui. Começamos, assim, pelo exercício de compreensão da ideia de “fronteira” para além das definições do dicionário descritas no início deste capítulo. Esse conceito, bem como os demais tratados até o momento, também é polissêmico e possui distintas concepções que variam de acordo com as áreas de conhecimento.

3.3 FRONTEIRA, FRONTEIRAS

Como já vimos, na acepção jurídico-política, o termo “fronteira” serve para definir os limites territoriais e o alcance da soberania dos Estados nacionais. No entanto, seu sentido não encontra-se circunscrito à esfera das relações interestatais, visto que é também empregado em outros campos de estudo. Na Psicologia, por exemplo, a expressão “fronteiras do corpo” remete à complexa relação que envolve corpo, subjetividade, tempo, fatores sociais e elementos culturais no processo de formação dos sujeitos. Na Ecologia, as “fronteiras planetárias” designam os limites ambientais que não podem ser ultrapassados pela ação humana sob pena de mudanças irreversíveis e colapso do sistema terrestre. Na Psicanálise, ouvimos falar sobre uma “fronteira entre o consciente e o inconsciente”.

É muito comum que a noção de fronteira seja usada para indicar também os limites entre diferentes propostas disciplinares, ou para referir-se às discontinuidades existentes entre grupos humanos que são distinguidos de acordo com determinadas categorias (tais como idade, gênero, cultura, entre outras), conforme apontado pelo antropólogo argentino Miguel Alberto Bartolomé (2006). O conceito, nos diz, pode ser aplicado tanto para realidades factuais quanto para metáforas que aludem a construções intelectuais. O referido autor destaca, no

entanto, que algumas realidades (a exemplo das fronteiras estatais e culturais) são simultaneamente factuais e metafóricas, uma vez que são preenchidas por representações e simbolismos que fazem parte de sua formação. “O real comporta-se como a conjunção da realidade e da sua representação, do factual e do imaginário que contribui para a sua definição, dando-lhe um sentido possível”⁶ (Bartolomé, 2006, p. 1, tradução nossa).

Portanto, o emprego do termo “fronteira” remete a realidades concretas e simbólicas, e, em linhas gerais, faz referência à ideia de limite no sentido de separação – limites existentes entre os Estados nacionais, os campos do conhecimento, as diferentes culturas, a sociedade e a natureza. Podemos dizer que tal ideia deriva, sobretudo, de sua concepção jurídico-política, a partir da qual a fronteira é compreendida como uma barreira que separa os territórios nacionais e restringe a influência da soberania de um país sobre outro. Ela define a extensão territorial de um Estado, bem como constitui-se em elemento de coesão e unidade de sua base física (Vargas, 2017).

Vale mencionar que o sentido de “fronteira” enquanto limite territorial emergiu com a ascensão dos modernos Estados europeus, entre os séculos XII e XV, e se consolidou com os Tratados de Vestfália⁷. Há indícios de que a própria palavra surgiu em meio a esse período. Sua origem etimológica possui raízes no latim, a partir do qual deriva a correspondente na língua francesa “*frontière*” (associada à “*front*”, “frente de batalha”, em termos militares). De acordo com Vargas (2017), da substantivação do adjetivo francês “*frontière*” resultaram “*frontier*” (inglês), “*frontera*” (espanhol), “fronteira” (português) e “*frontiera*” (italiano).

Curiosidades linguísticas à parte, é interessante observar que, além de referir-se aos limites interestatais, a noção de fronteira é comumente associada à presença de acidentes geográficos naturais, tais como rios, lagos, mares, cadeias montanhosas, ou seja, todo tipo de elemento da natureza que se constitua em barreira física entre países e populações. Segundo Ferrari (2011), tal associação ocorre porque a Geografia, durante muito tempo, considerou esses elementos como

⁶ “Lo real se comporta así como la conjunción de la realidad y de su representación, de lo fáctico y de lo imaginario que contribuye a definirlo al otorgarle un sentido posible.”

⁷ Também conhecidos pela expressão “Paz de Vestfália”, referem-se a um conjunto de onze tratados firmados ao fim da Guerra dos Trinta Anos (1618-1648) na Europa, a partir dos quais foi forjado um novo sistema internacional. Esse sistema tinha como princípios básicos o secularismo, o reconhecimento e a legitimidade das soberanias estatais, a igualdade e o equilíbrio de poder entre os Estados, a diplomacia em detrimento da guerra como instrumento para resolução de conflitos, entre outros (Carvalho, 2018).

formas de separação natural dos seres humanos. Em virtude de sua profunda conexão com a natureza, a ciência geográfica, até certo momento, apoiou-se na mesma para construir suas interpretações sobre a realidade. De forma semelhante, um de seus ramos, a “geografia das fronteiras”, buscou explicações baseadas na natureza que naturalizassem as fronteiras entre os Estados nacionais. A autora destaca que isso é particularmente evidente nos séculos XVIII e XIX, quando geógrafos defendiam a ideia de que a melhor fronteira seria aquela que se apoiava em elementos físicos naturais (como acidentes topográficos ou hidrográficos), pois, assim, haveria garantia de maior segurança territorial.

Uma outra leitura sobre “fronteira” está relacionada à ideia de expansão interna de um país. Nesse caso, verifica-se o movimento dos fluxos econômico e de povoamento das áreas consideradas centrais para as periféricas, em um processo quase sempre associado à integração territorial e à (re)produção do capital. Aqui, é possível observar a presença das denominadas frentes de expansão e frentes pioneiras, bem como de uma zona de contato limítrofe, que se configura como fronteira, entre o que seria o “mundo civilizado e não civilizado”. Segundo o sociólogo brasileiro José de Souza Martins (1996, p. 29), na noção de “frente pioneira” subjaz a ideia de que algo novo é criado na fronteira, uma “nova sociabilidade fundada no mercado e na contratualidade das relações sociais”, e, por isso, não se trata apenas de deslocamento populacional sobre novos territórios. Em seu entendimento, “a frente pioneira é também a situação espacial e social que convida ou induz à modernização, à formulação de novas concepções de vida, à mudança social”, constituindo-se, assim, no ambiente oposto ao das antigas regiões, tradicionalistas e esvaziadas de população.

Ao analisar os diversos estudos sobre a expansão das fronteiras internas do Brasil, Martins (1996) nos indica que as fronteiras demográfica e econômica não são sempre coincidentes. Geralmente, a primeira encontra-se à frente da segunda, visto que o avanço da linha de povoamento ocorre anteriormente ao da linha de ocupação econômica do território. A partir dessa constatação, o autor caracteriza as dinâmicas e atores envolvidos nesse processo de expansão interna do País da seguinte maneira:

É possível, assim, fazer uma primeira datação histórica: adiante da fronteira demográfica, da fronteira da “civilização”, estão as populações indígenas, sobre cujos territórios avança a frente de expansão. Entre a fronteira

demográfica e a fronteira econômica está a frente de expansão, isto é, a frente da população não incluída na fronteira econômica. Atrás da linha da fronteira econômica está a frente pioneira, dominada não só pelos agentes da civilização, mas, nela, pelos agentes da modernização, sobretudo econômica, agentes da economia capitalista (mais do que simplesmente agentes da economia de mercado), da mentalidade inovadora, urbana e empreendedora. Digo que se trata de uma primeira datação histórica porque cada uma dessas faixas está ocupada por populações que, ou estão no limite da História, como é o caso das populações indígenas; ou estão inseridas diversamente na História, como é o caso dos não índios, sejam eles camponeses, peões ou empresários (Martins, 1996, p. 31)

É importante mencionar que essa perspectiva de fronteira associada à ideia de expansão interna de um país advém, sobretudo, das teorias desenvolvidas pelo historiador norte-americano Frederick Jackson Turner, em fins do século XIX e início do XX. Turner (1921) se baseia no processo de expansão territorial para as terras do oeste dos Estados Unidos (a tão conhecida “Marcha para o oeste”) para propor uma concepção de fronteira enquanto local onde são forjados os ideais e a identidade estadunidenses (tais como a liberdade, a democracia, o individualismo e o nacionalismo), os quais seriam distintos dos valores da sociedade colonial do litoral – esses, fortemente, identificados com a Europa. Para ele, a “sociedade fronteira” se diferenciava, em grande parte, daquela existente na costa em termos de língua, religião, vida econômica e estrutura social, o que lhe conferia características singulares. Fortemente marcada pelos fluxos de pioneiros rumo às terras livres e “despovoadas” do oeste, a fronteira, aqui, expressa as ideias de progresso, com a conquista e dominação da natureza selvagem, e de limite entre o mundo civilizado e a barbárie.

As teorias de Turner se difundiram por toda a América e, no Brasil, inspiraram políticas, empreendidas por sucessivos governos, de ocupação territorial e povoamento de áreas consideradas como “vazios demográficos” (no caso, do Centro-Oeste e da Amazônia). De acordo com Ferrari (2011), foi principalmente entre as décadas de 1950 e 1970 que o conceito de fronteira “turneriana” passou a ser adotado por pesquisadores (antropólogos, geógrafos, historiadores, sociólogos, entre outros) nos estudos sobre a expansão interna do País, a qual inspirava-se na “Marcha para o oeste” estadunidense. A partir de então, a noção de fronteira fica vinculada também à ideia de zonas (ou frentes) pioneiras – diferentemente do que era antes, quando predominava apenas o senso de divisão (fronteira como limite político entre Estados) proveniente da acepção europeia.

Mais recentemente, muitos estudos apresentam um novo olhar

sobre a fronteira e indicam perspectivas que apontam para uma dimensão bem distinta da noção de limite. Sob os prismas da aproximação e união, seu senso exclusivo de separação é superado e ela passa a ser vista também como um espaço compartilhado, *sui generis*, de grande diversidade sociocultural, de encontro e desencontro, onde o convívio de múltiplas singularidades possibilita a criação de algo novo. Dessa maneira, mais do que um limite territorial, a fronteira é entendida, conforme Vargas (2017), como um lugar, um espaço comum, vivenciado cotidianamente por pessoas de diversas nacionalidades, que se caracteriza por variados tipos de troca (econômicas e culturais), pelo (re)conhecimento do outro, pela dialética entre estranhamento e entranhamento do outro.

Nessa concepção, a ideia de divisão perde centralidade para as de aproximação e união, o dualismo civilização-barbárie (“choque entre mundos”) é substituído pela noção de espaço comum, o encontro com o “Outro” e as relações de alteridade que se estabelecem dão origem a uma comunidade fronteiriça, onde a combinação e a mistura prevalecem sobre a lógica de separação. Como resultado desse amálgama, assinala Vargas (2017), a fronteira se caracteriza como um espaço de socialização singular e atípico, funcionando tanto como uma extensão quanto como um contraponto aos diferentes espaços nacionais que a conformam. Trata-se de um espaço vivenciado coletivamente, composto por parcelas dos territórios de cada país, no qual surge uma comunidade imaginada, cujos costumes e práticas possuem, simultaneamente, diversas raízes nacionais e características próprias. “Mais do que o mero limite de um lugar, a fronteira seria ela mesma um lugar em si” (Vargas, 2017, p. 45).

Na mesma linha de raciocínio, Mondardo (2012, p. 1) afirma ser a fronteira político-administrativa um dos lugares que possuem as maiores diversidades política, econômica, social e cultural. Isso porque, além da ideia de separação, está presente a “de junção, de união, de justaposição, de fluxo, de passagem, de hibridização que esse espaço-duplo e rizomático produz em seus habitantes”, bem como nas relações que se estabelecem entre múltiplos lados. É a partir dessa produção que se dá “a dupla existência, a dupla consciência e o entre-lugar do fronteiriço”.

Assim, conclui o referido autor:

Nesse sentido, a hibridização é ao mesmo tempo um estado e um lugar, “o

terceiro espaço” [...]. Produz-se nesta zona de negociação, de contestação e de troca, uma “cultura transnacional” que se constrói pela tradução, não no seu sentido convencional, que descreve mais adequadamente a relação entre as culturas, mas enquanto zonas interterritoriais – espaço “entre” – torna-se um lugar de criação “cultural” e “socioespacial”, que exprime o carácter inacabado e transitório das identidades e das territorialidades contemporâneas especialmente na mobilidade humana (Mondardo, 2012, p. 1).

A perspectiva da “fronteira como lugar” encontra-se presente em diversos estudos sobre zonas fronteiriças internacionais. De uma maneira geral, entende-se que essas são compostas pelo limite internacional (definido pelo alcance territorial do exercício das soberanias estatais) e pelas faixas de fronteira⁸ de cada país. Além disso, se constituem em um espaço social dinâmico de interações transfronteiriças de carácter multidimensional (Gallero, 1998), nos quais as relações se dão nas mais variadas escalas, sejam essas local, nacional e global.

Para Ferrari (2011, p. 87-89), a zona fronteiriça internacional é o espaço que emerge a partir da fronteira institucionalizada, que se encontra na confluência entre territórios nacionais fundados sobre “identidades coletivas construídas dentro da oposição entre o ‘nós e os outros’”. Ela resulta do reencontro de uma cultura nacional, “que impõe a fronteira-linear e o território”, e uma outra local, “instituída pelas práticas e representações sociais dos habitantes das zonas fronteiriças”, remetendo à ideia de interligação entre territórios. Contudo, destaca a referida autora, essa mescla não significa a constituição de uma identidade única (como proposto pela teoria turniana), visto que “os sujeitos são portadores de múltiplas identidades” e práticas. Em virtude disso, as zonas fronteiriças não apresentam coesão identitária, pois, “mesmo subordinadas à fronteira-linear, [...] elas se justapõem às normas e ideologias nacionais pelas trocas materiais e imateriais” – podendo ser compreendidas como um espaço diferenciado, onde se expressam as territorialidades de diferentes atores.

A ideia de “fronteira como lugar” (ou espaço transfronteiriço) está intimamente relacionada às concepções de “espaço experiencial” e “território simbólico” que apresentamos anteriormente. Isso porque carrega consigo as dimensões do “vivido”, do experienciado, do simbólico e sua produção de significados. Ela nos é muito valiosa em, pelo menos, dois aspectos: primeiro,

⁸ Área contígua e paralela à linha de fronteira, estabelecida, juridicamente, por cada país. No Brasil, trata-se da faixa de até 150 km de largura ao longo das fronteiras terrestres, conforme o artigo 20 da Constituição Federal de 1988.

porque se trata de uma perspectiva a partir da qual podemos pensar as dinâmicas existentes no contexto da fronteira trinacional formada por Argentina, Brasil e Paraguai. Além do mais, dialoga, diretamente, com a proposta de integração latino-americana para qual a UNILA foi criada, pois possui uma visão da “fronteira” como elemento integrador entre países, povos e culturas, como lugar onde a diversidade e a multiplicidade se expressam por meio das mais variadas práticas e processos.

Com o intuito de melhor compreender os interesses envolvidos na implementação de uma universidade como a UNILA na fronteira trinacional, fizemos, na próxima seção, um breve histórico de seu processo de criação, bem como discorreremos sobre seu projeto de integração. Paralelamente, buscamos também, ainda que em linhas gerais, evidenciar as diversas dinâmicas territoriais existentes ao longo do tempo. Assim, pudemos caracterizar, mais facilmente, o contexto a que nos referimos e no qual a Unila se insere.

4 UMA UNIVERSIDADE PARA A INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA

Neste capítulo, traçamos um breve histórico sobre a criação da UNILA com o objetivo de explicitar, em linhas gerais, as dinâmicas e interesses que envolveram a implementação de uma universidade com características tão especiais na fronteira formada por Argentina, Brasil e Paraguai. Para tanto, adotamos uma linha de raciocínio que leva em consideração dois aspectos que nos são essenciais, a saber: 1) a ideia de “integração”; e 2) a inserção da Universidade no espaço sociogeográfico transfronteiriço. Contudo, é importante destacar que não temos a pretensão de esgotar a análise das diversas concepções existentes de integração, nem intencionamos resgatar a história da formação da fronteira trinacional em questão. Abordaremos esses dois aspectos apenas para situar nosso objeto de estudo em um contexto mais amplo.

4.1 A IDEIA DE INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA

Como ponto de partida, lançamos mão do uso do dicionário mais uma vez e trazemos as definições do verbo “integrar” constantes no “Miniaurélio Século XXI Escolar”, o qual nos diz que tal vocábulo significa: “1) Tornar inteiro; completar; integralizar. 2) Fazer parte de. 3) Juntar. 4) Tornar-se parte integrante; incorporar-se.” (Ferreira, 2001, p. 394). Ainda que de maneira genérica, essas definições fazem alusão a partes que se tornam um conjunto por meio de algum processo – processo esse aqui identificado pelo substantivo feminino “integração”.

Evidentemente, a ideia de “integração” que se busca dar existência com a criação da UNILA transcende as noções apresentadas pelo dicionário por ser muito mais complexa, uma vez que é atravessada por relações multifacetadas que perpassam os âmbitos político, econômico, social e cultural da realidade latino-americana. Sendo assim, ainda que situemos a proposta de uma universidade como a UNILA na esfera da educação, podemos dizer que a mesma não se restringe somente a tal esfera. Conforme destacado por Bertolleti (2017, p. 59), “os processos de integração no campo educacional, quase sempre, ocorrem pelas bases da integração econômica, tomando a integração educacional como uma etapa avançada do processo de integração econômica entre países”.

A partir das considerações acima, pode-se inferir que o projeto que a

UNILA representa deve ser compreendido dentro de um contexto de integração regional mais amplo. Entretanto, antes de expor as circunstâncias em que esse processo se dá, acreditamos ser necessário fazer a seguinte pergunta: o que se entende por “integração”? A respeito disso, nos valem das contribuições de Zuck (2021), para quem a integração pode ser entendida, em linhas gerais, como um processo social e histórico que ocorre tanto em nível interno – por exemplo, entre regiões no interior de um país (lembramos aqui da discussão sobre “expansão de fronteiras internas”, apresentadas anteriormente) – quanto em nível externo, entre países ou regiões – que, em função de interesses e objetivos em comum, buscam integrar-se entre si, por meio de distintos mecanismos (como tratados e acordos de cooperação), e compor um conjunto de abrangência regional, que pode resultar em um bloco ou em políticas de caráter integracionista.

Social e historicamente situada, a integração é marcada por conflitos, disputas políticas e contradições em torno de princípios, objetivos, finalidades, planos e compromissos definidos, do envolvimento de sujeitos e esferas (Estados, governos, presidentes, ministros, embaixadores, partidos políticos, movimentos, classes sociais) e das áreas de abrangência e de atuação (comércio, trabalho, infraestrutura, saúde, educação, entre outras), que têm sido contempladas (Zuck, 2021, p. 27).

No que se refere à América Latina, é notório que, em diferentes momentos de sua história, diversas foram as iniciativas integracionistas. Contudo, embora os germens da integração já possam ser identificados em períodos anteriores, foi principalmente a partir da segunda metade do século XX que a ideia ganhou força, em virtude das dificuldades econômicas em que os países se encontravam após a Segunda Guerra Mundial. Em um primeiro momento, a assinatura de tratados e o estabelecimento de acordos de cooperação levaram à criação de zonas e áreas de livre comércio entre os signatários. Datam da década de 1960, por exemplo, o Tratado de Montevideu (1960), que deu origem à Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC); o Tratado Geral de Integração Econômica da América Central (1960), que criou o Mercado Comum Centro-Americano; a Associação de Livre Comércio do Caribe (1965), transformada, posteriormente, em Comunidade do Caribe (CARICOM); e o Acordo de Cartagena (1969), que instituiu a Comunidade Andina (CAN). Essas e outras iniciativas foram apenas o princípio de uma caminhada rumo a processos mais aprofundados de

integração regional⁹.

No que diz respeito ao Brasil, é sabido que a questão da integração latino-americana encontra-se vinculada aos princípios que regem suas relações internacionais. Isso está explícito no parágrafo único do artigo 4º da Constituição Federal de 1988, o qual diz que “a República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações” (Brasil, 1988). A presença de tal dispositivo na Carta Magna nos revela a importância que o tema possui para o País e explica, em parte, as iniciativas do Estado brasileiro para a integração regional nas mais variadas esferas, inclusive na da educação.

É nesse contexto que conseguimos compreender a criação de uma universidade com aspectos tão singulares como a UNILA, a qual representa uma proposta de integração a partir do campo educacional. Conforme enunciado no Artigo 4º de seu Estatuto, sua missão institucional consiste em:

[...] contribuir para a integração solidária e a construção de sociedades na América Latina e Caribe mais justas, com equidade econômica e social, por meio do conhecimento compartilhado e da geração, transmissão, difusão e aplicação de conhecimentos produzidos pelo ensino, a pesquisa e a extensão, de forma indissociada, integrados na formação de cidadãos para o exercício acadêmico e profissional e empenhados na busca de soluções democráticas aos problemas latino-americanos (UNILA, 2012. p. 1).

Uma universidade com tal missão não poderia ser pensada sem que houvesse condições prévias favoráveis, tanto interna quanto externamente. No âmbito externo, essas foram criadas a partir da fundação do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), em 1991, com a assinatura do Tratado de Assunção. A configuração de um espaço de cooperação em matéria de educação – denominado Setor Educacional do MERCOSUL (SEM)¹⁰, também conhecido como MERCOSUL Educacional, e vinculado à proposta de integração comercial entre os países

⁹ Já no século XXI, a busca por integração na América Latina resultou em novas iniciativas como, por exemplo, a Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América – Tratado de Comércio dos Povos (2004), a União de Nações Sul-Americanas (2008) e a Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (2010).

¹⁰ O Setor Educacional do MERCOSUL possui como missão “formar um espaço educacional comum, por meio da coordenação de políticas que articulem a educação com o processo de integração do MERCOSUL, estimulando a mobilidade, o intercâmbio e a formação de uma identidade e cidadania regional, com o objetivo de alcançar uma educação de qualidade para todos, com atenção especial aos setores mais vulneráveis, em um processo de desenvolvimento com justiça social e respeito à diversidade cultural dos povos da região” (MERCOSUL, 1991).

signatários¹¹ – expandiu a própria discussão a respeito da integração para além da esfera econômica (Almeida, 2015). Desde então, a educação passou a desempenhar um papel estratégico “para alcançar o desenvolvimento econômico, social, científico-tecnológico e cultural da região” (Gadotti, 2007, p. 11) e, de maneira progressiva, foram implementados mecanismos que resultaram em ações no sentido de aprofundar a integração educacional. A título de ilustração, destacamos os acordos e protocolos voltados para a cooperação interinstitucional, reconhecimento de estudos e títulos, intercâmbio científico e linguístico, mobilidade acadêmica, entre outros. Todos esses mecanismos favoreceram a constituição desse espaço educacional na América Latina, bem como o desenvolvimento de redes e associações empenhadas na integração da educação superior no continente.

Além da facilitação das parcerias entre pesquisadores, acadêmicos e docentes, as redes tendem a possibilitar a circulação de conhecimento científico e tecnológico, permitindo a cooperação entre instituições latino-americanas, americanas e europeias. Nesse sentido, as propostas apresentadas pelas redes versam necessariamente sobre o processo de integração educacional e da materialização de atividades de acreditação, mobilidade, expansão da formação superior, intercâmbio de conhecimento, criação de projetos e programas vinculados ao setor produtivo. De modo geral, a criação dessas redes reflete uma tentativa latino-americana de se fortalecer por meio da integração via formação de um espaço de educação superior (Bertolleti, 2017, p. 110).

Somente para dar um exemplo sobre a que se refere a autora supracitada, mencionamos a Associação das Universidades do Grupo de Montevideu (AUGM), uma iniciativa de caráter não governamental. Fundada em agosto de 1991, constitui-se em uma rede formada por universidades públicas da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai, que possui como objetivos “contribuir para o reforço e consolidação de uma massa crítica de recursos humanos de alto nível” na região por meio da investigação científica e tecnológica em áreas estratégicas, da formação contínua, do aproveitamento das estruturas de gestão e funcionamento das universidades integrantes, da interação de seus membros com a sociedade e da difusão de conhecimentos que promovam a sua modernização (AUGM, 1991).

Já entre as iniciativas de âmbito governamental, podemos citar as

¹¹ Fundado, inicialmente, por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai (Estados Partes), teve adesão posterior de Venezuela (como Estado Parte) Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Peru e Suriname (como Estados Associados).

ações realizadas pelos Países, por meio de seus órgãos, instituições, fundações e programas, que impulsionam o intercâmbio científico, tecnológico e acadêmico, a expansão da internacionalização e a integração no campo educacional. No caso do Brasil, vale salientar o papel desempenhado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) – fundação do Ministério da Educação (MEC), que possui entre suas linhas de ação o incentivo à cooperação científica internacional e à “formação de pessoal de alto nível no País e no exterior” (CAPES, 2014), naquilo que concerne à pós-graduação *stricto sensu* – e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) – fundação ligada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), voltada para o fomento da pesquisa científica, tecnológica e de inovação e para a promoção da “formação de recursos humanos qualificados para a pesquisa, em todas as áreas do conhecimento” (CNPq, 2014).

Igualmente importantes são as iniciativas resultantes da ação direta e da articulação entre órgãos do Estado, que podem criar programas para o incentivo do intercâmbio de conhecimento, seja por meio do envio de estudantes ao exterior ou pela atração de pesquisadores estrangeiros ao País. Esse é o caso do Programa Ciência Sem Fronteiras (para ainda permanecer no Brasil como exemplo), que “busca promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional” (CNPq, 2022). Conforme exposto em sua página de apresentação, o Programa trata-se de um esforço conjunto do MEC e MCTI, por meio de suas fundações (respectivamente, CAPES e CNPq) e as Secretarias de Ensino Superior e de Ensino Tecnológico do próprio MEC, que estipulam as áreas prioritárias para o estabelecimento de parcerias e criação de oportunidades.

É precisamente entre essas iniciativas resultantes da ação direta do Estado que a UNILA está situada. Fruto da tentativa brasileira de proporcionar e aprofundar a integração regional, sobretudo no âmbito da educação, a Universidade foi estabelecida em Foz do Iguaçu, estado do Paraná. A escolha do local de sua implantação não foi por acaso, uma vez que se deu em virtude da cidade do oeste paranaense estar localizada na fronteira trinacional formada por Argentina, Brasil e Paraguai, fato que representa, em termos simbólicos, a ideia de integração.

É importante lembrar que tal ideia de integração está associada à concepção de “fronteira” não como um limite (no sentido de separação), mas sim

enquanto um espaço comum e diverso, de confluência e interação. Desse modo, a fronteira constitui-se em um dos elementos fundamentais da discussão que aqui realizamos, o qual não podemos ignorar. O conhecimento das dinâmicas que lhes são inerentes nos ajudam a compreender, de maneira mais ampla, o contexto em que a UNILA se insere.

4.2 FOZ DO IGUAÇU E O "PROJETO UNILA"

Embora tenhamos ciência da importância do processo de formação da fronteira trinacional Argentina-Brasil-Paraguai para a compreensão das dinâmicas nela existentes, partimos de uma perspectiva mais local, focada no lado brasileiro, evidenciando a história da cidade de Foz do Iguaçu. Isso não significa que consideramos irrelevantes suas vizinhas – *Ciudad del Este*, no Paraguai, e *Puerto Iguazú*, na Argentina – mas sim porque é naquela em que encontra-se sediada a UNILA. Além disso, conforme mencionado anteriormente, nossa intenção é de apenas ter um panorama mais amplo possível.

Fotografia 1 – Cidade de Foz do Iguaçu



Fonte: UNILA, 2017. Imagem aérea da cidade de Foz do Iguaçu com o rio Paraná à esquerda.

Localizada no oeste paranaense, Foz do Iguaçu (fotografia 1) constitui-se em uma das principais cidades fronteiriças da América do Sul. Originariamente *Iguassu*¹², o nome tem etimologia indígena e significa “água

¹² Segundo Silva (2014), inicialmente, esse termo era usado para referir-se a toda a região da foz do rio Iguaçu.

grande”, “lago grande” ou “rio grande”. Sua história remonta aos tempos coloniais, quando o povoamento da região se iniciou, e é marcada pelo processo de conformação das fronteiras do Brasil com a Argentina e o Paraguai. Datam desse período, os tratados que mais tiveram impacto no contexto local, tais como o de Tordesilhas (1494), o de Madrid (1750) e o de Santo Ildefonso (1777), que tiveram como objetivo central delimitar as posses de terra entre Portugal e Espanha no “Novo Mundo”.

Vale mencionar que a assinatura desses tratados reflete o predomínio do senso de separação, a partir do qual a fronteira é compreendida em sua acepção jurídico-política moderna, como limite territorial entre os poderes dos Estados nacionais. De acordo com Silva (2014), foi o Tratado de Madrid que basicamente definiu a fronteira oeste do Paraná, uma vez que, até 1750, a região pertencia ao império espanhol e, desde então, passou à propriedade portuguesa.

Durante quase todo o Período Colonial (1500-1822), a região passou por um processo de ocupação gradual, já que não apresentava atividades econômicas intensas ou outros fatores de atração de grandes contingentes populacionais. Além disso, suas condições naturais desfavoráveis, tais como a mata muito fechada e a existência de quedas d’água nos rios que a banhavam (Sete Quedas, no Rio Paraná, e Cataratas do Rio Iguaçu, por exemplo), dificultavam a penetração dos colonizadores tanto por via terrestre quanto por fluvial. De acordo com Oliveira e Brighenti (2022), a floresta densa constituía-se em um obstáculo para a agropecuária, principal atividade desenvolvida pelos colonos, e a presença das quedas no Rio Paraná e seus afluentes limitavam a navegação e o acesso dos não indígenas. Ademais, a região não presenciou os confrontos desencadeados pela Guerra da Tríplice Aliança, uma vez que “os caminhos das tropas dos exércitos Aliados não eram terrestres, ao contrário, seguiam o Atlântico e o curso do rio Paraná/Paraguai, ficando a região sem ações bélicas”. Nesse cenário, os Guarani viviam e transitavam pelo território “de maneira autônoma e praticamente exclusiva até fins do século XIX” (Oliveira e Brighenti, 2022, p. 227).

Mesmo assim, por se tratar de território indígena, a região que englobava aquilo que se conformou, posteriormente, como “fronteira trinacional” não ficou imune aos conflitos provocados pelo processo de ocupação. A realidade começou a se alterar com o início da exploração extrativista, sobretudo relacionada à madeira e à erva-mate, realizada, muitas vezes, por meio do trabalho indígena em

regime análogo à escravidão. Desde então, conforme apontado por Silva (2014), organizou-se uma sociedade em torno dessa economia, na qual o Rio Paraná, no trecho compreendido entre Foz do Iguaçu e Guaíra¹³, veio a constituir-se na principal via dos fluxos de pessoas e mercadorias.

Se no Período Colonial (1500-1822) os recursos naturais da região não foram objeto de exploração predatória, o mesmo não ocorreu a partir de 1800. Desde então, a partir da demanda do mercado argentino para erva-mate e madeira, colocou-se em marcha um processo de exploração destes produtos. Este processo perdurou até por volta de 1940 e moldou a forma pela qual as pessoas viviam na região (Silva, 2014, p. 25).

Foi a partir do Período Imperial que o processo de ocupação da região ganhou novas feições. Em virtude dos interesses cada vez maiores de proteger e controlar de fato o território, adotou-se o estabelecimento de colônias militares como um dos instrumentos para garantir a presença estatal e fixar população nas áreas de fronteira. “O caráter militar indicava que cabia ao Exército Brasileiro o compromisso de organizar a vida administrativa, a começar pela distribuição de terras” (Silva, 2014, p. 31). Assim, por meio da doação de lotes para cultivo, buscava-se atrair pessoas (principalmente imigrantes) e promover o povoamento. Foi nesse contexto que, já em fins do século XIX, fundou-se a Colônia Militar de Foz do Iguaçu (1889).

É a partir da instalação da Colônia Militar que começou a se configurar o que conhecemos como a parte brasileira da Tríplice Fronteira. A então Vila de Guaíra, por exemplo, deixou de ser o principal local de concentração de pessoas na região. E, administrativamente, a Colônia Militar aos poucos se impôs como representante do poder público brasileiro com sede em Foz do Iguaçu (Silva, 2014, p. 32).

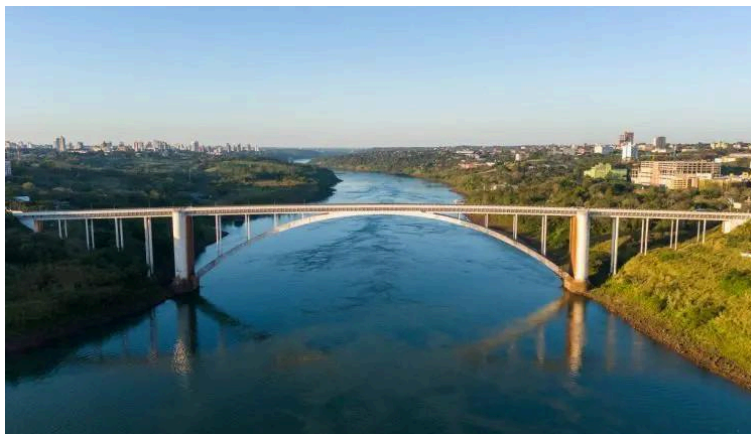
É importante observar que, por um lado, a implantação da Colônia Militar ajudou a intensificar o processo de ocupação da região e o controle territorial do Estado brasileiro. Por outro, contribuiu para a redução do território Guarani e a dispersão da população indígena. Além do mais, no contexto das transformações da realidade local provocadas pela presença dos militares, a mão de obra Guarani tornou-se fundamental e foi largamente empregada em tarefas que demandavam, sobretudo, trabalho braçal, tais como derrubada da mata, abertura de estradas,

¹³ Município do oeste paranaense, localizado na divisa estadual com o Mato Grosso do Sul e na fronteira com o Paraguai.

atividades extrativistas, entre outras (Oliveira e Brighenti, 2022). A expropriação e expulsão dos indígenas de seus territórios, bem como a exploração de sua mão de obra, são questões que estiveram (e ainda estão até os dias atuais) intimamente relacionadas às mudanças pelas quais Foz do Iguaçu passou durante o século XX.

Transferida à administração do Estado do Paraná, em 1912, como distrito do município de Guarapuava e, posteriormente, elevada à condição de município com sua emancipação, em 1914, Foz do Iguaçu tem presente em sua história momentos de grande relevância, que a levaram a profundas transformações na segunda metade do século XX. São fatos marcadamente importantes para a cidade e, também, para a integração regional sul-americana a inauguração da Ponte Internacional da Amizade (fotografia 2), em 1965, da Rodovia BR-277¹⁴, em 1969, e do Aeroporto Internacional de Foz do Iguaçu, em 1972, bem como a construção da usina hidrelétrica Itaipu Binacional¹⁵ e da Ponte da Fraternidade, posteriormente inaugurada como Ponte Internacional Presidente Tancredo Neves (fotografia 3), em 1985.

Fotografia 2 – Ponte Internacional da Amizade



Fonte: Marcos Labanca / H2FOZ, 2024. Ponte sobre o Rio Paraná, que liga Foz do Iguaçu (Brasil) à *Ciudad del Este* (Paraguai).

¹⁴ Rodovia Federal com cerca de 730 Km de extensão, que liga o Porto de Paranaguá, no litoral do Estado do Paraná, à Ponte Internacional da Amizade, em Foz do Iguaçu.

¹⁵ Fruto de uma série de negociações entre Brasil e Paraguai, que resultou na assinatura do Tratado de Itaipu, em 26 de abril de 1973. O passo inicial para a construção da usina se deu em 1974, “com a chegada das primeiras máquinas ao futuro canteiro de obras” (Itaipu Binacional, [s.d.]).

Fotografia 3 – Ponte Internacional Presidente Tancredo Neves



Fonte: Marcos Labanca / H2FOZ, 2023. Ponte sobre o Rio Iguçu, que liga Foz do Iguçu (Brasil) à *Puerto Iguazú* (Argentina).

Silva (2014) nos dá uma dimensão da importância da infraestrutura viária terrestre para o processo de integração regional ao nos mostrar as conexões territoriais que se estabeleceram, a partir da fronteira trinacional, entre Argentina, Brasil e Paraguai:

[...] Longe de ter o objetivo pontual de atender a demanda da população local, a construção da rodovia fazia parte de uma estratégia mais ampla de integração regional, que evidentemente coincidia com a demanda local. A rodovia faz uma importante conexão entre o oeste do estado com a capital, mas principalmente com o litoral e o Porto de Paranaguá. Mais importante do que conectar Foz do Iguçu ao Porto, foi outra conexão que já estava concluída à espera da estrada: a Ponte da Amizade. Na prática, BR-277 e Ponte da Amizade atenderam a uma antiga demanda do Paraguai: o acesso ao mar.

Do lado paraguaio, a rodovia denominada Ruta 7 faz a conexão entre a Ponte da Amizade e a capital Asunción. Para além do território paraguaio, a rodovia permite acesso até La Paz, na Bolívia, e Lima, no Peru. [...] Do lado argentino, para chegar à Tríplice Fronteira por via terrestre, é necessário trafegar pela Ruta 12. Com mais de 1500 km de extensão, é possível trafegar da Ponte Internacional Tancredo Neves até a província de Buenos Aires (Silva, 2014, p. 59-60).

Foz do Iguçu ainda possui outras duas rodovias federais, a BR-469¹⁶ e a BR-600¹⁷, que interligam, respectivamente, a Ponte Internacional Tancredo Neves e o Parque Nacional do Iguçu (fotografia 4), e a BR-277 e a usina hidrelétrica Itaipu Binacional. Além disso, ganhará uma segunda ponte sobre o Rio

¹⁶ Também denominada Avenida das Cataratas.

¹⁷ Mais conhecida como Avenida Tancredo Neves.

Paraná – denominada Ponte Internacional da Integração – que a conectará, em breve, à cidade de Presidente Franco, no Paraguai.

Fotografia 4 – Parque Nacional do Iguaçu



Fonte: Rafael Franca Palmeira / Arquivo pessoal, 2021.

Empreendidas pela ditadura cívico-militar que se encontrava no poder, tais obras de infraestrutura viária tiveram grande impacto na conformação do espaço da fronteira trinacional. No caso brasileiro, em sintonia e associado às transformações da estrutura produtiva e fundiária regional¹⁸ então em curso, esse conjunto de intervenções impulsionou a ocupação do oeste paranaense e, simultaneamente, contribuiu para intensificar o processo de expropriação indígena, o qual, segundo Oliveira e Brighenti (2022, p. 224), ocorreu com extrema intolerância e transformou “a população Guarani em desterrados e estrangeiros em seus próprios territórios”.

Em relação a tal processo, não há como deixarmos de associá-lo à lógica então predominante de expansão interna, fortemente influenciada pelas formulações turnianas sobre “fronteira” (mencionada em capítulo anterior). O que ocorreu (e ainda ocorre até os dias atuais) com o povo Guarani é um exemplo emblemático, um retrato da concepção de fronteira enquanto linha divisória entre “as forças do progresso” e a “natureza selvagem”, entre “a modernização” e “o atraso”, entre “a civilização” e “a barbárie”.

¹⁸ Segundo Brighenti (2018, p. 123), com a chegada de fazendeiros e colonos a partir da década de 1940, a mata nativa foi eliminada e substituída por empreendimentos agropecuários, “toda terra foi dividida em lotes por empresas colonizadoras e vendida aos colonos em situações de fraudes documentais, violência e trabalho escravo. Nesse contexto, os Guarani são usados como mão de obra na derrubada da mata, abertura de lavouras e estradas”.

É importante observar que o conjunto de intervenções estruturais também contribuiu para a integração regional, tanto no âmbito interno quanto no externo, e reconfigurou não somente o espaço, mas, também, a dinâmica dos fluxos econômicos, populacionais e das relações políticas, sociais e culturais da fronteira trinacional. Em um intervalo de tempo relativamente curto (entre 1950 e 2000), o Rio Paraná (fotografia 5) deixou de ser a principal via de transporte, *Puerto Iguazú* perdeu o posto de cidade mais importante, a população de Foz do Iguaçu cresceu cerca de dezesseis vezes (passou da casa dos 16 mil habitantes para 258 mil habitantes) e *Ciudad del Este*, juntamente com sua região metropolitana, constituiu-se como a mais populosa com 389 mil habitantes (Silva, 2014).

Fotografia 5 – O encontro dos rios Iguaçu e Paraná



Fonte: Marcos Labanca / Marco das 3 Fronteiras, 2024. O encontro dos rios Iguaçu (marrom) e Paraná (verde) na fronteira trinacional.

Entre as intervenções que mais tiveram impacto na fronteira Argentina-Brasil-Paraguai encontram-se, também, a instalação da Itaipu Binacional (fotografia 6) e a implementação da zona franca de *Ciudad del Este*. Sem dúvida, ambas foram as principais responsáveis pelo crescimento econômico, populacional e urbano da região no último quartel do século XX. Com o início, de fato, das obras da Usina, em 1975, elevados contingentes de pessoas – provenientes de diversas partes do Brasil – foram atraídos para Foz do Iguaçu pela alta demanda por mão de obra nas frentes de trabalho, sobretudo para a construção da barragem.

Fotografia 6 – Itaipu Binacional



Fonte: Rafael Franca Palmeira / Arquivo pessoal, 2014.

Segundo as informações constantes no *site* da própria Itaipu Binacional, à época, Foz do Iguaçu possuía apenas duas ruas asfaltadas e uma população de cerca de 20 mil habitantes. Contudo, em um intervalo de dez anos, a cidade viu sua população quintuplicar e passar a pouco mais de 100 mil habitantes. Para dar conta desse rápido crescimento, entre 1975 e 1978, mais de 9 mil moradias e um hospital foram construídos para atender as necessidades de habitação e cuidado médico dos trabalhadores e suas famílias (Itaipu Binacional, [s.d.]). Ademais, outras obras de infraestrutura urbana se fizeram necessárias, já que o poder público de nenhuma das cidades envolvidas, tanto do lado brasileiro quanto do lado paraguaio, tinha condições de provê-las. Em virtude disso, a própria Empresa construiu creches, escolas, clubes e áreas de lazer, bem como organizou os serviços de energia elétrica, água, esgoto, coleta de lixo, entre outros dos bairros planejados para seus empregados.

A implantação da Usina também adicionou um novo capítulo à história de violência e exploração contra os indígenas da região. Conforme apontado por Oliveira e Brighenti (2022), com a construção da barragem e a iminente formação do lago, houve pressão intensa por parte da Itaipu e de órgãos governamentais – a saber, FUNAI¹⁹ e INCRA²⁰ – para a remoção das famílias que ainda resistiam nas áreas que seriam alagadas. Sem ter para onde ir, muitas famílias Guarani tiveram que deixar suas terras e se dispersaram para outras localidades do Paraná, de estados do Sudeste e do Paraguai. Aquelas que

¹⁹ Fundação Nacional dos Povos Indígenas.

²⁰ Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

permaneceram na região, ficaram trabalhando como ‘agregados’ para camponeses e fazendeiros.

A respeito do violento processo de desterritorialização a que foram submetidos os Guarani, que se viram forçados a abandonar suas terras tradicionais com a implantação a Itaipu Binacional, o relato de Brighenti (2018), em outro estudo por ele realizado, é contundente:

[...] na década de 1970, ainda se contabilizavam pelo menos 18 Tekoha/aldeias Guarani na margem esquerda do rio Paraná; todas foram destruídas pela construção da Itaipu Binacional, que começou a operar em 1983, provocando aquilo que os Guarani definem como *sarambi* esparramo total, com fugas das pressões e tentativas frustradas de sobrevivência. O Relatório da CNV²¹ ainda é enfático ao afirmar que o Estado, através de seus órgãos ligados ao campo e aos indígenas, corroborou com o *sarambi*. Foram os funcionários do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) que atearam fogo nas casas Guarani para expulsá-los das terras; foi a Fundação Nacional do Índio (Funai) que produziu laudos falsos contra os Guarani. Por fim, foi a empresa Itaipu Binacional que alagou as terras e não reconheceu a presença dessa população na região (Brighenti, 2018, p. 123).

Assim como no processo de implantação da Itaipu Binacional, a ideia de integração regional também é encontrada no movimento de expansão da fronteira agrícola brasileira para os departamentos orientais paraguaios. Conforme apontado por Souchaud (2011), a colonização agrícola resultou da aproximação entre os dois países na busca por ocupar e integrar as áreas periféricas de seus respectivos territórios - um movimento convergente que, do lado brasileiro, se deu para oeste, enquanto que do lado paraguaio, para leste. Esse processo foi fortemente marcado por fluxos migratórios do Brasil para o Paraguai, impulsionados, sobretudo, pela política do Governo Stroessner²² de abertura da fronteira oriental à imigração, na década de 1960.

Em relação a tal política, Albuquerque (2009) nos diz que, em 1963, o governo paraguaio alterou o estatuto agrário e passou a permitir a venda de terras localizadas nas áreas de fronteira a estrangeiros. Até então, a porção leste do Paraguai era coberta por floresta tropical, habitada por comunidades indígenas e explorada por traficantes de madeira e empresas que atuavam na extração de erva-mate. Com o objetivo de ocupar “espaços vazios” e reduzir as tensões sociais na região central do País, o governo implementou um plano de colonização e

²¹ Comissão Nacional da Verdade.

²² Alfredo Stroessner, ditador-presidente do Paraguai entre 1954 e 1989.

facilitou a entrada de brasileiros para executar atividades como derrubada de mata e plantio. Assim, “os departamentos fronteiriços de Alto Paraná, Canindeyú, Amambay foram ocupados principalmente por colonos brasileiros, enquanto que os departamentos vizinhos de Caaguazu e Caazapá foram colonizados por camponeses paraguaios”, estes últimos provenientes dos departamentos centrais (Albuquerque, 2009, p. 141).

Já no lado brasileiro, a intensificação da migração de trabalhadores para as zonas fronteiriças se deu em um cenário de mudanças geopolíticas e econômicas. No âmbito geopolítico, durante a ditadura cívico-militar, aprofundou-se a ideia de que o espaço da fronteira Argentina-Brasil-Paraguai se constituía em peça-chave para a segurança nacional e, em virtude disso, tornou-se objeto de extremo interesse e prioridade do Governo Federal. Para garantir o controle territorial e evitar litígios com os países vizinhos, as ações governamentais tiveram como foco o povoamento mais efetivo das áreas contíguas aos limites fronteiriços, bem como sua integração ao restante do território. Além do mais, a maior presença do Estado nessa região tão estratégica do continente sul-americano visava o aumento da influência brasileira no Cone Sul e a afirmação do País como potência regional no contexto da Guerra Fria (Albuquerque, 2005; Souchaud, 2011; Bruziguessi, 2014; SILVA, 2014).

Paralelamente, no âmbito econômico, a transformação das estruturas produtiva e fundiária regionais (associada ao conjunto de intervenções estruturais promovidas pelo Estado) impulsionou a expansão agrícola e os fluxos migratórios para as zonas fronteiriças. Conforme apontado por Albuquerque (2009), a concentração da propriedade da terra, a mecanização da agricultura e a ampliação da monocultura (sobretudo de soja) levaram ao deslocamento de muitos trabalhadores e produtores rurais do Sul do Brasil para as áreas adjacentes à fronteira com o Paraguai. Esse movimento convergiu com as políticas de ocupação territorial implementadas pelos governos dos dois países, a partir da década de 1960, e contribuiu, diretamente, para a colonização das terras orientais paraguaias por brasileiros.

O deslocamento de milhares de trabalhadores para a construção da hidrelétrica de Itaipu e a indenização de vários camponeses que viviam no lugar do futuro lago de Itaipu também contribuíram para aumentar o fluxo migratório para o Paraguai na década de 1970 e 1980. Calcula-se que só para a construção da usina foram necessários cerca de 40 mil

trabalhadores. Para a formação do lago de Itaipu, 42 mil pessoas tiveram de se transferir, sendo 38 mil dentre elas pequenos produtores rurais. Durante esse processo de desapropriação de terras e construção da usina, muitas famílias dos trabalhadores da Itaipu e dos proprietários indenizados se dirigiram para as terras férteis do Paraguai. Os imigrantes se concentraram nos departamentos paraguaios que são limítrofes com o Brasil (Alto Paraná, Canindeyú e Amambay) e também nos departamentos de Itapua, Caaguazu e Caazapá (Albuquerque, 2009, p. 142)

Os fluxos migratórios e o conseqüente crescimento populacional fizeram com que surgissem diversas cidades no leste do Paraguai ao longo dos anos, nas quais a presença brasileira é bem marcante tanto na economia quanto na política e cultura locais. Inúmeras são as atividades em que predominam brasileiros (agrícolas, comerciais, setor de serviços), dentre as quais se destaca a produção de soja para exportação. É comum a existência de prefeitos e vereadores de origem brasileira nas municipalidades paraguaias próximas à fronteira com o Brasil. Normalmente identificados como “brasiguaios”²³, muitos já integram as gerações seguintes à dos primeiros imigrantes e o poder político e econômico que obtiveram provocaram (e ainda provocam) conflitos de natureza variada.

De acordo com Albuquerque (2009), a maior parte desses conflitos se dá por disputa de terras e tem sua origem nos embates do movimento camponês paraguaio contra proprietários rurais estrangeiros (alemães, árabes, chineses e, sobretudo, brasileiros) e latifundiários do próprio país, entre os quais militares que obtiveram grandes porções de terra durante o governo ditatorial de Stroessner. Além disso, há motivações de cunho ambiental, como o desmatamento e o uso intensivo de agrotóxicos no cultivo da soja, que poluem rios e solos e envenenam a população. Nesse contexto de constante tensionamento, é comum que camponeses sem-terra ocupem fazendas localizadas nas zonas fronteiriças e a reação de proprietários, bem como a violência da repressão estatal, resulte em mortes.

Outro fator estreitamente relacionado às transformações de grande impacto da região da fronteira Argentina-Brasil-Paraguai foi a criação da zona franca de *Ciudad del Este*, em 1979. Implementada com o objetivo de impulsionar a economia da cidade por meio da isenção de impostos sobre o comércio, essa zona

²³ Segundo Albuquerque (2010, p. 228), o termo é usado para denominar uma identidade imprecisa e mutável, e pode se referir: 1) ao imigrante pobre que foi para o Paraguai, não conseguiu ascender socialmente e que, muitas vezes, regressou ao Brasil; 2) aos grandes fazendeiros brasileiros no Paraguai; 3) aos filhos dos imigrantes que já nasceram naquele país e têm a nacionalidade paraguaia; 4) aos imigrantes e aos descendentes que já misturam a ‘cultura brasileira’ com elementos da ‘cultura paraguaia’; 5) a todos os imigrantes brasileiros que vivem na nação vizinha.

franca constitui-se, atualmente, na terceira maior do mundo – apenas atrás das de *Miami*, nos Estados Unidos, e *Hong Kong*, na China. Esta posição foi alcançada sobretudo por conta de sucessivas levas de consumidores, os quais ingressam na cidade paraguaia, diariamente, para comprar todo tipo de produtos importados (originais ou falsificados), que vão do setor de cosméticos ao de vestuário, de eletrodomésticos a eletrônicos e artigos de informática, de quinquilharias a itens de luxo. Essa nova dinâmica dos fluxos comerciais e de pessoas impulsionou o crescimento econômico da região nas duas últimas décadas do século XX e, aliada às melhorias na infraestrutura urbana e de transporte e às atrações locais existentes (como as Cataratas do Iguaçu), favoreceu o desenvolvimento do turismo, setor tão importante para Foz do Iguaçu, *Ciudad del Este* e *Puerto Iguazú* nos dias atuais (Silva, 2014).

Pode-se dizer que o conjunto de intervenções realizadas no período de 1950 a 2000 deu novo peso, em termos de importância, à fronteira trinacional. Em nível local, propiciou, ainda que desigualmente, o desenvolvimento econômico e crescimento urbano de *Ciudad del Este*, Foz do Iguaçu e *Puerto Iguazú*, de forma mais ou menos articulada e interdependente. No âmbito das relações interestaduais, alçou a fronteira Argentina-Brasil-Paraguai à posição de símbolo da integração regional. No que concerne à cidade brasileira, de acordo com Silva (2014), todo esse processo resultou em uma nova sociedade. Com origem mais plural do que as que existiram em torno da exploração da erva-mate e madeira e da Colônia Militar, a sociedade que emergiu estruturou-se em torno de outras dinâmicas políticas, econômicas, sociais e culturais. Conforme o próprio autor:

Sintetizando em outras palavras, onde hoje é a Tríplice Fronteira, foi um espaço onde predominou a exploração de erva-mate e madeira de 1820 até 1950. Formou-se uma sociedade em torno desta prática, que vivia em geral nas barrancas do Rio Paraná. Esta sociedade não foi completamente integrada à nova sociedade que se formou em torno da Colônia Militar entre 1890 e 1950, que passou a administrar a vida em torno do encontro dos Rios Paraná e Iguaçu. Os militares e aqueles que recebiam deles concessão de terra ou de comércio passaram a ser chamados de pioneiros. Eram no máximo 17 mil habitantes em 1950.

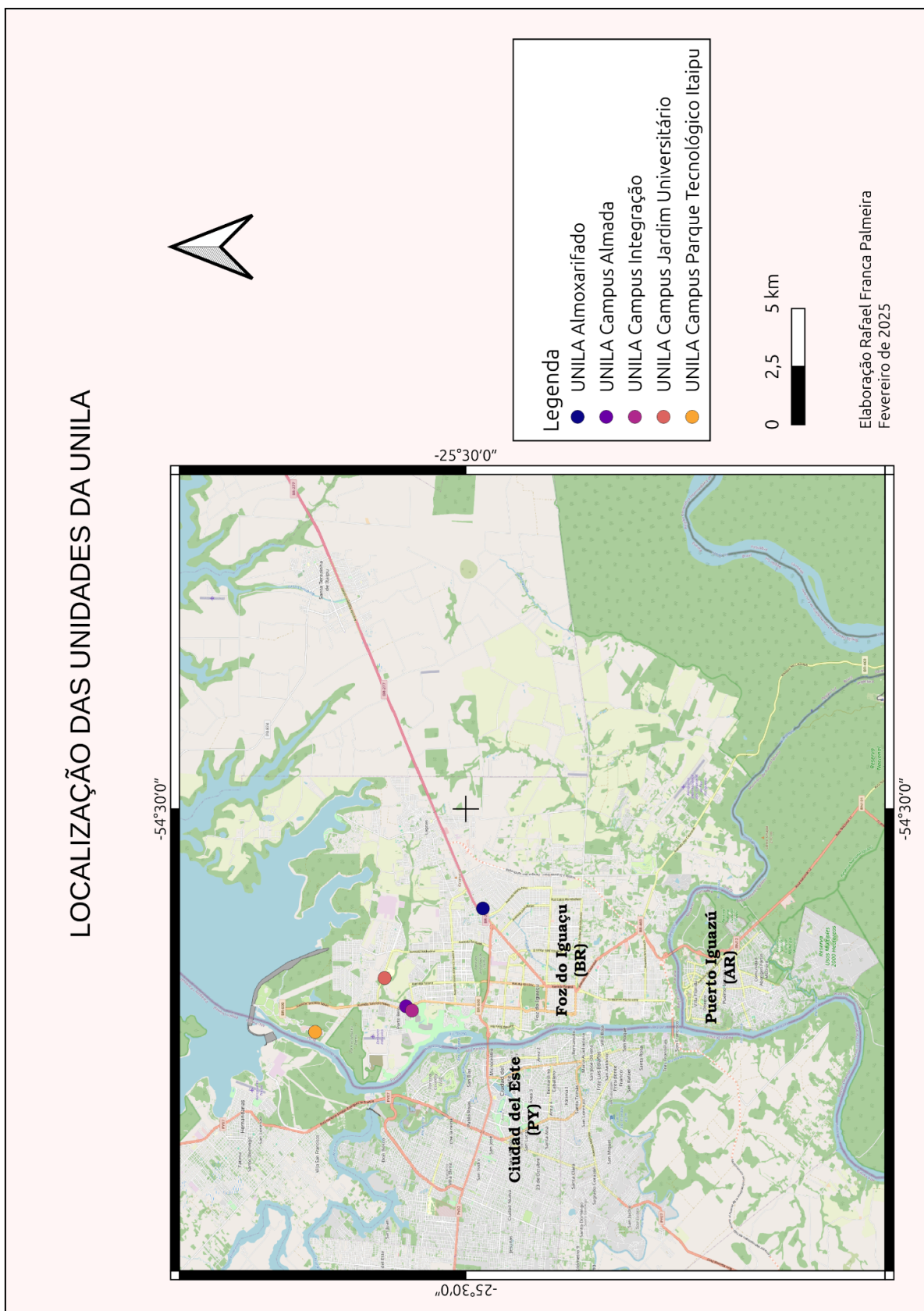
A sociedade local “inchou” em número de habitantes com a construção das obras de integração rodoviária, de construção da usina de Itaipu e do estabelecimento da Zona Franca de Ciudad del Este [...]. Os recém-chegados, tanto migrantes quanto imigrantes, reduziram a sociedade em torno da Colônia Militar a apenas uma parte da sociedade. Formou-se uma nova configuração da sociedade, que será conectada e dependente de uma região chamada de Tríplice Fronteira (Silva, 2014, p. 65).

Esse breve histórico sobre a conformação da fronteira trinacional e das transformações a ela associadas nos dão uma ideia do contexto em que a UNILA está inserida. Ao considerarmos tudo o que expusemos até aqui, podemos dizer, de maneira resumida, que a Universidade encontra-se situada, fisicamente, em um espaço transfronteiriço resultante de uma construção sócio-histórica, que se deu a partir das dinâmicas políticas, econômicas, sociais e culturais próprias de cada país, mas, também, das interações inerentes às relações existentes entre si. Um espaço caracterizado pela presença de diversos atores (indígenas, militares, Estado, colonos e agentes econômicos), territórios e territorialidades, marcado por encontros e desencontros com o “Outro”, um espaço compartilhado, que contém em si, simultaneamente, os sentidos de limite/separação e junção/mescla, que simboliza a ideia de integração regional e para onde confluíram uma parte considerável das políticas do Estado Brasileiro voltadas para esse objetivo.

Isto posto, não é de se estranhar que Foz do Iguaçu tenha sido escolhida como a sede de uma universidade concebida para a integração latino-americana. Por se tratar de mais uma iniciativa brasileira de promoção e aprofundamento da integração regional (desta vez pela via da educação), tal escolha se justifica pela posição privilegiada para a qual a cidade do oeste paranaense foi alçada nas últimas décadas. Conforme apontado por Roseira (2006), atualmente, Foz do Iguaçu constitui-se em um importante ponto de conexão da região transfronteiriça que envolve o oeste do Paraná, o leste do Paraguai e o nordeste da Argentina, e é fundamental para os projetos políticos que envolvem o MERCOSUL.

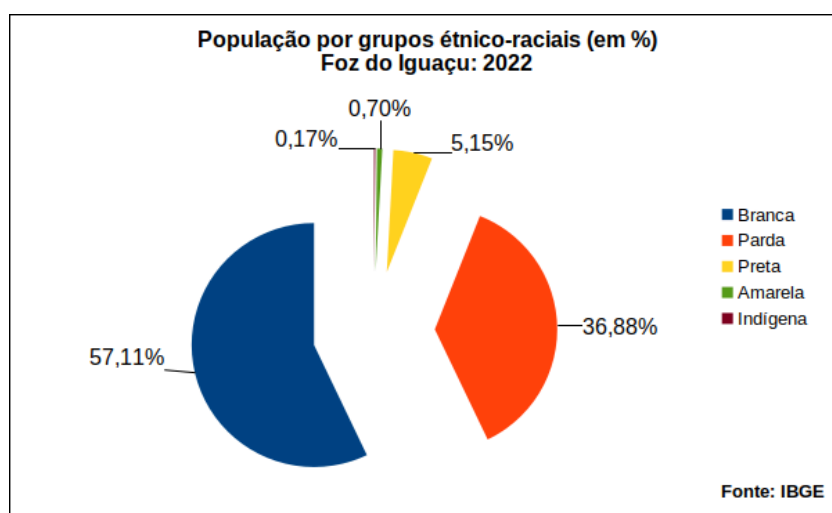
O Mapa 1 (a seguir) nos traz um pouco dessa dimensão espacial. Nele, é possível visualizar a fronteira trinacional - delimitada pelo encontro dos rios Iguaçu (fronteira entre Argentina e Brasil) e Paraná (fronteira entre Brasil e Paraguai) - bem como a localização da UNILA (representada pelos pontos coloridos).

Mapa 1 - Localização da UNILA na fronteira trinacional



Em virtude da presença de pessoas de diferentes países (argentinos, paraguaios, libaneses, japoneses, chineses, entre outros) e regiões do Brasil, Foz do Iguaçu também é marcada por uma grande diversidade cultural, sendo um lugar singular de encontro de nacionalidades, etnias e culturas, algo que “favorece a ideia de diálogo e interação regional” (IMEA, 2009, p. 15). Atualmente, sua população total é de 285.415 habitantes, segundo o último censo demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2022. Essa encontra-se dividida nos seguintes grupos étnico-raciais:

Gráfico 1 – Distribuição da população de Foz do Iguaçu por grupos étnico-raciais em 2022



Fonte: IBGE, 2022.

Nota: Elaboração Rafael Franca Palmeira. Julho de 2024.

Portanto, o projeto que a UNILA representa dialoga, diretamente, com a realidade da fronteira trinacional e insere-se no conjunto de políticas implementadas pelo Estado Brasileiro com vistas à integração regional. Como já mencionamos, uma universidade com tal perfil foi possível em virtude de um cenário externo favorável, que, em seu princípio, se deu com a criação do MERCOSUL e resultou em uma série de iniciativas voltadas para a internacionalização e o intercâmbio de conhecimento nos campos científico, tecnológico e educacional. Com a instituição do MERCOSUL educacional, cria-se um ambiente “propício ao surgimento de ideias e instrumentos que tenham a educação como uma estratégia de integração regional capaz de viabilizar a formação de um conhecimento autônomo e libertário dos centros de poder internacional” (Almeida, 2015, p. 104).

Em um momento posterior – mais especificamente nos dois

governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) – o projeto UNILA saiu do papel. Nesse período, houve o fortalecimento das relações do Brasil com a América Latina (sobretudo com a América do Sul) sob uma política externa orientada pela concepção de que o País deveria ter mais protagonismo no cenário internacional, onde a integração sul-americana passou a ser tratada como assunto estratégico (Ricobom, 2010). A partir do entendimento de que a integração regional precisava ir além da agenda comercial, pensou-se uma política integracionista por meio da educação, de caráter solidário e cooperativo, da qual a UNILA é seu resultado mais concreto.

Ao assumir unilateralmente a criação da Unila, um projeto ousado e de difícil concretização devido às suas dimensões multinacionais e interdisciplinares, o Governo brasileiro reafirmou seu compromisso para com o Mercosul e as integrações regionais sul-americana e latino-americana. A ampliação da vocação da universidade, de mercosulina para latino-americanista, além de contribuir para a concretização de um princípio constitucional brasileiro que estabelece a busca pela integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina como algo a ser perseguido pelo Brasil, está relacionada à percepção do Governo de Lula da Silva de que o Mercosul e a integração sul-americana são a parte possível e operativa de um processo maior que é a integração latino-americana. Essa visão é reforçada no período entre 2006 e 2007, durante o processo eleitoral brasileiro e permaneceu no segundo mandato do presidente Lula da Silva (Almeida, 2015, p. 103).

No âmbito da política interna, a implantação da UNILA está intimamente relacionada à expansão da educação superior no Brasil, que ocorreu, entre outras medidas²⁴, por meio da fundação de novas universidades federais – sobretudo no interior – e da ampliação do acesso, da permanência e do quantitativo de vagas nas instituições já existentes²⁵. Além de sua dimensão mais concreta, esse processo de expansão teve um importante significado simbólico, uma vez que retomou “a vocação histórica da educação superior pública no Brasil” e representou

²⁴ Entre tais medidas também se encontra a ampliação do acesso às instituições privadas de ensino, sobretudo por meio do Programa Universidade Para Todos (PROUNI) e do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES). O PROUNI é um programa que oferta bolsas de estudo integrais e parciais para estudantes que não possuem diploma de nível superior cursarem uma graduação ou curso sequencial de formação específica, em instituições de educação superior privadas (Brasil, 2005). Já o FIES é um programa de concessão de financiamento a estudantes em cursos superiores não gratuitos, que são ofertados por instituições de educação superior privadas participantes do programa (Brasil, 2001).

²⁵ A ampliação do acesso e permanência na educação superior – por meio da expansão do quantitativo de vagas (principalmente no período noturno) e das políticas de inclusão e assistência estudantil, além de outras medidas – são alguns dos objetivos constantes no Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, que instituiu o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI (Brasil, 2007).

“um avanço decisivo em sua interiorização” (IMEA, 2009, p. 62).

É nessa conjuntura de promoção da integração regional, na esfera externa, e de expansão e interiorização da rede federal de universidades, em âmbito interno, que a UNILA é criada em 12 de janeiro de 2010, pela Lei nº 12.189, a qual já em seu artigo 2º estabelece que:

A Unila terá como objetivo ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas de conhecimento e promover a extensão universitária, tendo como missão institucional específica formar recursos humanos aptos a contribuir com a integração latino-americana, com o desenvolvimento regional e com o intercâmbio cultural, científico e educacional da América Latina, especialmente no Mercado Comum do Sul - MERCOSUL (Brasil, 2010).

Vale mencionar que outras universidades de caráter integracionista foram criadas, ainda que em escalas e com focos diferentes. São exemplos dessas instituições: a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), voltada para o desenvolvimento e a integração das cidades e estados que constituem a Mesorregião Grande Fronteira do MERCOSUL, a qual abrange mais de 400 municípios do Sudoeste do Paraná, Oeste de Santa Catarina e Noroeste do Rio Grande do Sul (UFFS, 2009); a Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), que em sua fase inicial foi pensada como Universidade Federal da Integração Amazônica, concebida com o objetivo de promover a cooperação internacional transfronteiriça e orientada pela ideia de integração amazônica (municípios, estados e países que têm na floresta, bem como nas questões a ela relativas, pontos em comum); e a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), que, de maneira mais ampla, possui em seu horizonte a integração entre o Brasil e os demais membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) – sobretudo os do continente africano – e a promoção do desenvolvimento regional e do intercâmbio científico, cultural e educacional (UNILAB, 2020).

Em síntese, podemos afirmar que a criação das novas universidades federais resultou da necessidade de democratização do acesso à educação superior pública, que ocorreu, dentre outras medidas, por meio do aumento do quantitativo de vagas e da expansão da rede, sobretudo para o interior. No que diz respeito à UNILA, especificamente, seu projeto é também reflexo de uma política externa que visava maior projeção internacional do Brasil e o estreitamento das relações com a América Latina. Ademais, sua implantação em Foz do Iguaçu ocorreu em sintonia

com os interesses existentes no desenvolvimento da região da fronteira Argentina-Brasil-Paraguai, entendida como fundamental para o processo de integração. Isso é explicitado nos parágrafos 1º e 2º, do artigo 2º da lei de criação da Universidade, que dizem:

§ 1º A Unila caracterizará sua atuação nas regiões de fronteira, com vocação para o intercâmbio acadêmico e a cooperação solidária com países integrantes do Mercosul e com os demais países da América Latina.

§ 2º Os cursos ministrados na Unila serão, preferencialmente, em áreas de interesse mútuo dos países da América Latina, sobretudo dos membros do Mercosul, com ênfase em temas envolvendo exploração de recursos naturais e biodiversidades transfronteiriças, estudos sociais e linguísticos regionais, relações internacionais e demais áreas consideradas estratégicas para o desenvolvimento e a integração regionais (Brasil, 2010).

Os parágrafos supracitados deixam evidentes a vocação latino-americana da UNILA e a importância conferida à Instituição (e à educação superior como um todo) no processo de integração regional. Além do mais, revelam que esse último não encontra-se mais circunscrito apenas à esfera econômica, mas, sim, engloba outros campos, como o social e o cultural. Isso se reflete e desdobra-se nos princípios que regem a Universidade, tais como o pluralismo de ideias e pensamentos, o respeito à diversidade, o bilinguismo, a promoção da interculturalidade, a defesa dos direitos humanos, da vida, da biodiversidade e da cultura de paz, entre outros (UNILA, 2012). Esses princípios norteiam suas atividades de ensino, pesquisa, extensão e de gestão político-administrativa.

Diante do exposto até o momento, é possível ter uma noção do contexto em que a UNILA se insere. Conhecer a história de Foz do Iguaçu e da conformação da fronteira trinacional Argentina-Brasil-Paraguai, assim como as múltiplas dimensões do processo de integração regional, ainda que resumidamente, nos permitiu compreender os motivos que levaram à criação de uma universidade com características tão singulares e o porquê da localização de sua sede. Além do mais, vimos que um projeto educacional como esse emerge de uma conjuntura de internacionalização do ensino superior e está intimamente articulado com a estratégia de inserção internacional do Brasil por meio da cooperação Sul-Sul, estratégia na qual a América Latina é prioridade.

Contudo, ainda que tenhamos esse panorama mais geral, acreditamos ser necessário, neste momento, um exame mais aprofundado sobre a atuação da UNILA, bem como seus impactos, no espaço transfronteiriço. Isso

porque enxergamos a universidade como um importante agente de transformação com poder de influenciar e (re)configurar dinâmicas políticas, econômicas, sociais e culturais já existentes, e, também, de criar outras novas. Para tanto, é preciso observar de perto as diversas formas como a Instituição se insere naquele mesmo espaço e estabelece relações com seu entorno.

Como neste estudo nos propusemos a realizar uma análise da inserção da UNILA por meio de suas ações de extensão, manteremos o foco apenas nessa dimensão, dando especial atenção para a maneira como a Universidade expressa sua territorialidade, aspecto que abordaremos no capítulo a seguir.

5 A UNILA NA FRONTEIRA TRINACIONAL: INTEGRANDO(-SE) POR MEIO DA EXTENSÃO

A extensão é um dos três elementos que compõem o chamado “tripé” universitário. Comumente identificada com o conjunto de atividades empreendidas além dos muros da universidade e voltadas para o público e demandas externas a essa, durante longo tempo, ela foi percebida (e ainda é) como um mero canal de transmissão do conhecimento produzido na academia para a sociedade. Desde que surgiu, suas atividades sempre ocuparam uma posição secundária em relação às demais dimensões acadêmicas, limitando-se, muitas vezes, apenas “à divulgação dos resultados da pesquisa ou ao reforço do ensino” (FORPROEX, 2013, p. 32).

Entretanto, mais recentemente, vê-se emergir e ganhar força uma outra perspectiva sobre a extensão universitária, mais articulada com o ensino e a pesquisa, em âmbito acadêmico, e atenta ao contexto multifacetado no qual a universidade encontra-se inserida. A partir de uma visão holística da realidade e sensível às demandas sociais, as atividades extensionistas passam a ser desenvolvidas na inter-relação com a sociedade, por meio de interações espaciais diversas e do diálogo direto com os diferentes atores que a compõem. Por estar associada a um projeto político emancipatório de universidade e comprometida com a transformação social, a extensão é alçada a um novo patamar e adquire (pelo menos em teoria) a mesma importância das demais dimensões acadêmicas, no caso o ensino e a pesquisa. Com isso em vista, trazê-la para o centro da discussão é uma oportunidade para se refletir sobre os princípios e práticas do próprio processo de “fazer universidade”.

Neste capítulo, buscamos examinar mais de perto a inserção e atuação da UNILA, por meio de suas ações de extensão, no contexto da fronteira trinacional formada por Argentina, Brasil e Paraguai. Daremos especial destaque à forma como a Instituição expressa sua territorialidade no espaço transfronteiriço, tendo em vista os atores, as dinâmicas e relações ali já existentes. Contudo, antes de seguirmos por esse caminho, acreditamos ser necessário expor o que se entende por extensão universitária, bem como sinalizar a concepção da qual partimos. Para tanto, traçaremos um breve histórico desse elemento constitutivo do famoso “tripé”

da universidade com o intuito de melhor compreender sua gênese até os dias atuais.

5.1 EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: GÊNESE E CONCEPÇÕES

A universidade, no Ocidente, tem uma trajetória de mais de nove séculos e, assim como qualquer outra instituição, é situada em determinado tempo e localizada em um dado espaço. Enquanto instituição permanente de ensino, ela floresceu a partir de um contexto específico, resultando de mudanças significativas nos modos de organizar e transmitir o conhecimento acumulado. Ao longo da história, cresceu, logrou reconhecimento e prestígio, e passou por várias transformações que se refletiram em sua maneira de atuar.

Segundo Sousa (2010), desde que surgiu, a universidade incorporou funções diversas, tais como as de produção, difusão e extensão do saber, sendo o ensino a mais tradicional por se consubstanciar na transmissão de conhecimentos. Ao cumprir sua função de socialização do conhecimento produzido, ela passou também a desempenhar um importante papel na integração social dos sujeitos. Para a referida autora, é justamente nesse ponto “que se podem encontrar os sinais da existência da Extensão Universitária, pois tanto a transmissão como a produção do saber serão sempre uma forma de prestação de serviços a alguém” (Sousa, 2010, p. 13).

Diferentemente do ensino (atividade que deu origem às primeiras universidades ainda na Idade Média), a extensão surgiu no contexto das transformações socioeconômicas proporcionadas pela Revolução Industrial. Conforme afirma Paula (2013, p. 7), ela é produto de um momento crítico da história do capitalismo, em que a consolidação de seu modo de produção, em meados do século XIX, acentuou as contradições que desembocaram nas revoluções de 1848-49 (conhecidas como Primavera dos Povos) e na Comuna de Paris, de 1871. Esses eventos significaram, em última instância, “a entrada em cena de segmentos sociais, historicamente marginalizados, centrados nas classes trabalhadoras submetidas ao capital, que denunciavam o conjunto da ordem social capitalista invocando o socialismo”.

É nesse contexto, em que o Estado e outras instituições responsáveis pela manutenção da ordem social despertaram para a necessidade de oferecer políticas capazes de atender/neutralizar reivindicações operário-populares,

que também as universidades se voltaram, de fato, para a questão social, inicialmente, e, depois, para um amplo conjunto de campos e interesses, que vão da educação de jovens e adultos às políticas públicas de saúde e tecnologias à prestação de serviços, da produção cultural ao monitoramento, avaliação de políticas públicas, entre muitas outras atividades (Paula, 2013, p. 9).

Em meio a tal cenário, as crescentes demandas sociais tiveram forte reverberação no campo educacional e levaram a modificações na própria estrutura e funcionamento da instituição universitária. Como consequência disso, vimos surgir na Europa diversas “universidades populares” com propostas de atividades voltadas para o atendimento das reivindicações das classes trabalhadoras e embasadas, sobretudo, pelas ideias de educação continuada, de difusão dos conhecimentos técnicos produzidos pela universidade e de maior proximidade com a população. Assim, nasceu a extensão em sua primeira vertente. Nas palavras de Sousa (2010, p. 14):

Foi neste contexto que surgiu a Extensão como atividade da Universidade como instituição. A Universidade inglesa viu-se obrigada a responder às demandas sociais e diversificar suas atividades, não ficando limitada à função única de formação das elites, mas assumindo também a preparação técnica que o novo modo de produção exigia. Pode-se reconhecer, nesse ponto, o surgimento incipiente da Extensão, em uma forma já institucionalizada. E será este o modelo de Extensão europeu, caracterizado pela criação de cursos que visavam a garantir uma educação continuada e uma formação técnica.

Mais ou menos na mesma época, a pesquisa é introduzida no ambiente universitário com a criação da Universidade de Berlim²⁶. Fundada em 1810 pelo acadêmico e estadista prussiano Wilhelm Von Humboldt, a “mãe de todas as universidades modernas” previa alcançar a unidade entre ensino e pesquisa, e proporcionar aos estudantes uma educação humanista integral (Universidade Humboldt de Berlim, 2005). Esse conceito de universidade se difundiu e tornou-se um modelo a ser seguido, influenciando, desde então, muitas outras no campo da investigação científica e nos estudos de pós-graduação.

Uma segunda vertente surgiu vinculada à universidade norte-americana (estadunidense, de maneira mais precisa), que copiou o conceito de integração ensino-pesquisa de sua congênere alemã e incorporou a ideia de extensão rural e urbana da universidade inglesa. Aqui, as práticas extensionistas se

²⁶ Atual Universidade Humboldt de Berlim.

davam segundo duas propostas: a de “extensão universitária ou geral” e a de “extensão cooperativa ou rural” (Sousa, 2010). No entanto, diversamente do continente europeu, nos Estados Unidos a experiência extensionista se consolida sob a forma de prestação de serviços, modalidade que se desenvolveu sob influência das demandas de uma sociedade que então passava por intenso processo de modernização capitalista. Entendida como competência da educação superior, a prestação de serviço tornou-se uma prática comum no meio universitário norte-americano, refletindo a relação de proximidade desse com o setor privado, bem como um modelo de extensão que “tem como objetivo básico a mobilização da universidade no enfrentamento de questões referentes à vida econômica” (Paula, 2013, p. 9).

É importante destacar que as vertentes da extensão universitária acima mencionadas surgiram no contexto de países centrais que passavam por profundas mudanças econômicas e sociais, em virtude das transformações estruturais do modo de produção capitalista iniciadas com a Revolução Industrial. Conforme mencionado por Paula (2013, p. 10), ambas estão associadas a duas modalidades de desenvolvimento do capitalismo, quais sejam: “ao modelo dominante em vários países europeus e que buscou legitimação e estabilidade mediante a implantação do Estado do bem-estar social; e ao modelo norte-americano de vocação rigorosamente liberal”. Tais particularidades influenciaram e determinaram a forma como se desenvolveu a extensão na Europa e nos Estados Unidos.

No que se refere à América Latina, não é possível pensar na universidade de forma dissociada da realidade política, econômica e social dos países da região. Implantada ainda no século XVI²⁷ na porção do continente sob o domínio espanhol, ela desempenhou um papel proeminente no processo de colonização, que lhe conferiu centralidade e a transformou em um dos principais instrumentos de dominação cultural dos povos do Novo Mundo. Acerca desse aspecto, o pesquisador e educador mexicano Hugo Aboites Aguilar (2015) aponta para o fato de que, ao chegarem à Meso-América e à região andina, os europeus se

²⁷ Universidade de Santo Domingo (1538), Universidade de São Marcos; As universidades surgiram na América Latina e Caribe a partir do século XVI. Em 1538, foi fundada a Universidade de Santo Domingo (atual República Dominicana), primeira instituição de ensino superior do continente e, em 1551, foram criadas universidades formais como a de São Marcos, em Lima (Peru), e a do México. Durante o período colonial, implementaram-se um total de 32 universidades (Aguilar, 2015).

depararam com civilizações complexas, dotadas de uma estrutura econômica, social e militar avançada e que representava “o desafio de uma prolongada batalha cultural”. Embora soldados e frades conseguissem vencer batalhas e converter novos indivíduos, isso não era suficiente para realizar a transformação cultural necessária para garantir o domínio permanente. Além do mais, os monarcas da Espanha – diferentemente da Coroa Portuguesa, que centralizava o poder na metrópole e a educação superior na Universidade de Coimbra – “concebiam a conquista como a criação de uma federação de vice-reinados, cada um dotado de uma réplica das instituições fundamentais, incluindo a universidade” (Aguilar, 2015, p. 1).

Em virtude disso, na América hispânica, a universidade se constituiu como um dispositivo eficaz de controle cultural, uma parte integrante do complexo sistema de dominação colonial que abarcava variadas dimensões da vida. Como a lógica da conquista sempre esteve presente em sua gênese, não causa surpresa que sua estrutura, organização e funcionamento estivessem orientados para tanto. Por ser uma instituição dos colonizadores, possuía funções e objetivos bem definidos, em profunda sintonia com os interesses metropolitanos. Nas palavras de Aguilar (2015, p. 1):

A universidade da América espanhola foi [...] a dos conquistadores e, como tal, seu interesse prioritário consistia em difundir a cultura europeia e educar os filhos dos nobres indígenas e espanhóis para a organização das vastas populações que os cercavam. Os idiomas e a produção artística dos povos nativos não foram o ponto de partida de um diálogo de culturas. Como a universidade não buscava interagir com a cultura local, mas substituí-la, não foram retomadas nem a organização social nem as artes ou o mundo mítico das culturas que a rodeavam. Em vez disso, nela se discutiam em latim a filosofia e a teologia escolástica medieval, enquanto indígenas escravizados cultivavam as grandes extensões de terra usadas para o sustento da instituição.

Durante o período colonial, portanto, o modelo espanhol de educação superior predominou na América Latina, com as instituições então implementadas se espelhando, sobretudo, na Universidade de Salamanca, a mais antiga e prestigiada da Espanha. Tal modelo tinha como uma de suas características “a ideia da universidade como um serviço do Estado-nação, ou seja, pública, ainda que fortemente subordinada às poderosas hierarquias civil e eclesiástica” (Aguilar, 2015, p. 1). Ademais, o ensino era ministrado sob o sistema de cátedra, o qual se baseava na exclusividade que um professor detinha em ensinar determinada

disciplina. Essa exclusividade era concedida pelos poderes civil e religioso, os quais deliberavam, também, acerca de outros aspectos inerentes à organização e ao funcionamento da universidade.

Para Aguilar (2015), a subordinação da universidade aos poderes estatal e eclesiástico se constituía em um obstáculo para seu desenvolvimento, em virtude da interferência de ambos sobre a autonomia da instituição. Além disso, em sua percepção, o sistema de cátedra fomentava uma tendência ao conservadorismo que, juntamente às restrições impostas pela Igreja, dificultava o debate de ideias e a introdução da ciência no ambiente universitário. “Seriam necessários vários séculos para que, com a separação Igreja-Estado primeiro, e a conseqüente autonomia, se começasse a superar essa sujeição” (Aguilar, 2015, p. 1). Durante trezentos anos sob o Antigo Regime, portanto, a situação da universidade na América Latina permaneceu, praticamente, inalterada.

Mesmo com os processos de independência e o início da era republicana, já no século XIX, a realidade da universidade pouco se alterou na América Latina. De acordo com Aguilar (2015), por motivos diversos, não foi possível que se realizassem reformas profundas da instituição universitária. Isso porque, primeiramente, a herança colonial conservou a influência e o poder da Igreja, que, entre outras prerrogativas, continuou a nomear os professores das cátedras. Ainda que alguns países se empenhassem em implementar uma educação laica, gratuita, focada nas questões latino-americanas e aberta às variadas correntes de pensamento então vigentes, tais ideias não se consolidaram no ambiente universitário.

Em segundo lugar, aponta Aguilar (2015), ao adotarem um modelo baseado na produção de bens primários (minerais e agropecuários) para exportação, as elites e grupos dirigentes privilegiaram os lucros imediatos resultantes do comércio internacional em detrimento do efetivo desenvolvimento da economia de cada país recém-independente. Nesse contexto, a instituição universitária ficou sob o jugo do poder civil agroexportador e, assim, não pôde desempenhar a função de agente promotor da ciência e da tecnologia capaz de impulsionar o desenvolvimento da agricultura e indústria locais. Como a realidade socioeconômica da maior parte da população pouco se alterou (sobretudo das pessoas negras e indígenas, muitas das quais ex-escravizadas), a universidade acabou por permanecer elitizada e sob o controle da classe dominante (composta

por proprietários de minas, latifundiários, comerciantes, entre outros), o que “a impediu de pensar em si própria e no país do ponto de vista das necessidades superiores de conhecimento das atividades das maiorias” (Aguilar, 2015, p. 1).

Ademais, o modelo de instituição universitária predominante na América Latina durante o século XIX não foi o alemão de “universidade de pesquisa”, mas sim o francês criado por Napoleão Bonaparte, em 1808. Acerca desse aspecto, Aguilar (2015), aponta o seguinte:

No século XIX não foi adotado o modelo da universidade humboldtiana (alemã), com seu forte componente de pesquisa, mas antes a ideia das escolas profissionais (“academias”) da Universidade Imperial, criada por Napoleão I. Com ela veio a separação entre as profissões e uma visão muito restritiva do que deveria ser o conhecimento superior. [...] Como várias universidades foram criadas a partir das escolas já existentes, adotaram-se suas estruturas acadêmicas, numa incorporação cujos efeitos são visíveis ainda hoje. Em lugar do poder unificado do claustro²⁸ acadêmico, apareceram então os nichos de poder em torno das cátedras. Na federação de faculdades desapareceu a ideia da unidade na diversidade (*Universitas*) e a possibilidade da formação integral, humanista e científica. Com isso, a ciência acabou também descartada e se refugiou em institutos. Mais tarde, integrou-se às universidades, mas ficou como uma atividade à margem da formação profissional. O ensino tornou-se ritualístico, com impacto negativo no avanço das profissões. Por isso a universidade foi substituída muitas vezes por escolas profissionais e, em uma época de revoltas e lutas fratricidas, deixou de fazer sentido para o poder civil. No México, o imperador Maximiliano decidiu suprimi-la em 1865, e não voltou a existir uma universidade até 1910 (Aguilar, 2015, p. 1).

Ao considerarmos todos esses aspectos que caracterizaram as universidades latino-americanas desde sua criação, não é tão difícil compreender os motivos que levaram aos eventos que se sucederam posteriormente. Em virtude do conjunto de transformações econômicas e sociais que se seguiam nas primeiras décadas do século XX – proporcionadas, principalmente, pelos acelerados processos de urbanização e industrialização, que trouxeram à cena a figura do trabalhador urbano como um dos novos atores que se agregaria a indígenas e camponeses nas lutas populares – a instituição universitária foi posta em xeque. Ainda marcadas por uma forte herança colonial e controladas pelas classes dominantes (econômica e religiosa), as universidades latino-americanas estavam, de acordo com o intelectual nicaraguense Carlos Tünnermann Bernheim (1996), longe de atender o que a América Latina precisava para entrar no século XX. Nesse

²⁸ O claustro dos mestres constituía-se em um espaço de autogestão, que deliberava sobre os assuntos internos da instituição e exercia, em alguma medida, um contrapeso aos poderes estatal e eclesiástico externos à universidade (Aguilar, 2015).

sentido, as demandas e reivindicações dos então grupos emergentes vieram para chacoalhar suas velhas estruturas e acabaram resultando em movimentos e propostas de reformas.

Além do mais, outro importante fator que apontava em direção às reformas foi o contexto internacional da época. Conforme assinalado pelo professor José Alves de Freitas Neto (2011), com a Primeira Guerra Mundial, muitos intelectuais tiveram que reconsiderar o “europeísmo” como padrão de modernidade a ser alcançado. Paralelamente, vários países, que comemoravam o primeiro centenário de suas independências, ainda refletiam sobre o tipo de nação que estavam construindo, e, em virtude disso, pensava-se sobre os desafios que estavam postos para as sociedades latino-americanas. Em um cenário onde as questões nacionais levavam a uma reflexão cada vez mais ampla sobre as condições política e econômica da América Latina, houve um processo de “redescoberta” e aproximação entre vizinhos. A partir da percepção do imperialismo como inimigo geral dos países do continente, o anti-imperialismo tornou-se “uma bandeira comum nas primeiras décadas do século XX e marcou uma geração de intelectuais” (Freitas Neto, 2011, p. 70).

Foi nesse contexto em que ocorreu o célebre levante estudantil na Universidade de Córdoba (Argentina), em 1918, um símbolo dos esforços em reformar e transformar a universidade, objetivando seu comprometimento social, a partir de uma perspectiva da própria América Latina. A iniciativa dos estudantes argentinos foi parte integrante de uma luta mais ampla “contra a permanência da dependência e a incompletude da construção nacional, expressa no absoluto distanciamento das universidades dos grandes problemas sociais, econômicos, políticos e culturais das nações latino-americanas” (Paula, 2013, p. 11).

O movimento, que se espalhou rapidamente pelos países do continente, surgiu, segundo Bernheim (1996), como uma resposta às necessidades e circunstâncias semelhantes vividas em toda a região. Nesse sentido, tratou-se de um movimento latino-americano que sucedeu, primeiramente, na Argentina em função de uma série de fatores, e não de um fenômeno argentino que ganhou projeção latino-americana. Por essa razão, “a republicação do Manifesto desencadeou uma série de reivindicações e ações estudantis em quase todos os países, que colocaram o problema universitário no primeiro plano das preocupações

nacionais”²⁹ (Bernheim, 1996, p. 62, tradução nossa).

O ímpeto de promover uma reforma profunda da estrutura, organização e funcionamento das universidades latino-americanas pode ser observado no seguinte conjunto de reivindicações: autonomia universitária (política, econômica, docente e administrativa) e autarquia financeira; eleição dos corpos diretivos e autoridades pela própria comunidade acadêmica, com a participação de seus membros na composição dos seus órgãos de gestão; realização de concursos públicos para a seleção do corpo docente e definição de periodicidade das cátedras; liberdade de cátedra, assistência livre e gratuidade do ensino; reestruturação acadêmica, implantação de novas escolas e modernização dos métodos de ensino; docência ativa e aperfeiçoamento da formação cultural dos profissionais; democratização do ingresso na universidade e assistência estudantil; vinculação com o sistema nacional de educação; extensão universitária e fortalecimento da função social da universidade; disseminação da cultura universitária junto à população e atenção aos problemas nacionais; unidade latino-americana, combate às ditaduras e ao imperialismo (Bernheim, 1996).

Embora a maioria dessas propostas não tenha se efetivado, o Movimento de Córdoba constituiu-se na iniciativa mais importante de transformação da instituição universitária como um todo na América Latina. Seus ecos reverberam até os correntes dias. Conforme destaca Bernheim (1996), a Reforma de 1918 foi a que mais contribuiu para conferir um perfil singular à universidade latino-americana, com originalidade e independência intelectual. Contudo, mesmo resultante de circunstâncias sócio-históricas bem definidas, ela não conseguiu transformar a universidade com a profundidade que aquelas exigiam, mas deu os primeiros passos nessa direção. Em seu entendimento, no âmbito universitário, as ações centraram-se mais na organização jurídico-formal da universidade (autonomia e gestão) do que, propriamente, em sua estrutura acadêmica, a qual, na prática, permaneceu seguindo o modelo francês de faculdades profissionais separadas. Recordando Germán Arciniegas, o referido autor conclui nos dizendo o seguinte: “depois de 1918, a Universidade não foi o que deveria ser, mas deixou de ser o que vinha sendo; 1918 foi um passo inicial, a pré-condição para que o destino da

²⁹ [...] la republicación del Manifiesto desencadenó una serie de reclamos y acciones estudiantiles en casi todos los países, que pusieron el problema universitario en el primer plano de las preocupaciones nacionales.

Universidade na América se cumprisse como Universidade”³⁰ (Bernheim, 1996, p. 64, tradução nossa).

Ainda assim, a Reforma de 1918 resultou em importantes mudanças quanto à organização e funcionamento da universidade latino-americana. A respeito dessas, Darcy Ribeiro (2006), antropólogo e destacado intelectual brasileiro, elenca algumas das propostas inovadoras que o Movimento de Córdoba deixou como legado, a saber: 1) a substituição da Teologia por orientações positivistas; 2) a democratização da universidade quanto a autonomia, gestão, acesso e gratuidade do ensino superior público; 3) a ampliação da oferta e maior diversificação das modalidades formativas por meio da criação de novas escolas; 4) a maior autonomia da universidade em relação ao Estado; 5) a tentativa de institucionalizar o co-governo da universidade por professores e estudantes; 6) a adoção do sistema de concurso para ingressar na carreira docente; 7) a liberdade de ensino e a modernização dos métodos de avaliação.

A Reforma de Córdoba, portanto, representa um verdadeiro marco na história universitária latino-americana – menos por seus resultados imediatos, mais por apontar um horizonte, um rumo a ser seguido que levou a transformações da universidade com o decorrer do tempo. Para Bernheim (1996), ela simboliza o primeiro passo nas tentativas de criação de algo único, original, alinhado às reais necessidades dos diversos países do continente, e, assim sendo, é compreendida como um fenômeno contínuo. Dessa forma, não se trata de uma meta, mas, sim, um caminho a ser trilhado para as mudanças que a América Latina requer. Nesse sentido, ele conclui:

E a Reforma Universitária está em curso no nosso continente, ainda que agora o seu propósito e conteúdo sejam diferentes, já que ninguém pensaria em tornar-se um reformador levantando bandeiras de mais de meio século atrás. Mas Córdoba foi o primeiro passo. Um passo dado com pé firme e para frente. Com ele começou, aliás, um movimento original e inédito no mundo, que visava democratizar as universidades. [...] Mas o imperativo da reforma é hoje diferente. O que se trata agora é fazer com que a ciência se enraíze entre nós, socializar a Universidade e estendê-la a toda a nação, formar estudantes universitários ao mais alto nível possível, mais com uma consciência social e crítica capaz de compreender as causas de nosso subdesenvolvimento e dependência; alcançar a maior eficiência nos serviços universitários, para que a Universidade esteja nas melhores condições para dar a grande contribuição que dela esperam os povos

³⁰ “La Universidad después de 1918, no fue lo que ha de ser, pero dejó de ser lo que había venido siendo; 1918 fue un paso inicial, la condición previa para que se cumpliera el destino de la Universidad en América como Universidad”.

latino-americanos para alcançar sua verdadeira independência e realizar seu destino histórico³¹ (Bernheim, 1996, p. 64-65, tradução nossa).

Neste momento, acreditamos ser importante mencionar que conferimos um especial destaque à Reforma de 1918 por causa de sua repercussão no cenário universitário da América Latina até os dias atuais, nas mais variadas esferas. Além disso, porque vimos emergir, em meio ao contexto latino-americano e aos desdobramentos posteriores provocados pelos levantes estudantis, uma outra proposta de extensão universitária – uma concepção em sintonia com a realidade do continente (em suas dimensões histórica, política, econômica, social e cultural) e as lutas populares, que possui como horizonte a transformação da sociedade. Esses são aspectos que marcaram algumas das reivindicações do movimento de Córdoba e que podem ser identificados, de maneira mais explícita, nos seguintes pontos (já mencionados anteriormente): extensão da universidade para além de seus muros e abertura de seus espaços ao público; disseminação da cultura universitária junto à população; fortalecimento da função social da universidade; e atenção aos problemas nacionais.

No que diz respeito especificamente ao caso brasileiro, percebe-se que a instituição universitária é bem mais recente do que nos demais países da América Latina. Embora já se possa observar a existência de estabelecimentos de ensino superior em períodos anteriores, foi somente nas décadas iniciais do século XX que se implantaram as primeiras universidades, muitas das quais resultantes da junção das faculdades e escolas superiores que funcionavam de forma isolada, de acordo com o professor e pesquisador da educação Luiz Antônio Cunha (2007). Datam dessa época as iniciativas que criaram a Escola Universitária Livre de Manaus (1909)³², a Universidade Livre de São Paulo (1911)³³, a Universidade do

³¹ “Y en marcha se encuentra la Reforma Universitaria en nuestro continente, aunque ahora su propósito y contenido sea distinto, pues a nadie se le ocurriría meterse a reformador enarbolando banderas de hace más de medio siglo. Pero Córdoba fue el primer paso. Un paso dado con pie firme y hacia adelante. Con él se inició, por cierto, un movimiento original sin precedentes en el mundo, encaminado a democratizar las universidades. [...] Pero el imperativo de la reforma es hoy distinto. De lo que se trata ahora es de hacer arraigar la ciencia entre nosotros, de socializar la Universidad y volcarla a la nación entera, de formar a los universitarios al más alto nivel posible, más con una conciencia social y crítica capaz de captar las causas de nuestro subdesarrollo y dependencia; de lograr la mayor eficacia en los servicios universitarios, a fin de que la Universidad esté en las mejores condiciones de dar el gran aporte que de ella esperan los pueblos latinoamericanos para alcanzar su verdadera independencia y realizar su destino histórico”.

³² Posteriormente denominada Universidade de Manaus, é considerada a primeira instituição universitária brasileira e teve suas atividades encerradas em 1926 (UFAM, s.d.).

³³ Com suas atividades finalizadas em 1917, esta instituição de natureza privada não possui vínculo algum com a atual Universidade de São Paulo (USP), fundada pelo poder público em 1934 (Cunha,

Paraná (1912)³⁴, a Universidade do Rio de Janeiro (1920)³⁵ e a Universidade de Minas Gerais (1927)³⁶ – todas fundadas antes do Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931, o denominado Estatuto das Universidades Brasileiras, o qual dispunha sobre a estruturação do ensino superior no Brasil e a organização técnica e administrativa das universidades.

Entre as instituições supramencionadas, chama-nos atenção, especialmente, a Universidade Livre de São Paulo, que, embora tenha existido por pouco tempo, realizou, de maneira precursora no País, atividades de extensão. Isso porque ela trouxe consigo a ideia da “universidade popular”, a mesma que surgiu em alguns países³⁷ da Europa em meados do século XIX. A respeito dessa experiência, Cunha (2007) nos relata que, mesmo sem possuir corpos docente e discente próprios, a universidade paulista realizava conferências semanais, gratuitas e abertas à população, e que seus cursos versavam sobre assuntos variados. Segundo o autor, entre dezembro de 1914 e junho de 1917, foram ministradas 107 lições públicas acerca de temas como “o fogo sagrado na idade média [...]”; grandes viagens e grandes viajantes do Brasil [...]”; importância e progresso da otorrinolaringologia [...]”; instituições complementares do Código Civil [...]” (Cunha, 2007, p. 183). É fato conhecido que, em função dos temas abordados, os cursos ficavam, muitas vezes, bem distantes da realidade social das classes as quais se destinavam. Ainda assim, não se pode deixar de mencionar que essa ideia de universidade popular, anos mais tarde, ganhou força e tornou-se bastante presente no cenário universitário brasileiro, sobretudo a partir das reivindicações do movimento estudantil.

Além da experiência da Universidade Livre de São Paulo, vale mencionar uma outra importante iniciativa extensionista, que se deu a partir da Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa, em Minas Gerais. Fundada em 1926, ela trazia como proposta o modelo norte-americano³⁸ de “extensão

2007).

³⁴ Instituição particular, foi desmembrada em faculdades autônomas em 1915, as quais deram origem, posteriormente, à Universidade Federal do Paraná (UFPR) (Cunha, 2007).

³⁵ Fundada pelo Governo Federal, resultou da reunião de três instituições autônomas, a saber: a Escola Politécnica, a Faculdade de Medicina e a Faculdade de Direito (Cunha, 2007).

³⁶ Criada pelo Governo Estadual por meio da junção das faculdades de Direito, Engenharia, Farmácia, Medicina e Odontologia então existentes em Belo Horizonte (Cunha, 2007).

³⁷ Alemanha, Bélgica, França, Inglaterra e Itália, por exemplo.

³⁸ Vale mencionar que o modelo norte-americano efetuava-se, também, por meio da “extensão universitária ou geral”, que, no Brasil, se realizava sob a forma de cursos voltados para a comunidade. Destaque-se que tanto essa proposta quanto a de “extensão rural” possuíam um

cooperativa”, que se caracterizava pela prestação de serviços ao meio rural, sobretudo por meio de programas de assistência técnica e orientação aos agricultores. Trata-se de um tipo de ação que se tornou muito comum e que marcou fortemente a extensão no Brasil durante determinado período (Sousa, 2010).

Diante das experiências pioneiras das universidades paulista e mineira, percebe-se que, em sua fase inicial, as práticas extensionistas ocorreram a partir da adoção de modelos externos à realidade do País. Segundo Sousa (2010), não havia o interesse em criar-se novas práticas ou mesmo em se institucionalizar a extensão. Foi um período em que as instituições de ensino superior demonstravam pouco compromisso social, embora os estudantes já reivindicassem uma presença mais efetiva da universidade junto à sociedade.

Esse cenário pouco se modificou nos anos que se seguiram, mesmo após a publicação do Estatuto das Universidades Brasileiras, em 1931, primeiro documento legal a fazer referência à extensão universitária. No Decreto, a organização, a realização, as formas de efetivação e atribuições da extensão são expostas em, pelo menos, quatro momentos. Em seu artigo 35, por exemplo, fica expresso que cabem aos institutos de ensino profissional superior realizar cursos de extensão “destinados a prolongar, em benefício coletivo, a atividade técnica e científica dos institutos universitários” (BRASIL, 1931, art. 35, alínea “f”). Já no artigo 42 e seus parágrafos, menciona-se que a efetivação da extensão universitária ocorrerá mediante cursos e conferências acessíveis ao público, destinados à difusão de conhecimentos úteis à vida individual e coletiva, bem como à solução de problemas sociais e à disseminação de ideias e princípios que assegurem os interesses nacionais. O artigo 99 enumera a extensão como um dos elementos fundamentais da organização da vida social na universidade. E o artigo 109 define que “a extensão universitária destina-se à difusão de conhecimentos filosóficos, artísticos, literários e científicos, em benefício do aperfeiçoamento individual e coletivo” (BRASIL, 1931, art.109).

De acordo Sousa (2010), o Estatuto das Universidades Brasileiras transformou a extensão universitária em um dos objetivos do ensino superior, bem como legitimou o modelo de prestação de serviços trazido de fora. Entretanto, mesmo com sua institucionalização, a autora acusa a existência de um vácuo, a

caráter assistencialista, já que se tratavam de prestação de serviços pela universidade com o intuito de atender as demandas da população por conhecimentos técnicos. (Sousa, 2010).

partir da década de 1930, naquilo que se refere às questões extensionistas. Acerca disso, discorre:

Durante todo o período do Estado Novo até o Golpe de 1964, as Instituições de Ensino Superior, no que diz respeito à Extensão, mantiveram-se à margem de qualquer concepção original, e, portanto as atividades registradas atêm-se aquelas listadas no Primeiro Estatuto. A Extensão promovida pelas IES estará representada pelos cursos e conferências que aconteciam esporadicamente, não parecendo haver, neste momento, nenhuma preocupação, por parte das IES, quanto à formulação de um caminho próprio para a Extensão. Na verdade, essas instituições atuavam em função daquilo que era sugerido pelo Estado. Foi um momento em que as Universidades serviram explicitamente aos interesses governamentais, sem a digestão dessas ideias dentro de seu próprio organismo.

Com a criação da UNE, em 1937, até o Golpe de 64, o que se pode reconhecer como novidade nas atividades extensionistas das Universidades estará sempre ligado ao Movimento Estudantil na vanguarda. Se houve qualquer participação institucional, esta foi caudatária daquele, ficando com o Movimento Estudantil a responsabilidade pelas outras atividades que se tornaram o fulcro de toda a Extensão nesse momento (Sousa, 2010, p. 89-90).

O período compreendido entre 1930 e 1964 foi marcado pelo crescimento, ainda que tímido de início, das reivindicações estudantis em busca de uma universidade mais comprometida socialmente. O engajamento, cada vez maior, dos estudantes brasileiros na luta para colocar a instituição universitária a serviço da população teve influência do Movimento de Córdoba, cujos princípios permearam os posicionamentos e propostas acerca do papel que se pensava que a universidade deveria desempenhar. Com as discussões em torno de sua missão social, estabeleceu-se uma perspectiva de maior compromisso com a sociedade, não apenas no sentido “de seu desenvolvimento, mas também de sua transformação” (Sousa, 2010, p. 32).

No contexto em questão, cumpre reforçar o lugar de destaque ocupado pelo movimento estudantil na defesa de uma universidade do povo. Sua posição de vanguarda decorre da proximidade com as lutas da classe trabalhadora. Na percepção de Sousa (2010), foi o que tornou o movimento estudantil latino-americano tão singular, o fato dele resultar da aliança entre estudantes e trabalhadores. E isso se refletia nas reivindicações que eram feitas, sobretudo nas relativas à criação de universidades populares.

A União Nacional dos Estudantes (UNE), criada em 1937, fortaleceu os esforços estudantis em prol de mudanças no ensino superior brasileiro. Sua relação estreita com a luta e as reivindicações no campo da educação pode ser

observada nos documentos elaborados por ocasião dos três seminários nacionais sobre reforma universitária, organizados pela Entidade entre 1961 e 1963. Segundo Sousa (2010), esses eventos estavam inseridos em um contexto mais amplo de mobilização política pelas reformas de base e foram fundamentais para o avanço das discussões sobre a reforma universitária no Brasil. Nos documentos deles resultantes se destacava a necessidade de um maior compromisso social da universidade, sempre em consonância com as reformas estruturais da sociedade brasileira.

Dentre tais documentos, destaca-se a histórica Declaração da Bahia, decorrente do I Seminário Nacional da Reforma Universitária, de 1961. Nela, entre críticas, ideias e sugestões a respeito da organização, estrutura e missão da universidade brasileira, são encontradas algumas propostas referentes à extensão de viés democrático e popular. Na seção intitulada “Diretrizes para a Reforma Universitária”, é possível verificar o “compromisso com as classes trabalhadoras e com o povo” nos seguintes objetivos: 1) abrir a universidade ao povo através de cursos acessíveis a todos; 2) realizar cursos de alfabetização de adultos, de mestre-de-obras (nas escolas de Engenharia) e para líderes sindicais (nas faculdades de Direito); 3) promover cursos em favelas próximas a fábricas e bairros operários; 4) pôr a universidade a serviço de órgãos governamentais, principalmente do interior dos estados; 5) colocar a universidade à disposição das classes menos favorecidas por meio da prestação de assistência técnica, jurídica, médica e odontológica (UNE, 1961).

A partir dos objetivos acima elencados, fica evidente a percepção que os estudantes possuíam acerca da extensão universitária e da função social da universidade. Contudo, essa era muito diferente da posição defendida pela classe dominante e pelo Estado, sobretudo após o Golpe de 1964. Desde então, a extensão passou a ser instrumentalizada para servir aos interesses inerentes a uma ideologia baseada no desenvolvimento econômico e na segurança nacional.

Além da violência e repressão à luta estudantil em prol da reforma universitária, o período da Ditadura Cívico-militar foi marcado por tentativas que buscavam articular as novas diretrizes governamentais com atividades extensionistas, tais como, por exemplo, o Projeto Rondon³⁹. Ademais, no contexto

³⁹ Concebido durante na década de 1960, o Projeto Rondon tinha como premissa a “ideia de levar a juventude universitária a conhecer a realidade brasileira e a participar do processo de

da disputa política que englobava a universidade, havia uma preocupação do governo em envolver os estudantes nas iniciativas então propostas, conforme nos aponta a professora Maria de Lourdes Fávero.

Com a preocupação de ampliar suas bases, o governo parece não pretender apenas conter o movimento dos estudantes, mas também angariar a sua participação, daí a adoção de iniciativas como o Projeto Rondon, cuja origem mais próxima remontou à teorização política, centrada na Doutrina da Segurança Nacional, segundo a formulação da Escola Superior de Guerra, dirigida pelo general Golbery do Couto e Silva, bem como a posicionamentos do I Seminário de Educação e Segurança Nacional, realizado em outubro e novembro de 1966, na então Universidade do Estado da Guanabara [...]. O Projeto Rondon tem como base a filosofia dessa escola definida em termos de segurança e desenvolvimento. Ainda com a preocupação de atrair a participação dos estudantes, cria-se um Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária (Crutac), pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (Fávero, 2009, p. 69-70).

Para uma melhor compreensão das políticas educacionais voltadas ao ensino superior durante a ditadura, é necessário o aprofundamento da leitura e análise das obras de Cunha (2007), Fávero (2009) e Sousa (2010), bem como de outros estudiosos que têm a universidade como seu objeto de investigação. Entretanto, não faremos isso aqui em função do risco de desviarmos em demasia do percurso inicial traçado e perdermos nosso foco principal. Para os fins desta pesquisa, basta termos em mente que, no período em questão, a extensão universitária deixou de ser um instrumento de conscientização político-social e de luta pela democratização da universidade (tal como vinha ocorrendo em virtude do protagonismo estudantil) e tornou-se apenas mais uma atividade a ser desempenhada por essa instituição, principalmente sob a forma de prestação de serviços.

Essa realidade perduraria até a década de 1980, quando, com o fim da Ditadura Cívico-militar e a abertura política do País, a universidade passou por um processo de democratização – com a eleição de seus dirigentes por meio de votação direta, o fortalecimento da categoria docente, a ocupação de espaços e cargos de gestão, a criação de fóruns de debate, entre outras ações que foram transformando sua estrutura, organização e formas de atuação. Nesse novo contexto, ressurgiu a discussão sobre o compromisso social da universidade com a

desenvolvimento”. Em julho de 1967, sua primeira missão – composta por uma equipe de dois professores e um grupo de 30 estudantes universitários do então Estado da Guanabara – partiu rumo ao antigo território federal de Rondônia, na Amazônia, durando 28 dias (Ministério da Defesa, 2020, p. 1).

população. No mesmo caminho, a extensão universitária é repensada para além de suas concepções tradicionais (disseminação de conhecimentos, prestação de serviços e difusão da cultura) e passa a ser compreendida como elemento de articulação entre o ensino e a pesquisa, com vistas à transformação da sociedade (Sousa, 2010).

No decorrer desse conjunto de transformações, foi criado, em 1987, o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX). Em seu seio, foram realizadas inúmeras discussões que contribuíram, ao longo dos anos, para a construção da atual Política Nacional de Extensão Universitária. Conforme destacado por Paula (2013), o Fórum teve papel decisivo nos processos de conceituação e institucionalização da extensão, bem como na criação de instrumentos de acompanhamento e avaliação de suas ações, tornando-se o principal interlocutor na formulação de políticas públicas de incentivo à extensão. Foi a partir dos encontros e discussões empreendidas nesse espaço de debate que se chegou ao seguinte conceito:

A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade (FORPROEX, 2012, p. 15).

Essa definição expressa o compromisso social da universidade para com a sociedade e afirma a extensão universitária como uma prática acadêmica indissociável do ensino e da pesquisa, conforme determinado pela Constituição de 1988. Como indica o próprio Fórum, seu objetivo é o de proporcionar “um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político”, tendo em vista a transformação da sociedade e da própria universidade mediante a interação que se estabelece entre ambas. Ademais, possui também como propósitos a “promoção e garantia dos valores democráticos, da equidade e do desenvolvimento da sociedade em suas dimensões humana, ética, econômica, cultural, social” (FORPROEX, 2012, p. 15-16).

Para a consecução de tais objetivos, a extensão universitária orienta-se por cinco diretrizes, quais sejam: 1) interação dialógica, que diz respeito ao diálogo horizontal e troca de saberes que devem caracterizar a relação entre universidade e sociedade; 2) interdisciplinaridade e interprofissionalidade, diretriz

que busca a superação da dicotomia geral/específico e pressupõe que a combinação de abordagens especializadas e perspectivas holísticas pode se materializar mediante a interação de conceitos, metodologias e modelos provenientes de diferentes áreas do conhecimento, bem como pelo estabelecimento de relações interprofissionais, intersetoriais e interorganizacionais; 3) indissociabilidade entre extensão, ensino e pesquisa, que reafirma o caráter acadêmico da prática extensionista em associação com os processos de formação e de produção de conhecimento; 4) impacto na formação do estudante, que concebe as atividades extensionistas como parte fundamental do processo formativo discente, nos aspectos teórico e prático; 5) impacto e transformação social, que reforça a ideia da extensão universitária como importante instrumento de intervenção na realidade, conferindo-lhe, essencialmente, um caráter político (FORPROEX, 2012).

Em relação à UNILA, além das diretrizes supramencionadas, observamos, em sua Política de Extensão, princípios e objetivos de natureza mais específica, que refletem os propósitos para os quais a Instituição foi criada. O principal deles – a integração latino-americana – está no horizonte dos princípios elencados no artigo 4º e dos objetivos explicitados nos artigos 6º e 7º do referido documento, todos fundamentais para o cumprimento de sua missão institucional. É com base nesses que as atividades extensionistas se desenvolvem e desempenham um importante papel no processo integrador que se desenrola na fronteira trinacional composta por Argentina, Brasil e Paraguai.

Além de contribuir para a tão almejada integração regional, as ações de extensão facilitam o processo de territorialização da UNILA. Com a realização de diversos cursos, eventos e projetos ano após ano, a Universidade reforça sua presença e amplia sua capilaridade no espaço transfronteiriço, estabelecendo conexões com diferentes atores e ambientes. Isso não só favorece o aprofundamento de sua relação com a comunidade ali existente, como também revela a função essencial que a extensão universitária cumpre na própria integração da Instituição.

Com o intuito de melhor compreender a territorialidade da UNILA por meio da extensão, faremos, a seguir, algumas considerações acerca da prática extensionista na Universidade, realçando suas particularidades e limitações para a consecução da missão institucional definida em estatuto. Para tanto, lançaremos

mão de dados da extensão gerados pela própria Instituição, bem como da discussão teórico-conceitual realizada até aqui. Acreditamos que, assim, teremos uma visão geral de sua atuação no contexto da fronteira Argentina-Brasil-Paraguai.

5.2 EXTENSÃO “UNILERA” E INTEGRAÇÃO: REALIDADES E DESAFIOS

Concebida como um dos caminhos para se alcançar a integração latino-americana e voltada para temas e demandas sociais, a extensão tem um papel central na atuação da UNILA no espaço transfronteiriço trinacional. Por meio dela, a Universidade se conecta aos diversos atores ali existentes e constroi uma relação de pertencimento ao contexto em que se encontra inserida. Trata-se do segmento da Instituição mais próximo da comunidade, um importante canal de difusão de conhecimento e troca de saberes que se estabelece através de suas ações. Isso apesar das dificuldades encontradas, muitas vezes, para sua realização.

Desde que foi criada, a UNILA tem buscado, por meio de suas ações extensionistas, se inserir nas distintas realidades existentes que compõem o cenário multifacetado da fronteira trinacional. Contudo, esse movimento de aproximação e diálogo tem sido marcado, ao longo dos anos, por uma série de desafios. Tratam-se de dificuldades que se apresentam como verdadeiros obstáculos para o desenvolvimento e consolidação da extensão da Universidade, que perpassam por questões tanto de ordem estrutural e logística quanto de natureza financeira e de recursos humanos.

A respeito disso, vale mencionar que entre as principais limitações à extensão “unilera” encontram-se as relacionadas a infraestrutura e mobilidade. A carência de espaços físicos adequados e o baixo número de salas, auditórios e ambientes específicos para o desenvolvimento de atividades que demandam o uso da estrutura da Universidade são fatores que dificultam a realização de cursos e eventos, sobretudo quando envolvem elevado quantitativo de participantes. Por outro lado, a reduzida disponibilidade do transporte institucional e as restrições que lhe são impostas para deslocamentos maiores e entre países diminuem não só a mobilidade dos projetos, como também o raio de atuação da UNILA.

É importante ressaltar que tais dificuldades vêm de longa data, desde quando as primeiras ações extensionistas se iniciaram na Instituição. Em seu princípio, um dos desafios centrais postos foi o de operacionalizar a extensão sem a

existência de uma equipe técnica estruturada e especializada no gerenciamento e suporte às atividades. Não se conheciam a fundo os principais processos e instrumentos que, hoje, facilitam o atendimento das demandas que se apresentam. Foi somente entre os anos de 2014 e 2015 que a equipe da PROEX/UNILA passou por uma ampliação significativa de seu quantitativo. A chegada de novos servidores possibilitou uma melhor estruturação da Pró-Reitoria e a qualificação dos processos de trabalho, fatores que contribuíram para o salto qualitativo e o fortalecimento da extensão na Universidade.

Mesmo com esse avanço, ainda são necessários maiores investimentos para o desenvolvimento e consolidação da extensão na UNILA. Em termos financeiros, por exemplo, a insuficiência de recursos persiste como um de seus principais entraves. Tal carência impossibilita uma expansão mais robusta da atividade extensionista da Universidade, tanto em termos quantitativos quanto qualitativos, já que, além do pagamento de bolsas estudantis, as ações de extensão requerem financiamento para sua operacionalização e continuidade.

A limitação orçamentária, portanto, constitui-se em um obstáculo a ser superado. E transpor essa barreira perpassa pelo entendimento da extensão enquanto atividade essencial (na teoria e, principalmente, na prática) à formação acadêmica, tanto quanto o são o ensino e a pesquisa. Isso porque, como já se sabe, a decisão sobre alocação de recursos financeiros resulta, também, de escolhas políticas e da importância atribuída a cada um dos componentes do “tripé universitário”.

Ainda que com essas e outras limitações, é possível afirmar que a extensão da UNILA possui uma presença marcante na fronteira trinacional. Ao desenvolver suas ações junto à comunidade, a Universidade se abre à alteridade e, ao mesmo tempo, contribui de maneira ativa para a transformação social (uma das diretrizes que orientam a própria prática extensionista), tal como delineado em sua Política de Extensão. Essas ações se desenrolam a partir de distintas áreas do conhecimento para abordar importantes questões de nosso tempo, tais como desenvolvimento econômico, científico e tecnológico, promoção dos direitos humanos, democratização da educação, inclusão social, diversidade cultural, sustentabilidade ambiental, entre outras tão presentes nas discussões realizadas dentro e fora do ambiente acadêmico.

De acordo com o sintetizado no artigo 6º da supramencionada

Política, as atividades de extensão possuem como objetivo geral promover “o diálogo de saberes, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na construção da Universidade” e na emancipação cidadã, assim como uma atuação da Instituição voltada para o desenvolvimento sustentável e a integração latino-americana (UNILA, 2021, p. 2). Ademais, são elencados também como objetivos das ações de extensão os seguintes:

I - contribuir para a criação de um ambiente multicultural, de respeito entre as nações do continente Latino-Americano, assim como na formação de cidadãos voltados para sua integração e desenvolvimento em suas diversas dimensões (econômico, social, cultural, político, humano, sustentável, regional e transfronteiriço);

II - reafirmar a Extensão Universitária como processo acadêmico definido e efetivado em função das exigências da realidade, além de indispensável à formação do estudante, na qualificação do professor e do técnico-administrativo em educação e no intercâmbio com a sociedade;

III - promover oportunidades de interação entre Universidade e Comunidade, possibilitando a troca de saberes e a mútua aprendizagem em parceria com as entidades públicas e os movimentos sociais e demais setores da sociedade, no atendimento às demandas sociais;

IV - desenvolver a Extensão Universitária como dimensão relevante da atuação institucional, integrada à concepção de Universidade Pública enquanto bem comum da sociedade e estratégico para seu desenvolvimento, e de seu projeto político-institucional de integração latino-americana;

V - contribuir para que a Extensão Universitária seja parte da solução dos problemas sociais da América Latina e do Caribe, propondo soluções contextualizadas, por meio do diálogo com os diversos setores populares, artístico-culturais e movimentos sociais;

VI - estimular atividades de Extensão, cujo desenvolvimento implique relações multi, inter e/ou transdisciplinares e interprofissionais de setores da Universidade e da sociedade;

VII - dedicar atenção à participação da Universidade na implementação e na elaboração das políticas públicas voltadas para a maioria da população, com ações comprometidas com a inclusão social, com a emancipação de sujeitos ou atores sociais e com o combate às discriminações e preconceitos;

VIII - tornar permanente a avaliação institucional das atividades de extensão universitária como um dos parâmetros de avaliação da própria Universidade;

IX - promover a comunicação e o intercâmbio de experiências de ensino e pesquisa entre a Universidade e a Comunidade Externa, bem como sua divulgação por meio da promoção e participação em eventos, publicações e demais ações;

X - estimular a participação da população na Universidade, promovendo amplo e diversificado intercâmbio com instituições, organizações e movimentos organizados, respeitando a pluralidade de pensamento e a diversidade cultural, com a garantia de espaços de participação dos diferentes sujeitos sociais (UNILA, 2021, p. 2).

Desde que foi implementada, a UNILA ampliou seu espaço de atuação na fronteira trinacional por meio da extensão. Embora o período que

pesquisamos não se inicie em 2010 (ano de sua criação), sabemos que o quantitativo total de suas ações extensionistas aumentou juntamente com a expansão da Universidade. Em mais de uma década de funcionamento, a Instituição viu crescer seus números de cursos de graduação e pós-graduação, projetos de pesquisa, estudantes e servidores, bem como as atividades voltadas para a comunidade. Isso é confirmado pelas informações constantes em seus relatórios de gestão, elaborados e divulgados, sucessivamente, desde 2011.

No que se refere em específico ao incremento da atividade extensionista, pode-se dizer que o mesmo se deu na esteira da elaboração - ainda nos anos antecedentes ao período que analisamos - dos principais documentos estruturantes que orientam a extensão da UNILA. A partir desses, foram definidos os fluxos, regulamentados os processos e implementados os diversos instrumentos que contribuíram para seu desenvolvimento e institucionalização, entre os quais destacamos: 1) o Programa de Bolsas de Extensão (PROBEX) e o Comitê Assessor de Extensão (CAEX), ambos instituídos em 2011. O primeiro foi criado com o objetivo de fomentar a extensão universitária mediante o pagamento de bolsas estudantis. O segundo tratava-se de um órgão colegiado composto pelas três categorias da comunidade acadêmica (docentes, técnico-administrativos e discentes), que possuía, entre outras atribuições, a de gerir e deliberar sobre questões relativas à operacionalização da extensão (tais como aprovação de editais de seleção das ações, administração do PROBEX, assessoramento da PROEX, etc.); 2) a Comissão Superior de Extensão (COSUEX), órgão consultivo, normativo e deliberativo que veio a substituir a CAEX a partir de 2013; 3) a Política de Extensão Universitária da UNILA (PEUNILA), aprovada em 2014; 4) o Regulamento da Extensão Universitária da UNILA, implementado em 2015; 5) o Regimento da COSUEX, aprovado pelo Conselho Universitário (CONSUN) em 2015 (Souza e Pereira, 2015)⁴⁰.

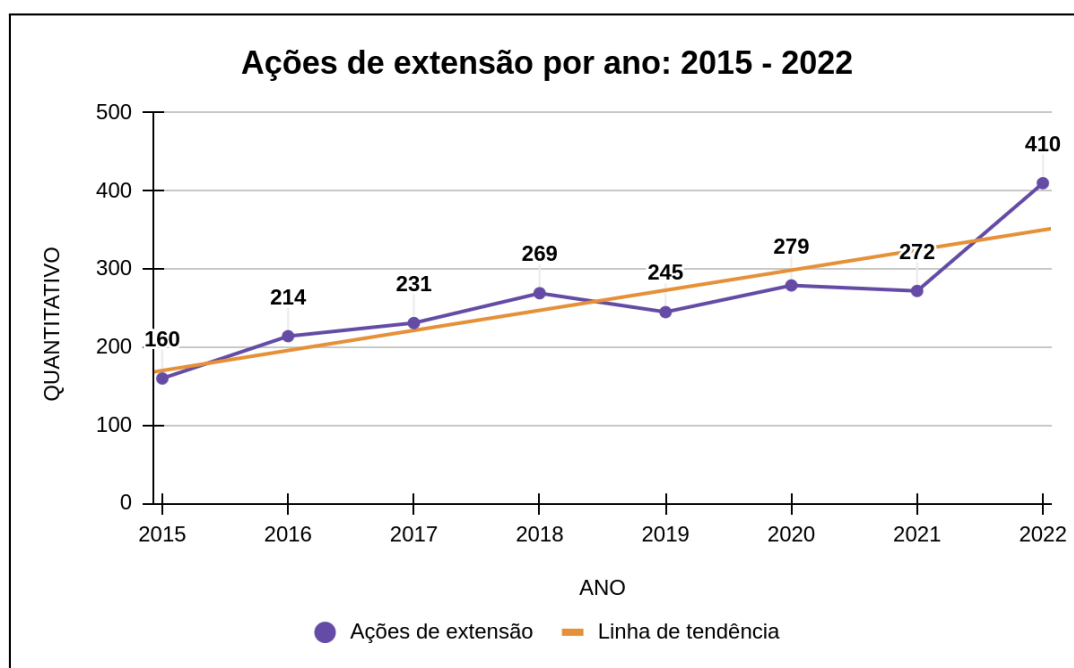
O estabelecimento de diretrizes e o processo de institucionalização iniciado em 2011 foram, portanto, fundamentais para a expansão das atividades extensionistas na Universidade desde então. Os documentos estruturantes possibilitaram, de acordo com Souza e Pereira (2015, p. 82), “uma maior

⁴⁰ Considerações mais detalhadas sobre a extensão da UNILA, relativas ao período anterior ao que analisamos, são encontradas nos estudos elaborados por Souza e Pereira (2015) e Souza e Barbosa (2020), ambos listados nas referências da presente pesquisa.

abrangência das ações, bem como uma ampliação no alcance de compreensão sobre o que é e qual o papel da extensão no contexto de formação acadêmica”. Com sua elaboração, foram definidas as bases de atuação da extensão da UNILA no espaço da fronteira trinacional.

No que diz respeito às ações de extensão, para esta pesquisa, realizamos um levantamento daquelas desenvolvidas no intervalo compreendido entre 2015 e 2022. Isso porque foi a partir de 2015 que iniciei minhas atividades laborais na PROEX/UNILA e, assim, pude acessar o cadastro das ações de extensão e seus respectivos relatórios de execução, em sua totalidade, junto ao Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas. Desde então e ao longo dos anos subsequentes, o acesso às informações tornou possível a extração massiva de dados para organização e posterior análise. É válido mencionar que o período por nós definido se encerra em 2022 em virtude de, à época do referido levantamento, os dados consolidados pelos relatórios estarem disponíveis somente até esse ano. Com base em tais dados, produzimos as tabelas, gráficos e mapas que nos auxiliaram na presente investigação, como o que se segue.

Gráfico 2 - Quantitativo de ações de extensão da UNILA por ano: 2015 - 2022



Fonte: SIGAA/UNILA.

Nota: Elaboração Rafael Franca Palmeira. Janeiro de 2025.

No Gráfico 2, podemos observar, mesmo que com algumas oscilações, o incremento do total de ações de extensão da UNILA. Ainda que em 2019 e 2021 verifique-se uma pequena queda dos números absolutos em relação aos respectivos anos anteriores, a linha de tendência confirma o crescimento ao longo do período. Considerado todo o intervalo em questão, têm-se uma média de 260 ações realizadas anualmente. É importante mencionar que tais números se referem ao quantitativo de ações propostas e executadas, e que essas podem ter ocorrido em mais de um local.

O Gráfico 2 ainda revela que os maiores quantitativos foram registrados nos três últimos anos do intervalo - sendo 410 ações, em 2022, 279, em 2020, e 272, em 2021. Tal fato nos mostra que, apesar da pandemia de COVID-19 e de todas as dificuldades impostas pela mesma (tais como a condição de isolamento social e a interrupção do funcionamento regular da Universidade durante todo o ano de 2020 e parte de 2021), as ações extensionistas continuaram a ser desenvolvidas, ainda que em ambiente virtual e com limitações. Já em 2022, em virtude da retomada e “normalização” das atividades acadêmicas, elas apresentaram um crescimento de 50,7% em relação ao ano anterior, indicando uma ampliação da presença da UNILA junto à comunidade.

Ao longo do período analisado, foram realizadas 2080 ações de extensão, sendo esse total distribuído por cinco modalidades, conforme mostrado pelo Gráfico 3. Essas modalidades⁴¹ são assim caracterizadas pela Política de Extensão da UNILA (2021):

1. cursos - são ações pedagógicas ofertadas à comunidade de forma presencial ou à distância, de natureza teórica e/ou prática, cujo objetivo é compartilhar o conhecimento acadêmico. Essas ações são planejadas e organizadas de maneira sistemática, e possuem critérios de avaliação definidos e certificação;

2. eventos - tratam-se de ações que envolvem apresentações e/ou exposições públicas com a finalidade de divulgar os conhecimentos ou produtos científicos e tecnológicos desenvolvidos, conservados ou reconhecidos pela Universidade;

3. programas - consistem em um conjunto articulado de ações de

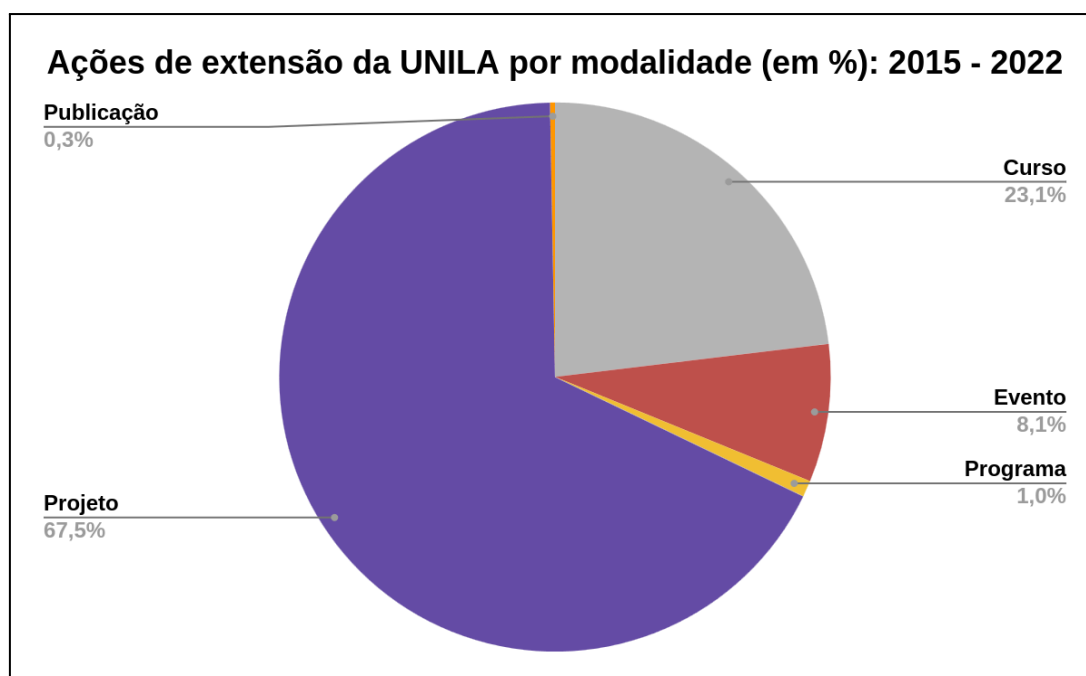
⁴¹ Embora o período em questão não apresente registro de ações de extensão como “prestação de serviços”, essa modalidade consta na Política de Extensão da UNILA (2021) e refere-se à atividade de prestação de serviços técnicos e especializados à comunidade, vinculado, obrigatoriamente, a projetos ou programas de extensão.

natureza multidisciplinar e integrado às atividades de ensino e pesquisa. Apresentam um caráter orgânico-institucional, atuam no território e/ou junto a grupos populacionais específicos, possuem diretrizes definidas e buscam alcançar objetivos comuns. São desenvolvidos a médio e longo prazo, com a participação de estudantes de graduação e/ou pós-graduação sob orientação de um ou mais docentes da instituição;

4. projetos - são ações processuais contínuas, de cunho educativo, social, cultural ou tecnológico, com objetivos e prazos definidos, que podem se desenvolver vinculadas a um programa ou de maneira isolada, e devem estar alinhadas à missão institucional da UNILA;

5. publicações - consistem em produções bibliográficas (livros, revistas, manuais, jornais, entre outras) e produtos acadêmicos (como audiovisuais: filmes, vídeos, programas de rádio e televisão, e outros mais) resultantes das ações de extensão, para a difusão e divulgação científica, cultural ou tecnológica.

Gráfico 3 - Distribuição das ações de extensão realizadas por modalidade



Fonte: SIGAA/UNILA.

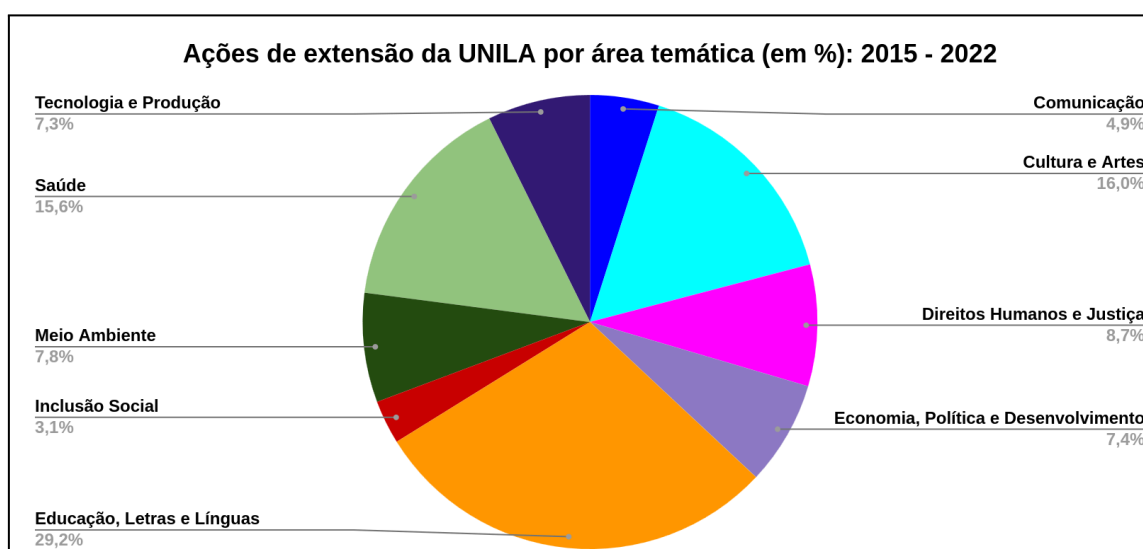
Nota: Elaboração Rafael Franca Palmeira. Janeiro de 2025.

No Gráfico 3, verifica-se que a modalidade “projeto” foi a que

concentrou o maior percentual de ações extensionistas (67,5%), seguida por “curso” (23,1%), “evento” (8,1%), “programa” (1,0%) e “publicação” (0,3%). Esses números refletem, em grande parte, a realidade factual da extensão na UNILA, na qual a maioria esmagadora de suas atividades ocorre de maneira isolada, ou seja, não é articulada em “programas”. Ainda assim, o alcance de tais atividades junto à população é bem expressivo. Segundo as informações constantes nos relatórios de gestão correspondentes ao intervalo 2015-2022⁴², estima-se que mais de um milhão de pessoas foram atingidas, direta ou indiretamente, pelas ações.

No que se refere a eixos de atuação, as atividades extensionistas se desenvolveram em nove áreas temáticas distintas, conforme representado no Gráfico 4.

Gráfico 4 - Distribuição das ações de extensão realizadas por áreas temáticas



Fonte: SIGAA/UNILA.

Nota: Elaboração Rafael Franca Palmeira. Janeiro de 2025.

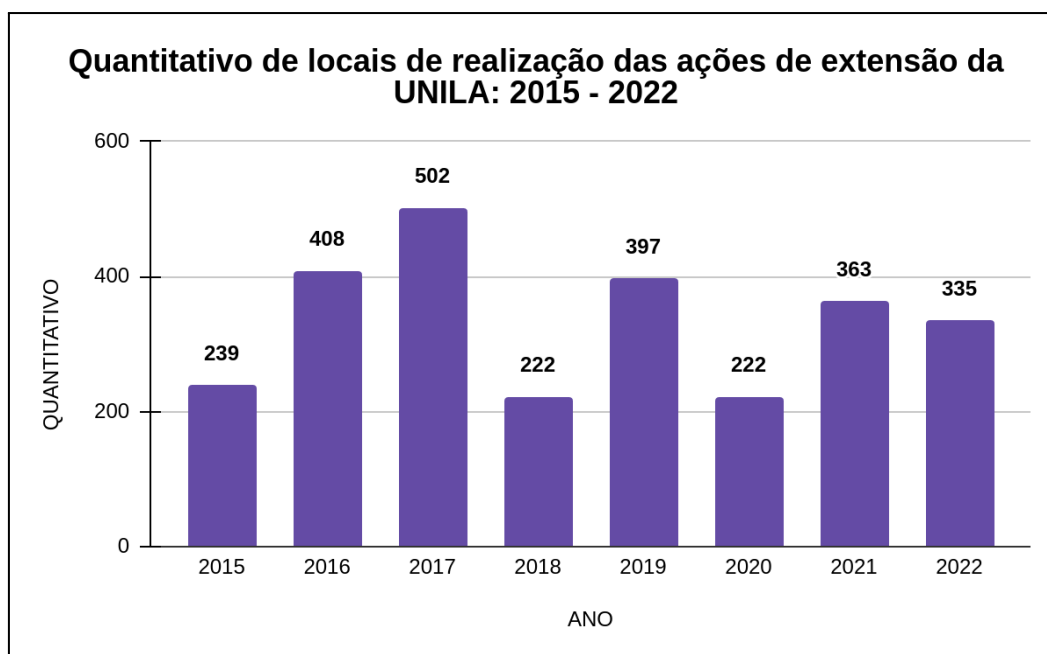
Nessa distribuição, destacam-se “educação, letras e línguas”, “cultura e artes” e “saúde” como as que concentram maior número de ações de extensão. Tais áreas, quando somadas, perfazem 60,8% do total do período analisado. Muitas dessas ações são concebidas a partir de demandas oriundas da comunidade. É fato conhecido na Universidade que um elevado quantitativo de

⁴² Como não foram encontrados os quantitativos referentes a 2016 e 2017 nos relatórios correspondentes aos respectivos anos, chegamos a 1.271.379 pessoas ao somar os números apresentados nos relatórios de 2015, 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022.

atividades se dá em diferentes locais, principalmente em escolas, organizações não governamentais, movimentos sociais e instituições e espaços públicos de Foz do Iguaçu. Junto a esses agentes, é notório o predomínio de cursos e, sobretudo, projetos educacionais, culturais e na área da saúde.

A partir dos dados que levantamos junto aos registros no SIGAA e relatórios de execução de cada uma das ações extensionistas, foi também possível identificar, ainda que não totalmente, os locais de sua realização. Quando nos referimos a “locais de realização”, estamos aludindo aos espaços onde as atividades foram desenvolvidas e cujas coordenadas geográficas (latitude e longitude) nos permitiram pontuá-las em mapas. Vale destacar que, por razões diversas, nem todas as ações apresentaram informações referentes ao local (cerca de 23,1% do total do período estudado), e, em virtude disso, não foram mapeadas. Além do mais, muitas se realizaram em dois ou mais locais, fazendo com que o quantitativo desses seja maior do que o de ações em si, como nos mostra o gráfico a seguir.

Gráfico 5 - Número de locais com presença de ações de extensão da UNILA



Fonte: SIGAA/UNILA.

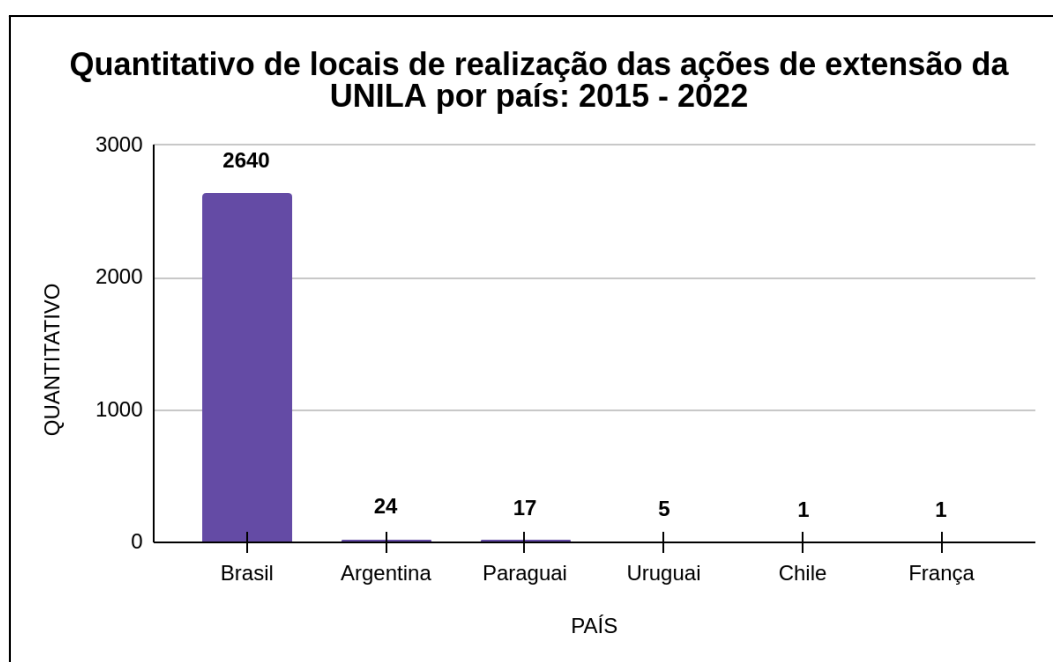
Nota: Elaboração Rafael Franca Palmeira. Janeiro de 2025.

O Gráfico 5 nos dá uma dimensão do quantitativo de locais onde a UNILA esteve presente por meio de suas ações de extensão (foram 2688 no total).

Em quase todos os anos do intervalo analisado, esse quantitativo superou o de ações executadas apresentado no Gráfico 2, o que nos indica a realização dessas em mais de um local. A exceção se dá em 2018, 2020 e 2022, anos em que a identificação dos locais de realização foi mais difícil, principalmente em função da falta de informações nos registros e relatórios constantes no SIGAA. Tal ausência também constituiu-se em fator limitante para a identificação dos locais nos demais anos - em alguns, mais, em outros, menos. Ainda assim, em virtude do aumento do número de ações no período, é possível afirmar que houve um fortalecimento da presença da Universidade no espaço trinacional por meio da extensão.

Entretanto, essa presença não se deu de maneira homogênea, visto que a maioria esmagadora das ações extensionistas concentrou-se em território brasileiro, conforme ilustrado pelo próximo gráfico.

Gráfico 6 - Número de locais com presença de ações de extensão da UNILA por país



Fonte: SIGAA/UNILA.

Nota: Elaboração Rafael Franca Palmeira. Janeiro de 2025.

O Gráfico 6 nos mostra que, entre 2015 e 2022, a UNILA esteve presente por meio de suas ações de extensão em, pelo menos, 2688 locais. Desse total, 2640 situavam-se no Brasil, 24, na Argentina, 17, no Paraguai, 5, no Uruguai,

1, no Chile e 1, na França. Os números revelam uma tendência à concentração nos três países que conformam a fronteira objeto de nosso estudo. Tal concentração pode ser explicada, em parte, pelo fato da Instituição possuir sua sede no espaço transfronteiriço que os mesmos compõem. Nossos dados indicam que a maioria das atividades se desenvolveu em *Ciudad del Este, Puerto Iguazú* (em virtude da proximidade de ambas), e, sobretudo, Foz do Iguaçu (onde a Universidade encontra-se sediada), perfazendo um total de quase 92% dos locais de realização das ações. O percentual restante encontra-se distribuído por diversas cidades próximas ou não da fronteira trinacional, principalmente em território brasileiro.

O Mapa 2 nos traz uma perspectiva espacial da distribuição das ações de extensão da UNILA entre 2015 e 2022. Com o objetivo primeiro de mostrar o alcance dessas, identificamos seus locais de realização e lançamos mão de uma escala reduzida para a elaboração do referido mapa. Desse modo, conseguimos representar uma área maior da superfície terrestre e todos os locais identificados foram pontuados. Ainda que o grau de detalhamento seja pequeno e, em virtude disso, consigamos visualizar a intensidade do fenômeno representado apenas por meio do agrupamento das ações (no caso, os círculos com as respectivas quantidades em seu interior), podemos perceber uma maior concentração da atividade extensionista da Universidade na fronteira trinacional e seu entorno.

Neste momento, acreditamos ser importante abrir um pequeno parêntese. Quando dizemos “escala”, estamos nos referindo a um conceito polissêmico, que abarca uma multiplicidade de entendimentos, os quais variam segundo os campos de estudo, métodos de análise e concepções teóricas. Trata-se de uma noção presente em diversas áreas de conhecimento (tais como Cartografia, Arquitetura, Geografia, Astronomia, entre outras), cujas discussões quase sempre envolvem a representação do real, a apreensão da complexidade dos fenômenos e os problemas resultantes da variação dos tamanhos. Na abordagem geográfica da realidade, por exemplo, vemos como a percepção de um mesmo fenômeno pode mudar quando passamos de uma perspectiva espacial global para outra local e vice-versa. E isso não é uma questão circunscrita à Geografia, conforme assinala a professora Iná Elias de Castro (2007), já que outras disciplinas se deparam com a mesma situação.

Não é nossa intenção nos aprofundarmos em cada uma das noções existentes de “escala”, e muito menos elaborar uma revisão de literatura, ainda que breve, a respeito do tema. Para efeito prático, apenas nos limitaremos a mencionar que, na presente pesquisa, trabalhamos com duas delas. A primeira, de uso mais recorrente, trata-se da razão matemática entre as dimensões reais (de objetos e superfícies, por exemplo) e suas correspondentes dimensões em um plano (mapas, cartas e plantas). É a “fração que indica a relação entre as medidas do real e aquelas da sua representação gráfica” (Castro, 2007, p. 117). Mais conhecida como escala cartográfica, sinaliza o número de vezes que a realidade foi diminuída para ser representada. Aqui, sobressaem-se a objetividade geométrica e a ênfase ao elemento “tamanho”.

A segunda, baseia-se nas considerações elaboradas por Castro (2007), para quem a escala não se esgota como projeção gráfica e deve ser pensada como uma estratégia de apreensão da realidade. Em seus apontamentos, ela nos mostra que, quando entendido somente como medida de representação matemática de áreas, o termo não revela toda sua complexidade, sobretudo quando se trata de recortar a realidade espacial. Isso porque as projeções do real, bem como o conteúdo constante em cada uma dessas (ou seja, os fenômenos representados), ultrapassam “as possibilidades explicativas e a simplicidade operacional da escala gráfica” (Castro, 2007, p.133).

Apoiada nas reflexões sobre projetividade realizadas por

Merleau-Ponty⁴³ no campo da Filosofia, a referida autora infere que a temática da escala remete à percepção do real e ao significado da escolha e do conteúdo daquilo que é ou não representado. Logo, “a questão que se coloca refere-se ao significado próprio do que se torna visível a uma determinada escala, e o seu significado em relação ao que permanece invisível” (Castro, 2007, p.133). Nesse sentido, ela segue adiante:

A seleção da escala pode prosseguir, em teoria, até o infinito dos pontos de vista possíveis sobre uma realidade percebida ou sobre uma realidade em projeto. Em todos os casos o resultado é aquele de um recorte da realidade percebida/concebida de acordo com o ponto de vista, com a escolha do nível de percepção/concepção. Portanto, a concepção de uma entidade espacial estabelecida como ponto de partida tem consequências fundamentais para a continuidade da percepção (Castro, 2007, p. 134).

Ainda que varie, a percepção resultante sempre contém algo do real, este encontra-se presente naquela. Portanto, aqui, a escala é entendida como um “artifício analítico que dá visibilidade ao real”, como uma projeção do real, na qual a realidade permanece como sua base constitutiva. Como o real é apreendido por representação, “a escala constitui uma prática, embora intuitiva e não refletida, de observação e elaboração do mundo” (Castro, 2007, p.133).

Na base dessa linha de raciocínio, encontram-se três importantes pressupostos, assim estabelecidos por Castro (2007, p. 132): o primeiro é o de que não existem escalas mais ou menos válidas, já que “a realidade está contida em todas elas”. O segundo é que “a escala da percepção é sempre ao nível do fenômeno percebido e concebido”. O terceiro é o de que “a escala não fragmenta o real, apenas permite a sua apreensão”.

Esses pressupostos nos foram muito valiosos nas escolhas que fizemos acerca dos mapas elaborados, sobretudo no que se refere às escalas utilizadas. A variação escalar possibilitou que percebêssemos algumas especificidades da distribuição espacial das ações de extensão da UNILA, especificidades essas que facilitaram nossa análise da territorialidade da Universidade. Isso se deu em função do caráter operacional da escala, conforme proposto por Castro (2007), para quem essa noção constitui um problema fundamental para todo experimento científico. “A ideia de operacionalização existe

⁴³ De acordo com Castro (2007, p. 132), o filósofo concebe a escala como “uma noção que supõe projetividade, ou seja, um conjunto de configurações, uma sendo projeção da outra, mas que conservam suas relações harmônicas”.

porque a questão da escala surge no processo operativo de pesquisa, ou seja, no desenrolar das diferentes etapas que constituem a experimentação, a análise e a síntese em diferentes campos científicos” (Castro, 2007, p.135).

Por fim, antes de retomarmos a análise e interpretação dos dados, trazemos a seguinte proposição para encerrarmos estas breves considerações sobre o conceito de escala:

Em síntese, podemos partir da suposição de que a escala possui quatro campos fundadores: o referente, a percepção, a concepção e a representação. Estes campos definem, pois, uma figuração do espaço que não é somente uma caracterização de um espaço em relação a um referencial, mas uma figuração de um espaço mais amplo do que aquele que pode ser apreendido em sua globalidade, ou seja, é a imagem que substitui o território que ela representa. Neste sentido, a escala é a escolha de uma forma de dividir o espaço, definindo uma realidade percebida/concebida, é uma forma de dar-lhe uma figuração, uma representação, um ponto de vista que modifica a percepção mesma da natureza deste espaço, e, finalmente, um conjunto de representações coerentes e lógicas que substituem o espaço observado (Castro, 2007, p. 136).

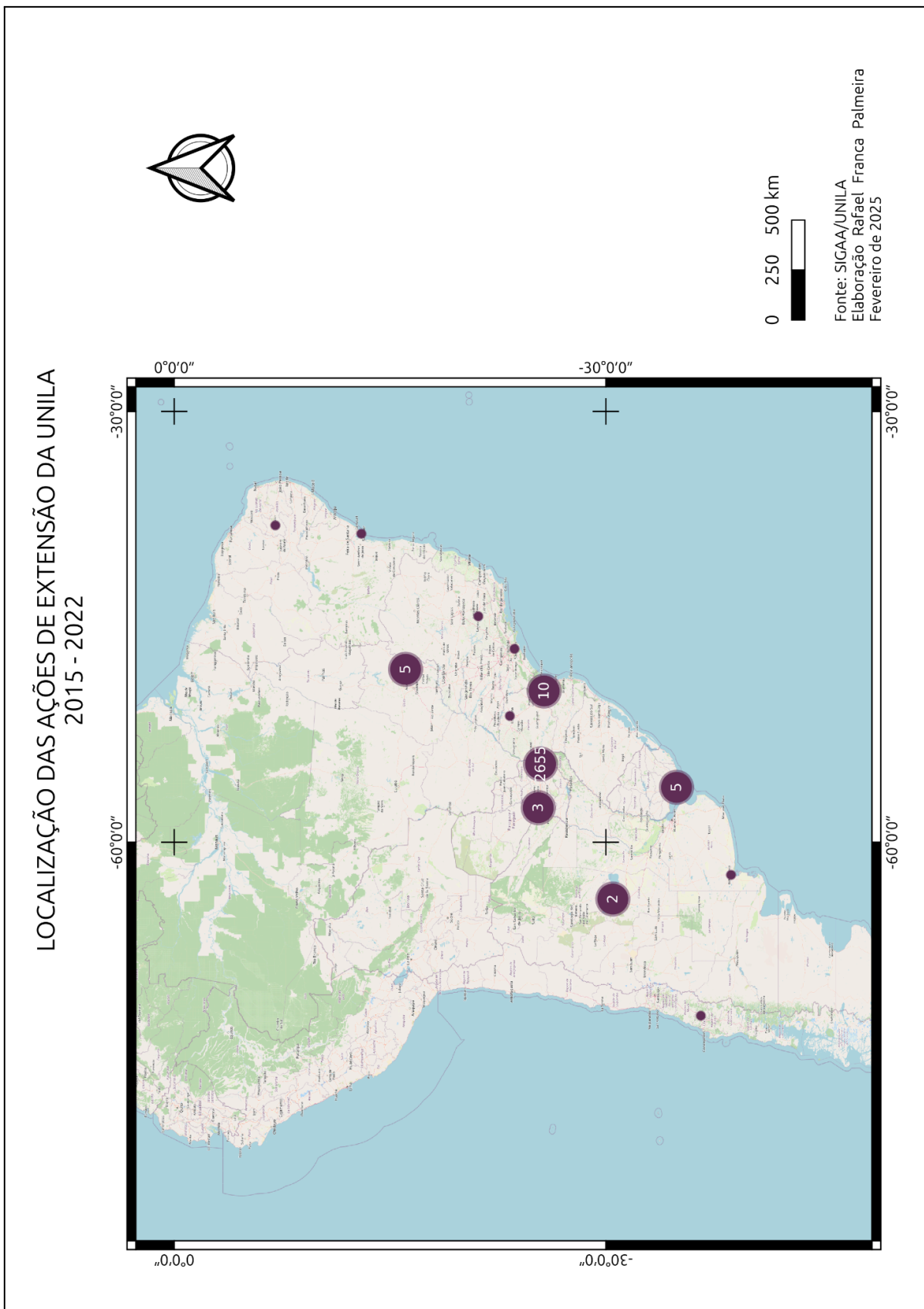
Parêntese fechado, retornemos a nosso percurso. Como já mencionado, mesmo que tenda a se concentrar nos três países integrantes da fronteira trinacional (conforme Gráfico 6), a distribuição das ações de extensão se dá de forma diversa. Contudo, na escala utilizada inicialmente (Mapa 2), não foi possível observar características mais detalhadas do processo de espacialização da atividade extensionista, ou seja, a maneira como esse ocorre. Isso porque, ao optarmos por evidenciar o alcance da territorialidade da UNILA por meio das ações, acabamos por privilegiar a dimensão do fenômeno em detrimento de sua complexidade.

No entanto, certas especificidades foram se revelando na medida em que prosseguimos com a análise dos dados e trabalhamos com escalas maiores. Os mapas que se seguem, observados em conjunto, evidenciam três delas. A primeira refere-se à já mencionada concentração das atividades extensionistas da UNILA no Brasil, tanto em termos espaciais (na fronteira e em localidades próximas) quanto numéricos (por conta da quantidade esmagadora de ações em comparativo com os demais países). O Mapa 3 nos mostra que, mesmo que não consideremos o espaço transfronteiriço trinacional, há um quantitativo maior de ações de extensão em território brasileiro.

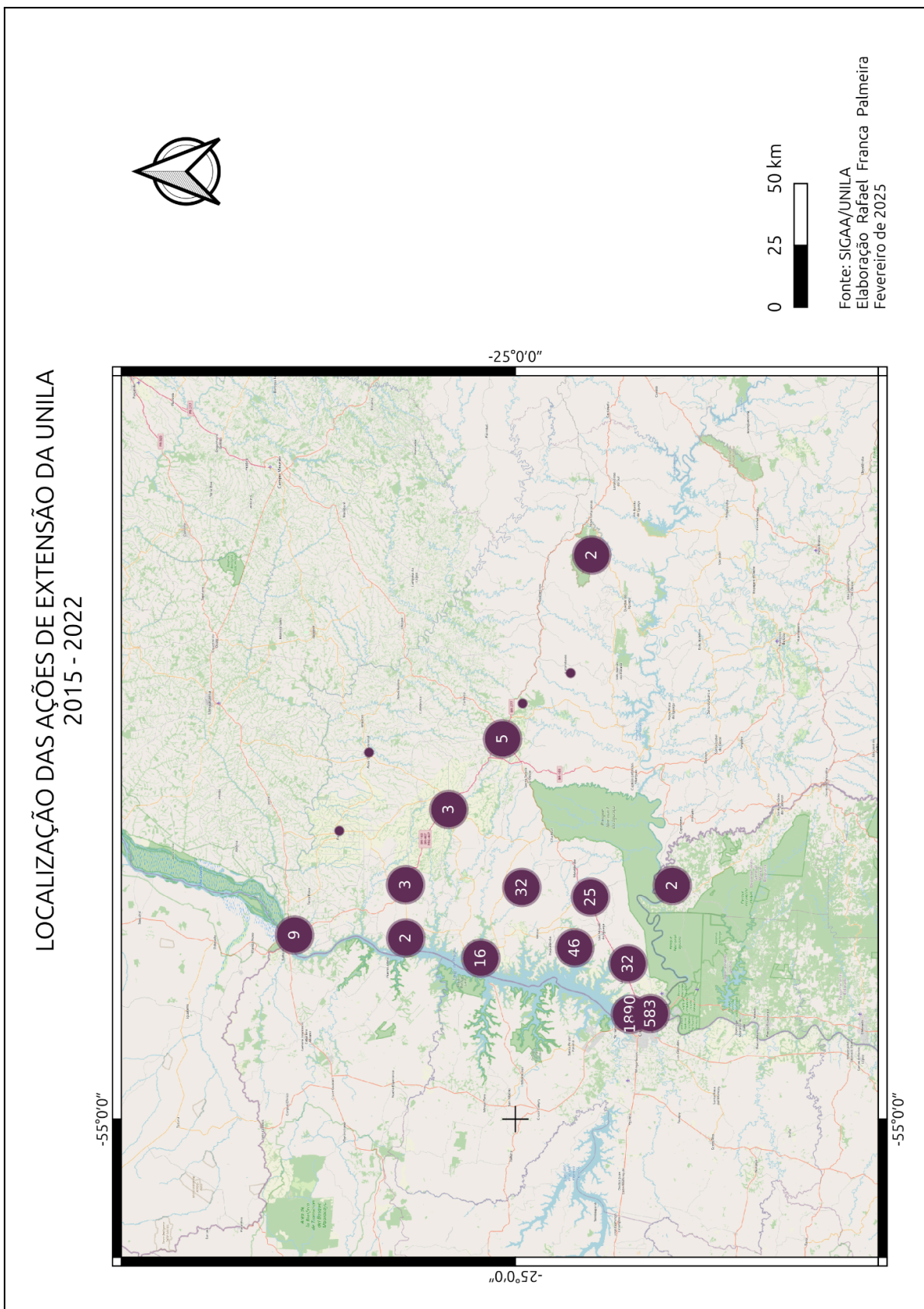
A segunda está relacionada ao alcance da territorialidade da Universidade por meio da extensão. Se a atividade extensionista pode ser compreendida como um conjunto de práticas e vivências espaço-temporais que se dá no seio da comunidade (comunidade essa que engloba diferentes atores, espaços e realidades), conforme sugerimos no capítulo 3, então a territorialidade da UNILA através da extensão é delineada pelo alcance de suas ações. Nesse sentido, percebemos como ela se manifesta mais intensamente na fronteira trinacional e abrange o oeste paranaense como um todo, em virtude do elevado número de atividades ali realizadas. O Mapa 4 nos dá uma melhor dimensão da presença “unilera” nessa porção do território.

O terceiro aspecto que gostaríamos de explicitar pode ser observado no Mapa 5. Ao examinarmos de perto a distribuição da atividade extensionista da UNILA entre as cidades onde mais se desenvolveram ações, notamos a imensa concentração dessas em Foz do Iguaçu (Brasil) em detrimento de *Puerto Iguazú* (Argentina) e *Ciudad del Este* (Paraguai). A ampliação da escala nos revelou que as fronteiras entre os três países (representadas no referido mapa pelos rios Paraná e Iguaçu) parecem constituir-se em uma barreira à atuação da Universidade, por meio da extensão, no espaço transfronteiriço trinacional. Isso fica perceptível não só pelo elevado número de ações em Foz do Iguaçu, mas também pela constatação de que, durante o mesmo período, um quantitativo considerável dessas se realizou em diversas localidades do oeste paranaense (Mapa 4), as quais, na maioria das vezes, são mais distantes da sede da Instituição do que as cidades argentina e paraguaia. Tal fato sugere uma maior facilidade no desenvolvimento de atividades extensionistas em território brasileiro do que para além desse.

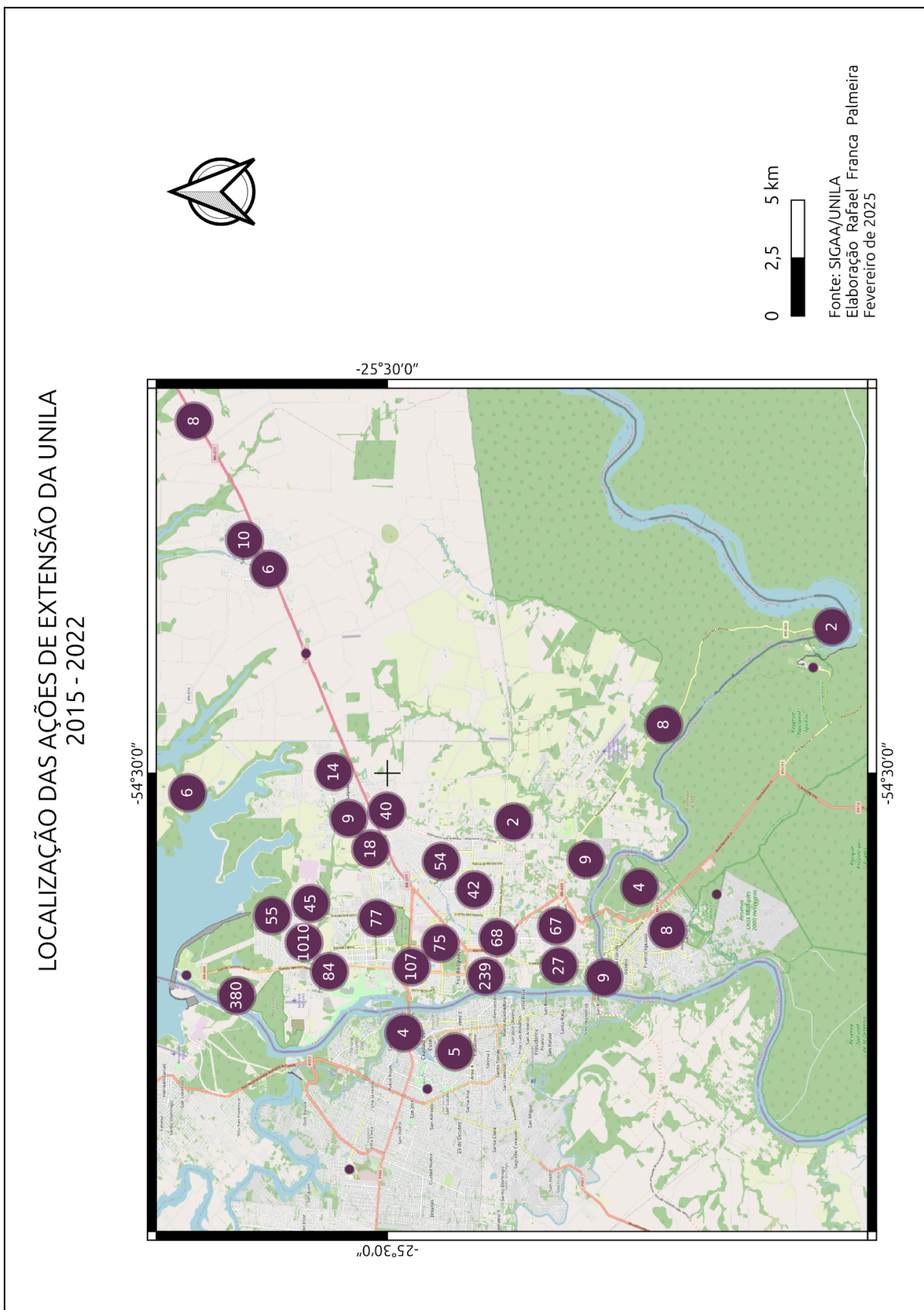
Mapa 3 - Distribuição das ações de extensão da UNILA de 2015 a 2022, em escala 1:25000000



Mapa 4 - Distribuição das ações de extensão da UNILA de 2015 a 2022, em escala 1:2500000



Mapa 5 - Distribuição das ações de extensão da UNILA de 2015 a 2022, em escala 1:250000



Em função de nossa prática como servidor técnico-administrativo em exercício na Pró-Reitoria de Extensão da UNILA, temos conhecimento de algumas das dificuldades enfrentadas por coordenadoras e coordenadores extensionistas para o desenvolvimento de suas atividades. Entre elas, encontra-se a referente à mobilidade das equipes executoras das ações, principalmente quando essas são realizadas fora do Brasil e demandam uma presença *in loco* mais contínua. Isso porque há restrições de ordem prática que se constituem em limitações consideráveis ao trânsito da Instituição no espaço transfronteiriço conformado pelos três países.

Em nosso entendimento, a Universidade encontra limitações de ordem interna e externa a sua territorialidade para além das fronteiras brasileiras, ao menos no que se refere à extensão. No que diz respeito às de ordem interna, mencionamos a limitação institucional que a UNILA possui para transitar entre os países, a qual pode ser exemplificada pelo fato de seus veículos oficiais não poderem, em virtude de questões jurídico-administrativas concernentes ao ordenamento do Estado brasileiro, atravessar as fronteiras vizinhas. Isso gera uma situação, no mínimo, inusitada, já que a Universidade consegue fazer-se mais presente em localidades do oeste paranaense que distam dezenas (em algumas vezes, centenas) de quilômetros de sua sede, mas não tanto nas cidades fronteiriças, mesmo que essas sejam contíguas a Foz do Iguaçu.

Já as limitações de ordem externa constituem-se na “outra face da mesma moeda” e está, também, relacionada à lógica do Estado nacional, a partir da qual o controle dos fluxos transfronteiriços delimitam os espaços de exercício da soberania de cada país. Nesse caso, vemos manifestar-se a concepção moderna de ‘território’ (como espaço jurídico-político formal), com a fronteira se materializando como expressão de poder, enquanto limite territorial nem sempre transponível. Trata-se do oposto da ideia de fronteira como elemento integrador, lugar de diversidade e multiplicidade, tão presente na proposta da Universidade.

É válido ressaltar que temos ciência de que a UNILA é uma autarquia federal e que, por isso, encontra-se submetida a todo um conjunto de leis e regras que regem a administração pública indireta, conforme previsto na Constituição Federal brasileira. Ainda assim, não podemos deixar de problematizar o fato de que estamos nos referindo a uma instituição que tem como objetivo principal a integração regional latino-americana e que encontra-se localizada em um

ambiente onde há fluxos e processos de variadas ordens. Tal contexto indica a necessidade de se (re)pensar a forma de inserção e a dinâmica de atuação da Universidade, tendo em vista a consecução dos objetivos para os quais foi criada.

Nesse sentido, é preciso superar as limitações impostas pela dicotomia local/nacional. Acreditamos ser pertinente um outro olhar sobre a Universidade, que vá além da perspectiva que a compreende como mais uma instituição estatal regida pelas mesmas regras do ordenamento jurídico-administrativo do Estado brasileiro e desconsidera seu papel educacional e estratégico, bem como o contexto em que está inserida. Em nosso entendimento, há uma discrepância visível entre os princípios e objetivos da UNILA materializados nos documentos oficiais e sua concretização plena na prática cotidiana, pelo menos quando nos referimos à extensão.

É tomando por base as considerações de Haesbaert (2007a) - bem como a ideia de território como um espaço dominado e/ou apropriado, que se apresenta de forma multiescalar e multidimensional, e é concebido/percebido a partir de uma lógica de multiplicidade (convivência de territórios e territorialidades múltiplas) - que buscamos caracterizar a dinâmica de atuação da UNILA no espaço transfronteiriço trinacional. Como mencionamos anteriormente, a fronteira formada por Argentina, Brasil e Paraguai é marcada por fluxos econômicos, sociais e culturais intensos, fluxos esses que refletem uma multiplicidade de poderes, funções (multifuncionalidade econômica) e identidades (espaços de trocas culturais) em distintos níveis escalares. Trata-se de um espaço no qual se manifestam diversas territorialidades, que acabam por conformar diferentes territórios, seja por dominação jurídico-política (por meio da qual os limites da soberania estatal são materializados na fronteira), seja por apropriação simbólica (circunstância em que as redes de relações existentes relativizam, fluidificam e ressignificam, em certa medida, a própria ideia de território e fronteira nacionais).

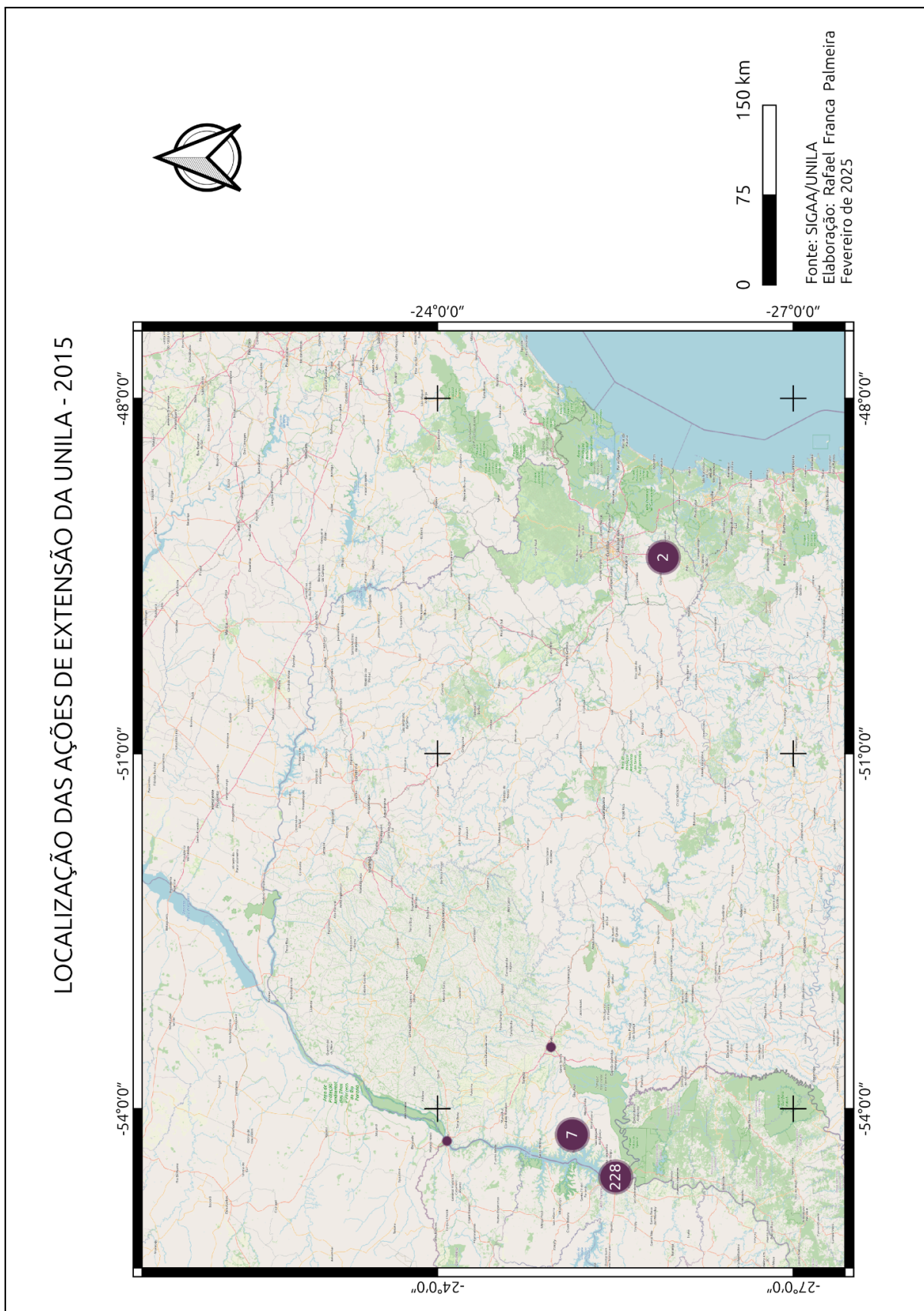
Nesse contexto, portanto, observamos duas dinâmicas territoriais: uma tradicional, baseada na concepção moderna de território, fronteira e Estado nacional, e outra mais contemporânea, de caráter relacional e reticular, tal como sugerido por Haesbaert (2007a) em seus estudos. É na interface entre essas duas dinâmicas que situamos a UNILA, visto que sua territorialidade através da extensão é marcada por ambas. Por intermédio das ações, a Universidade estabelece uma rede de relações com os diversos atores existentes na fronteira trinacional e se

insere em diferentes territórios, sejam esses constituídos por dominação jurídico-política (pelas esferas do Estado) ou por apropriação (pelas relações de outros atores sociais com frações do espaço). Além disso, sua própria atuação contribui para a conformação de territórios simbólicos, delimitados pelas vivências e práticas extensionistas, mesmo que temporários (em virtude da periodicidade das ações), os quais se sobrepõem e se conectam a outros territórios.

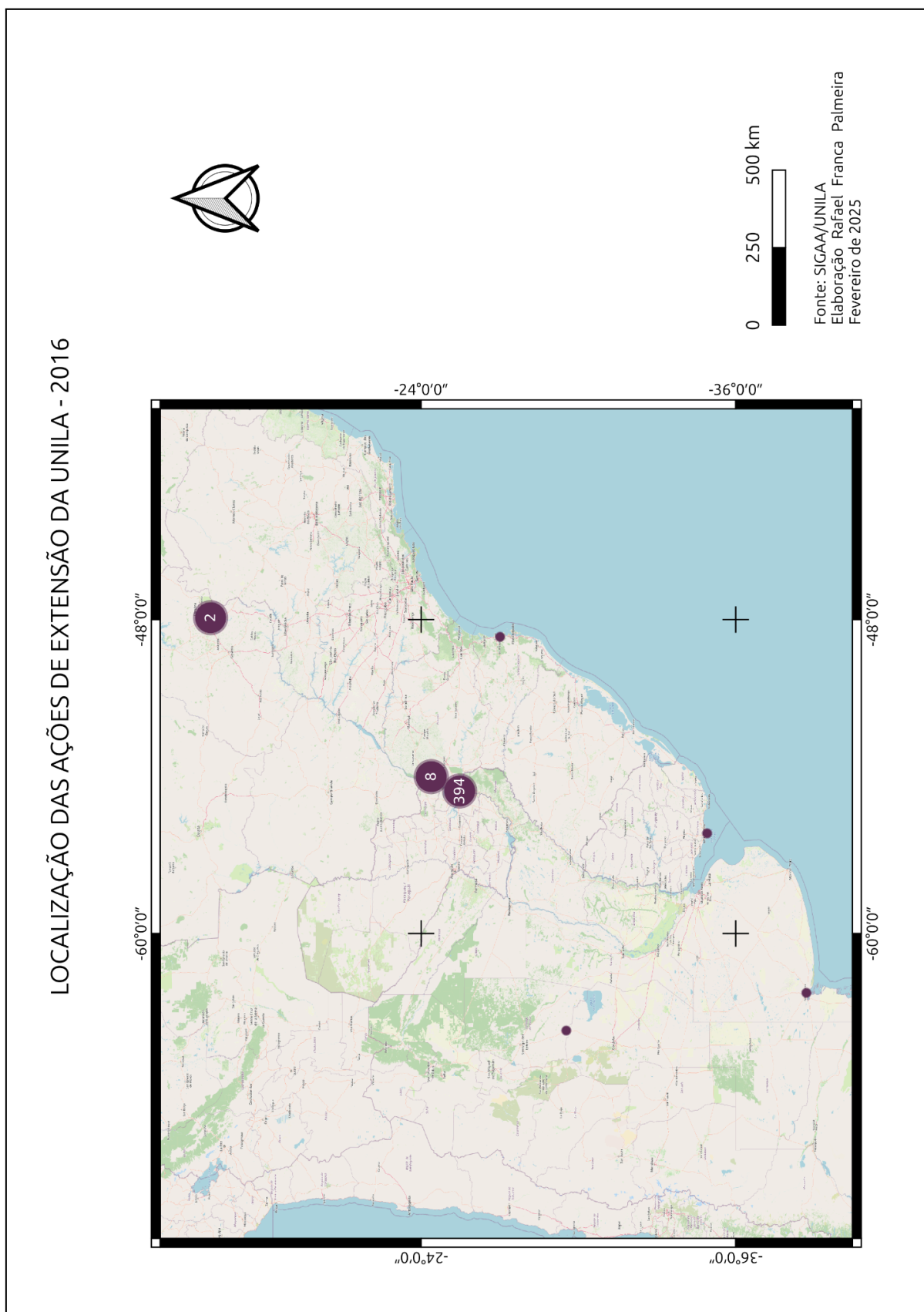
Por outro lado, verificamos que, embora seja uma instituição voltada para a educação, o desenvolvimento e a integração regional, a UNILA está sujeita aos típicos mecanismos de controle que regem toda instituição estatal, fato que, muitas vezes, representa obstáculos para sua atuação além das fronteiras político-territoriais do Estado brasileiro. Isso, conseqüentemente, limita o alcance de sua territorialidade e acaba por se refletir no padrão de distribuição de suas ações de extensão no espaço transfronteiriço, que, como já vimos, acusa uma concentração quase que total dessas no Brasil.

A seguir, apresentamos mais alguns mapas que elaboramos no âmbito desta pesquisa, nos quais é possível observar a dinâmica espacial das ações ano a ano. Eles nos permitem perceber melhor a territorialidade da UNILA por meio da extensão e revelam os períodos de expansão e retração de seu alcance. Além do mais, os mapas nos dão uma dimensão de como a Universidade se insere, simultaneamente, em diferentes territórios nas mais variadas escalas.

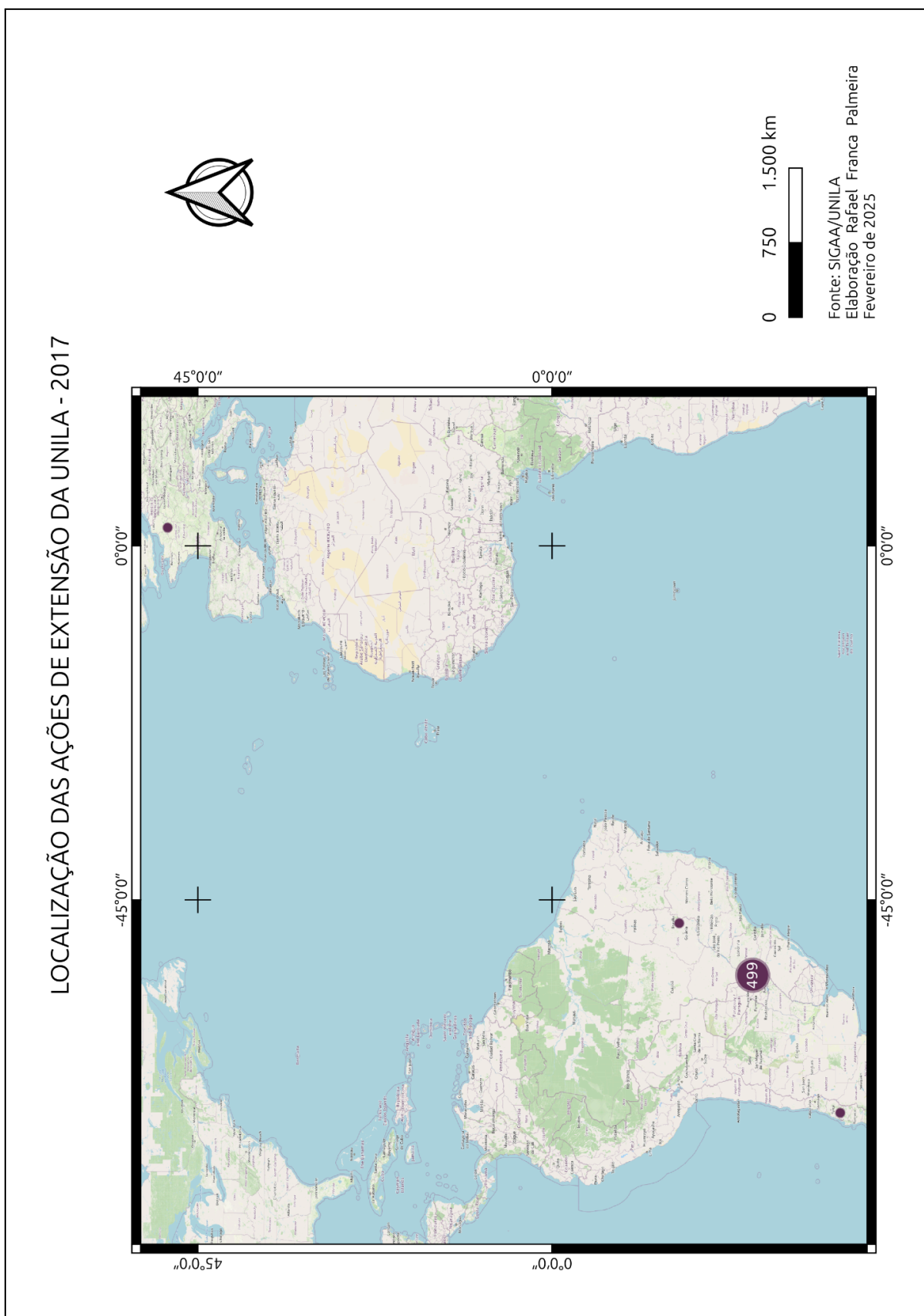
Mapa 6 - Alcance da territorialidade da UNILA por meio da extensão, em 2015



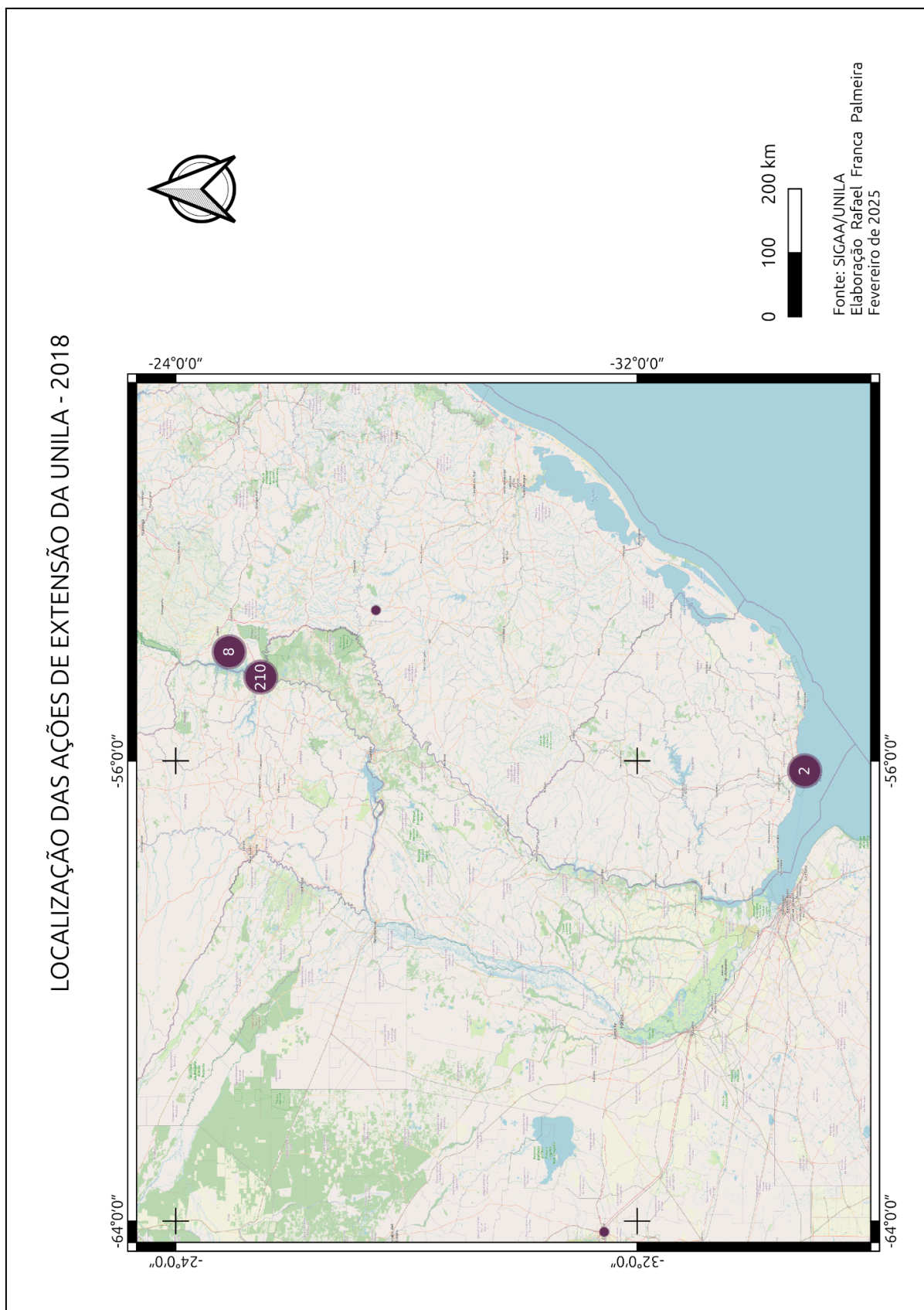
Mapa 7 - Alcance da territorialidade da UNILA por meio da extensão, em 2016



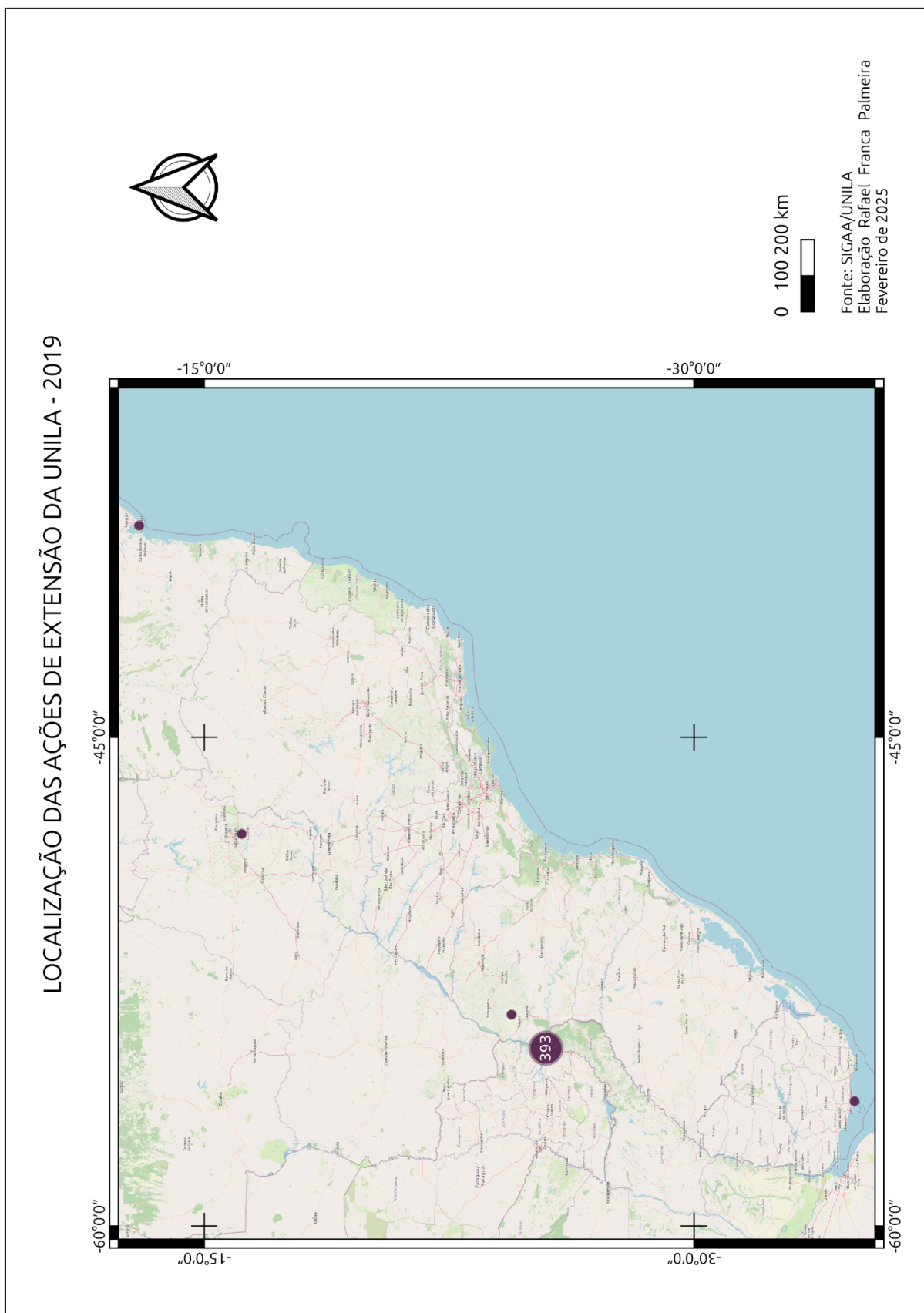
Mapa 8 - Alcance da territorialidade da UNILA por meio da extensão, em 2017



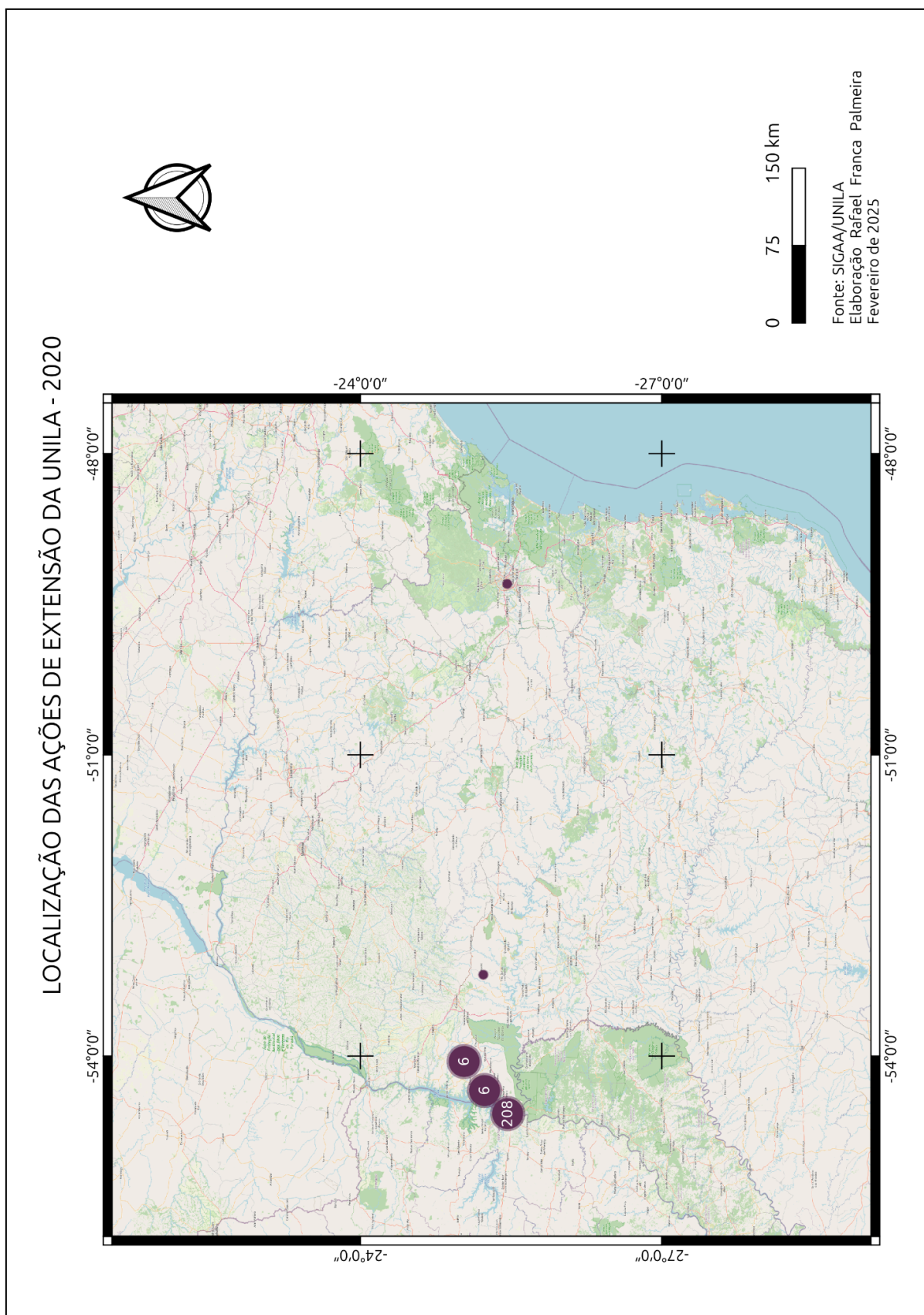
Mapa 9 - Alcance da territorialidade da UNILA por meio da extensão, em 2018



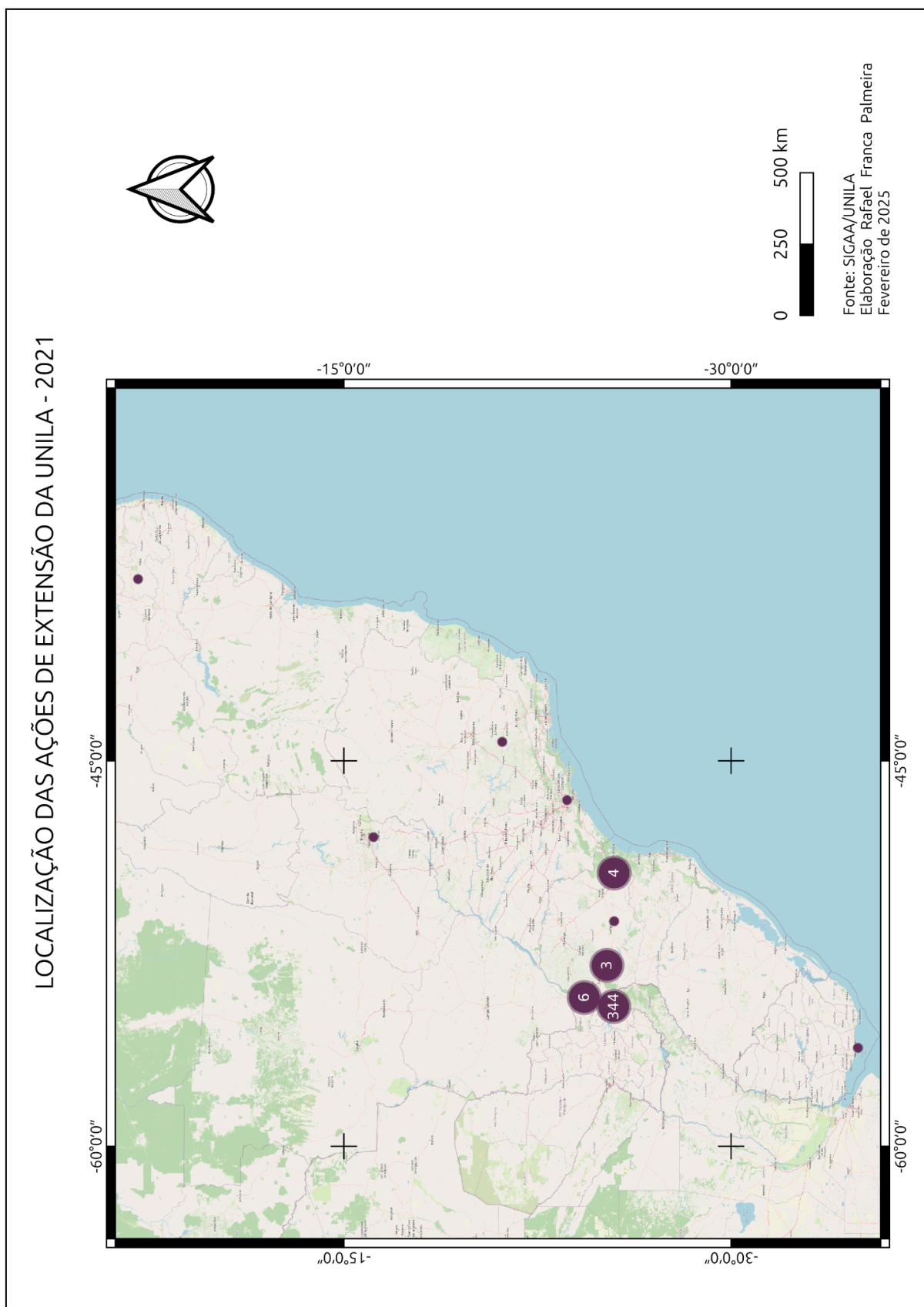
Mapa 10 - Alcance da territorialidade da UNILA por meio da extensão, em 2019



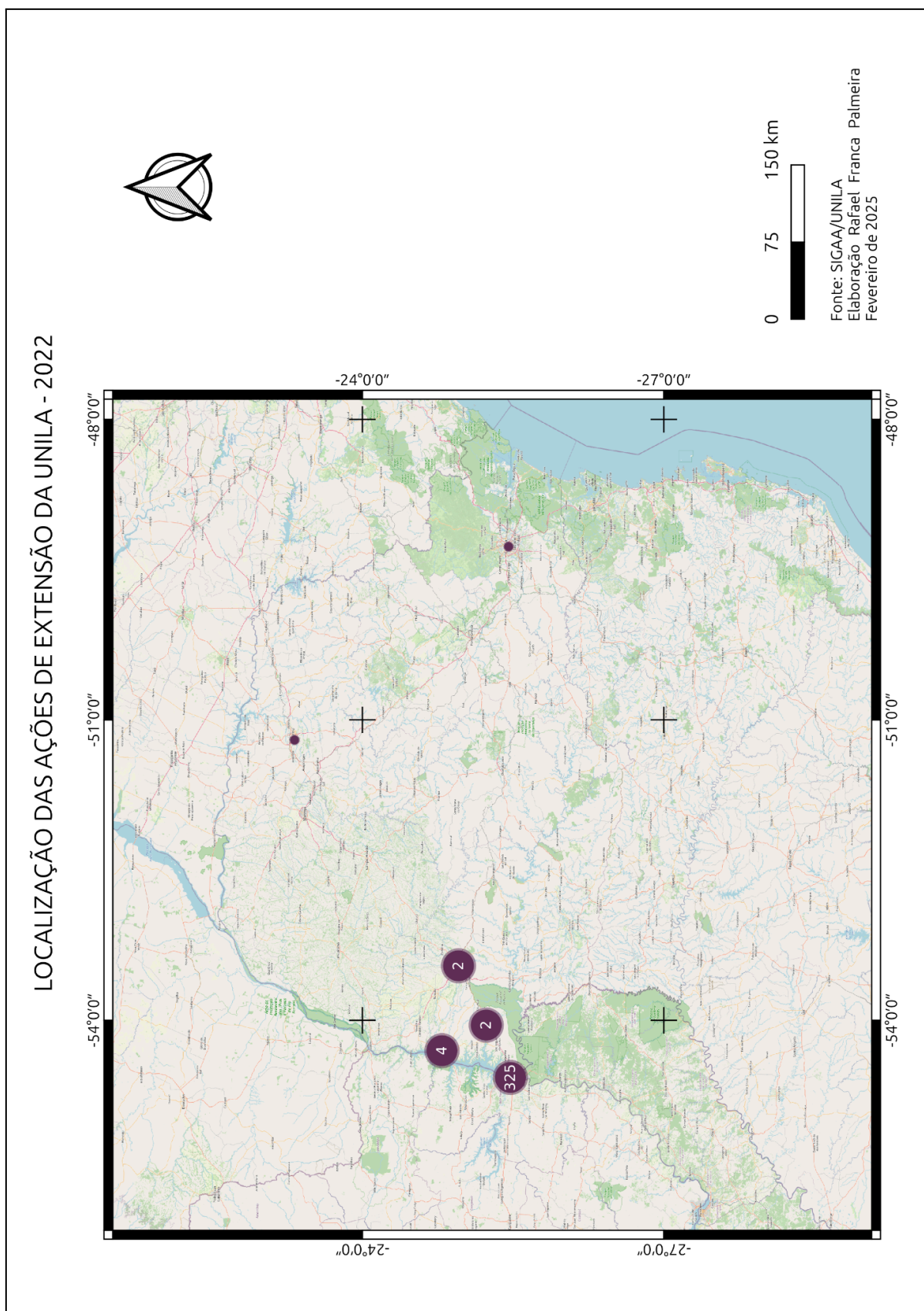
Mapa 11 - Alcance da territorialidade da UNILA por meio da extensão, em 2020



Mapa 12 - Alcance da territorialidade da UNILA por meio da extensão, em 2021



Mapa 13 - Alcance da territorialidade da UNILA por meio da extensão, em 2022



A possibilidade de inserção simultânea em múltiplos territórios, bem como de conformação desses por meio da extensão, revela uma territorialidade universitária marcada pela multiplicidade, tanto territorial quanto experiencial (no âmbito do “vivido”). Essa simultaneidade de trânsitos e vivências entre diferentes territórios é um dos elementos que configuram aquilo que Haesbaert e Mondardo (2011) chamam de “multiterritorialidade” e “transterritorialidade”. De acordo com os autores, tais denominações podem ser compreendidas dentro de um movimento contínuo de trânsito, onde, grosso modo, a multiterritorialidade implica a transição de um território (ou territorialidade) a outro, enquanto a transterritorialidade “é a manifestação de uma multiterritorialidade em que a ênfase se dá no estar-entre, no efetivamente híbrido, produzido através das distintas territorialidades” (Haesbaert e Mondardo, 2011, p. 35). Nessa linha, continuam:

Transterritorialidade, assim, envolve não apenas o trânsito ou a passagem de um território ou territorialidade a outra, mas a transformação efetiva dessa alternância em uma situação nova, muito mais híbrida. Destaca-se a própria transição, não no sentido de algo temporário, efêmero e/ou de menor relevância, mas no sentido de “trânsito”, movimento e do próprio “atravessamento” e imbricação territorial – não um simples passar-por mas um estar-entre.

Essa transição de territórios/territorialidades se manifesta como uma relação de “fronteira”, nos entrecruzamentos e nas sobreposições de relações sócio-espaciais (Haesbaert e Mondardo, 2011, p. 35).

A ideia de “estar-entre” parece bem interessante no caso da UNILA, sobretudo por conta de sua localização e dos objetivos para os quais foi criada. Isso porque encontrar-se em um espaço tão singular como o de fronteira (e, ainda por cima, com a missão de promover a integração regional em nível internacional) pressupõe uma mobilidade transfronteiriça que a Instituição, como já vimos, não possui plenamente. No entanto, apesar das restrições impostas pelos limites político-territoriais estatais, percebemos sua presença marcante no espaço transfronteiriço (mesmo que somente em parte) através de suas ações, por intermédio das quais a Universidade se insere, vivencia e se conecta, simultaneamente, a múltiplos territórios. Tal fato contribui, efetivamente, para sua territorialização (no sentido de enraizamento territorial, a partir de relações que se estabelecem por identificação, uso ou apropriação de frações espaciais) e, por consequência, integração não apenas a esse espaço, mas também à sociedade nele existente.

Nesse sentido, tratamos da integração através da extensão universitária sob duas perspectivas: uma, em que a Universidade integra-se ao espaço sociogeográfico em que está inserida, por meio de sua territorialidade e trânsitos multiterritoriais; e outra, a partir da qual promove o próprio processo integrador latino-americanista. Acerca dessa última, cumpre mencionar o importante papel desempenhado pela extensão “unilera” no que se refere à realização de atividades voltadas para a comunidade. Por meio de suas ações, a UNILA contribui, gradualmente, para a democratização do conhecimento, para a difusão de valores como igualdade, solidariedade e respeito à diversidade, bem como para a superação de barreiras e construção de pontes simbólicas entre universidade e sociedade. Com isso, promove a integração sociocultural e o diálogo de saberes (tão necessários para o almejado processo de transformação social) em diferentes escalas, da local à internacional.

Aqui, é válido ressaltar que a prática extensionista constitui-se apenas em uma dimensão da universidade. A importância da UNILA para a fronteira trinacional composta por Argentina, Brasil e Paraguai perpassa pela extensão, mas, obviamente, não se resume a ela. Ao promover a integração através da educação, a Universidade contribui para a formação de profissionais atentos e sensíveis às questões latino-americanas em toda sua diversidade e complexidade, estimulando, assim, o estreitamento das relações políticas, econômicas, sociais e culturais entre os distintos países do continente. Nesse sentido, há uma valorização premente da cooperação internacional.

Ademais, além dos benefícios de longo prazo, a presença da UNILA na fronteira trinacional gera, de imediato, impactos positivos visíveis no contexto local. No âmbito econômico, a chegada de pessoas de diversas regiões do Brasil e do continente para trabalhar e estudar movimentam o comércio e o setor de serviços, em função do crescimento de demandas. No campo educacional, a oferta de cursos de extensão, graduação e pós-graduação de alta qualidade favorece a população, facilitando seu acesso ao ensino superior, já que se trata de uma Instituição Federal pública e gratuita. Na esfera da cultura, a Universidade promove e realiza diversas ações artístico-culturais, por meio de projetos e eventos voltados para a comunidade fronteiriça. Destaque-se, por fim, que a própria presença de estudantes e professores de diferentes países da América Latina contribui para o aumento da diversidade cultural local.

Por esses e outros motivos, afirmamos a importância da Universidade como política pública de Estado para o desenvolvimento local, integração regional e cooperação internacional, com todos os seus limites e potencialidades, com todas as suas qualidades e contradições, com todas as suas realidades (possíveis e almejadas). Dito isso, podemos finalizar esta seção a respeito da extensão da UNILA no contexto da fronteira trinacional e prosseguir para as considerações finais.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando propusemos a presente pesquisa, tínhamos como objetivo principal investigar a dinâmica de atuação da UNILA na fronteira trinacional formada por Argentina, Brasil e Paraguai. Para isso, fomos motivados tanto pelas questões oriundas de nossa prática laboral cotidiana na Pró-Reitoria de Extensão da Instituição, quanto pelas relativas à própria inserção dessa, ao longo dos anos, em um espaço tão diverso, múltiplo e multifacetado. Nossa escolha em realizar o estudo a partir da extensão se deu por entendermos esse elemento constituinte do famoso tripé universitário como um importante instrumento de aproximação da comunidade e de territorialização da universidade. Com isso em mente, buscamos identificar os espaços em que a UNILA se encontrava presente por meio de suas ações extensionistas, bem como delinear o alcance dessas, para compreender sua territorialidade.

Ao longo de nosso percurso, procuramos manter como horizonte uma perspectiva mais interdisciplinar, tanto em termos conceituais quanto contextuais, como forma de abordagem dos assuntos aqui tratados. Ao apresentarmos as discussões acerca de “espaço”, “território” e “fronteira”, trouxemos as diferentes concepções da ciência política, sociologia e geografia para fortalecer nosso embasamento teórico. Ao discorrermos sobre a conformação da fronteira trinacional, a ideia de “integração” e o processo de implementação da UNILA, lançamos mão da pesquisa nos campos da história, relações internacionais e educação - e assim também foi quando tratamos da extensão universitária, de sua gênese histórica e aspectos educacionais. O uso da cartografia como instrumento de análise da territorialidade da Universidade foi de fundamental importância para percebermos melhor a dinâmica espacial de suas ações extensionistas ao longo dos anos.

Durante a pesquisa, nos deparamos com alguns percalços metodológicos, que, embora tenham nos causado transtornos no início, foram muito úteis para aprimorar os procedimentos adotados. O levantamento de trabalhos anteriores junto ao Catálogo de Teses e Dissertações da Capes foi, particularmente, desafiador, em virtude do sistema de filtragem do mecanismo de busca disponível, que nos impôs certas dificuldades relacionadas ao volume elevado dos resultados,

conforme mencionamos no Capítulo 2. Ademais, o tempo exíguo para uma leitura mais aprofundada de todo o material levantado fez com que optássemos por deixar de fora alguns trabalhos.

A incompletude de informações básicas da extensão da UNILA também se constituiu em um obstáculo para análise que nos propusemos a realizar. A título de exemplo, citamos que não conseguimos obter, por diferentes motivos, os dados de todos os locais de realização de suas ações extensionistas, como já exposto no Capítulo 5. Além disso, não foi possível contabilizar o quantitativo total de pessoas atingidas pelas ações entre 2015-2022, visto que tal informação não se encontrava disponível para alguns anos do período (2016 e 2017, especificamente) nos relatórios anuais de gestão. Ainda assim, pode-se afirmar que as ações alcançaram, pelo menos, 1.271.379 pessoas, de acordo com esses mesmos relatórios. Trata-se de um número expressivo, porém incompleto.

No que diz respeito à extensão da UNILA no contexto da fronteira trinacional, compreendemos que medidas institucionais efetivas se fazem necessárias para contornar as barreiras existentes à mobilidade de suas ações no espaço transfronteiriço (uma medida mais imediata, porém não definitiva, seria a maior disponibilização de recursos financeiros para o fretamento de transporte). Como vimos, o exame de sua territorialidade revelou que a Universidade encontra-se regida, em determinados aspectos, pelas mesmas concepções de território e fronteira nas quais se sustenta o Estado nacional, o que, em nosso entendimento, acaba diminuindo seu raio de atuação. Ainda que tenha a integração regional como um de seus princípios basilares e esteja inserida em um ambiente em que a dinâmica social local é marcada por fluxos transfronteiriços intensos (políticos, econômicos, sociais e culturais), a Instituição encontra limitações a sua atuação para além das fronteiras brasileiras, ao menos no que se refere a suas ações extensionistas.

Vale mencionar que estamos cientes de que a UNILA também expressa sua territorialidade de outras formas (por meio do ensino, da pesquisa ou atividades voltadas ao aprofundamento de sua internacionalização). Contudo, em relação à extensão universitária, nosso entendimento é de que as limitações existentes à realização de suas ações para além das fronteiras nacionais prejudicam a plena consecução do objetivo de integração regional, previsto como missão institucional. Além do mais, com sua atuação prejudicada, a Universidade deixa de

estar presente em espaços considerados estratégicos para sua territorialização e enraizamento na comunidade.

Entendemos que a interação e o desenvolvimento de relações entre universidade e sociedade são fundamentais à produção de novos conhecimentos que podem contribuir para o combate à desigualdade social e a construção de uma sociedade mais justa, ética e democrática, conforme previsto na Política Nacional de Extensão Universitária. Essa Política, em sua diretriz intitulada 'Impacto e Transformação Social', reafirma a Extensão Universitária como um mecanismo onde se estabelece a inter-relação entre Universidade e outros setores da sociedade, "com vistas a uma atuação transformadora, voltada para os interesses e necessidades da maioria da população e propiciadora do desenvolvimento social e regional, assim como para o aprimoramento das políticas públicas", imprimindo-lhe, assim, um caráter essencialmente político (FORPROEX, 2012, P. 20). Portanto, fica explícito o papel essencial da extensão (e da própria instituição universitária como um todo) no projeto de transformação da sociedade.

Por fim, diante de tudo que foi exposto, salientamos que a extensão enquanto função acadêmica da universidade ocupa posição central no processo de inserção e territorialização da UNILA no espaço sociogeográfico da fronteira trinacional. Em nossa percepção, ainda que com algumas limitações quanto a seu alcance, a presença da instituição é positiva e necessária à região, tanto para o desenvolvimento quanto para a integração regional, nas mais variadas escalas. Acreditamos que a construção de uma sociedade mais justa perpassa por uma universidade mais atuante, que intervém na realidade tendo como horizonte sua transformação.

REFERÊNCIAS

ABI, Alex Dal Gobbo. **Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA):** Processos ideacionais de uma política pública. Orientador: Alexsandro Eugênio Pereira. 2019. 120 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7616405>. Acesso em: 10 abril 2024.

ACCIOLY, Cecília Bastos da Costa. Territorialidades e saberes locais: muros e fronteiras na construção do saber acadêmico. **Caderno CRH**, Salvador, v. 24, n. 63, p. 679–691, set./dez. 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-49792011000300014>. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ccrh/a/zcCBKkkFT8kNgQnPgCtdshy/?lang=pt>>. Acesso em: 08 abril 2024.

AGUILAR, Hugo Aboites. Universidades. *In*: JINKINGS, Ivana (coord.). **Latinoamericana: enciclopédia contemporânea da América Latina e do Caribe**. São Paulo: Boitempo, 2015. Disponível em: <<https://latinoamericana.wiki.br/verbetes/u/universidades>>. Acesso em: 21 novembro 2024.

ALBUQUERQUE, José Lindomar. A dinâmica das fronteiras: deslocamento e circulação dos “brasiguaios” entre os limites nacionais. **Horizontes antropológicos**, Porto Alegre, v. 15, n. 31, p. 137-166, jan./jun. 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-71832009000100006>. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/horizontesantropologicos/issue/archive>>. Acesso em: 03 abril 2025.

ALBUQUERQUE, José Lindomar. **A dinâmica das fronteiras: os brasiguaios na fronteira entre o Brasil e o Paraguai**. São Paulo: Annablume, 2010. 268 p.

ALBUQUERQUE, José Lindomar. Conflito e integração nas fronteiras dos “brasiguaios”. **Caderno CRH**, Salvador, v. 23, n. 60, p. 579–590, set./dez. 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-49792010000300009>. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ccrh/a/km4KGffFHYwrDFxtbkhBvNN/>>. Acesso em: 01 abril 2025.

ALBUQUERQUE, José Lindomar. **Fronteiras em movimento e identidades nacionais: a imigração brasileira no Paraguai**. Orientadora: Maria Auxiliadora Lemenhe. 2005. 265 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005. Disponível em: <<https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/1528>>. Acesso em: 03 abril 2025.

ALMEIDA, Larissa Rosevics de. **O Mercosul Educacional e a criação da UNILA no início do século XXI: por uma integração regional via educação**. Orientadora: Ingrid Piera Andersen Sarti. 2015. 149 f. Tese (Doutorado em Economia Política

Internacional) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/vi ewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2357254>. Acesso em: 10 abril 2024.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A questão do território no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2004. 135 p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 6023**: informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro: ABNT, 2018.

ASSOCIAÇÃO DAS UNIVERSIDADES DO GRUPO DE MONTEVIDÉU. **Apresentação**. Montevidéo: AUGM, 1991. Disponível em: <<http://grupomontevideo.org/site/institucional/presentacion/>>. Acesso em: 24 maio 2024.

BARTOLOMÉ, Miguel Alberto. Antropologia de las fronteras en America Latina. **AmeriQuests**, [s. l.], v. 2, n. 1, p. 1-17, mar. 2006. DOI: 10.15695/amqst.v2i1.41. Disponível em: <<https://ejournals.library.vanderbilt.edu/index.php/ameriquests/article/view/41>>. Acesso em: 14 outubro 2024.

BERNHEIM, Carlos Tünnermann. **La educación superior en el umbral del siglo XXI**. Caracas, Venezuela: CRESALC/UNESCO, 1996, 239 p.

BERTOLLETI, Vanessa Alves. **A educação superior como estratégia de integração regional**: o caso da UNILA. Orientador: Mário Luiz Neves de Azevedo. 2017. 200 f. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2017. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/vi ewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5035372>. Acesso em: 10 abril 2024.

BRACKMANN, Marta Maria. **Internacionalização da educação superior e política externa brasileira**: estudo da criação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Orientadora: Maria Izabel Mallmann. 2010. 270 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <<https://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/1994>>. Acesso em: 10 abril 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Presidência da República, [2023]. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 22 maio 2024.

BRASIL. **Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931**. Dispõe que o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferência, ao sistema universitário, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados, e que a organização técnica e administrativa das

universidades e instituída no presente decreto, regendo-se os institutos isolados pelos respectivos regulamentos, observados os dispositivos do seguinte estatuto das universidades brasileiras. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1931. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d19851.htm>. Acesso em: 13 dezembro 2024.

BRASIL. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007**. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Brasília: Presidência da República, 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm>. Acesso em: 07 junho 2024.

BRASIL. **Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001**. Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2001. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110260.htm>. Acesso em: 07 junho 2024.

BRASIL. **Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005**. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2005. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111096.htm>. Acesso em: 07 junho 2024.

BRASIL. **Lei nº 12.189, de 12 de janeiro de 2010**. Dispõe sobre a criação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2010. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112189.htm>. Acesso em: 07 junho 2024.

BRIGHENTI, Clovis Antonio. Memória e história guarani reveladas através de ação de extensão em região fronteira (Argentina, Brasil e Paraguai). **Revista Guará**, [s. l.], v. 6, n. 9, p. 119-133, 2018. DOI: 10.30712/guara.v6i9.15793. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/guara/article/view/15793>>. Acesso em: 01 abril 2025.

BRUZIGUESSI, Bruno. Os fundamentos da Doutrina de Segurança Nacional e seu legado na constituição do Estado brasileiro contemporâneo. **Revista Sul-Americana de Ciência Política**, v. 2, n. 1, p. 47-64, 2014. DOI: 10.15210/rsulacp.v2i1.3311. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/rsulacp/article/view/3311>>. Acesso em: 03 abril 2025.

CAMARGO, Fausto Fava de Almeida. **Possibilidades para a integração da educação superior**: conexões, nós e redes na territorialidade da tríplice fronteira Argentina, Brasil e Paraguai. Orientador: Mauro José Ferreira Cury. 2020. 239 f. Tese (Doutorado em Sociedade, Cultura e Fronteiras) – Centro de Educação, Letras e Saúde, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Foz do Iguaçu, 2020. Disponível em: <<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/vi>>

ewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10826407>. Acesso em: 10 abril 2024.

CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. A Paz de Vestfália: marco das relações internacionais. **Café História – história feita com cliques**. [s. l.], 29 jan. 2018. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/paz-de-vestfalia-marco>. Acesso em: 18 outubro 2024.

CASTRO, Iná Elias de. O problema da escala. *In*: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (org.). **Geografia: conceitos e temas**. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p. 117-140.

CASTRO, Thiago Gomes de; GOMES, William Barbosa. “Como sei que eu sou eu?” Cinestesia e espacialidade nas coferências husserlianas de 1907 e em pesquisas neurocognitivas. **Revista da Abordagem Gestáltica**, Goiânia, v. 17, n. 2, p. 123-130, dez. 2011. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-6867201100020002>. Acesso em: 08 outubro 2024.

CÉSPEDES BAHAMÓN, Pilar Cristina. **A dimensão territorial da universidade na América Latina**: evidencias representativas em Colômbia e Brasil. Orientadores: José Oswaldo Soares de Oliveira; Sandra Maria Fonseca da Costa. 2010. 127 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento, Universidade Vale do Paraíba, São José dos Campos, 2010. Disponível em: <<https://biblioteca.univap.br/dados/000003/00000339.pdf>>. Acesso em: 10 abril 2024.

CICHOSKI, Pamela; RUBIN-OLIVEIRA, Marlize. Universidade, território e participação social. **Revista Campo-Território**, Uberlândia, v. 17, n. 45, p. 24–53, jun. 2022. DOI: 10.14393/RCT174502. Disponível em: <<https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/66003>>. Acesso em: 08 abril 2024.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. **Apresentação**. Brasília: CNPq, 2014. Disponível em: <<https://www.gov.br/cnpq/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/institucional>>. Acesso em: 24 maio 2024.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. **O que é?** Brasília: CNPq, 2022. Disponível em: <<https://www.gov.br/cnpq/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/ciencia-sem-fronteiras/apresentacao-1/o-que-e>>. Acesso em: 24 maio 2024.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. **História e missão**. Brasília: CAPES, 2014. Disponível em: <<https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/historia-e-missao>>. Acesso em: 24 maio 2024.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço, um conceito-chave da Geografia. *In*: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (org.).

Geografia: conceitos e temas. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p. 15-47.

COUTO, Mia. **O bebedor de horizontes:** as areias do imperador: uma trilogia moçambicana, livro 3. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, 321 p.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade temporã:** o ensino superior, da Colônia à Era Vargas. 3. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2007. 305 p.

DERROSSO, Giuliano. Territórios, territorialidades e multiterritorialidades: A fronteira como elemento de análise. **Estudos Ibero-Americanos**, [s. l.], v. 48, n. 1, p. 1-15, jan./dez. 2022. DOI: 10.15448/1980-864X.2022.1.35678. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/35678>>. Acesso em: 08 abril 2024.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **A UNE em tempos de autoritarismo.** 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009. 191 p.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. Construindo aspectos teórico-metodológicos da pesquisa sobre Interdisciplinaridade. In: FAZENDA, Ivani Catarina Arantes (org.). **Dicionário em construção:** interdisciplinaridade. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002. p. 11-29.

FERRARI, Maristela. **Interações transfronteiriças na zona de fronteira Brasil-Argentina:** o extremo oeste de Santa Catarina e Paraná e a Província de Misiones (século XX e XIX). Orientadora: Leila Christina Dias. 2011. 445 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/95358>>. Acesso em: 18 outubro 2024.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Miniaurélio século XXI escolar:** O minidicionário da língua portuguesa. 4. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001. 790 p.

FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UEC, 2002. 127p. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=oB5x2SChpSEC&oi=fnd&pg=PA4&ots=OSQV0teoh3&sig=umvH7Q4ZX_7GFRSLDAfV1h7YcBE&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false. Acesso em: 31 julho 2024.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS. **Política Nacional de Extensão Universitária.** Manaus: FORPROEX, 2012. 40 p. Disponível em <<https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/2012-07-13-Politica-Nacional-de-Extensao.pdf>>. Acesso em: 13 janeiro 2024.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS. COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DA EXTENSÃO. **Avaliação da extensão universitária: práticas e**

discussões da Comissão Permanente de Avaliação da Extensão. Belo Horizonte: FORPROEX/CPAE; PROEX/UFMG, 2013. 165 p.

FREITAS NETO, José Alves de. A reforma universitária de Córdoba (1918): um manifesto por uma universidade latino-americana. **Ensino Superior Unicamp**, Campinas, n. 3, p. 64-72, jun. 2011. Disponível em: <<https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/pdf/8>>. Acesso em: 10 dezembro 2024.

FUINI, Lucas Labigalini. Território, territorialização e territorialidade: o uso da música para compreensão de conceitos geográficos. **Terr@Plural**, Ponta Grossa, v. 8, n. 1, p. 225-249, jan./jun. 2014. DOI: 10.5212/TerraPlural.v.8i1.0012. Disponível em: <<https://revistas.uepg.br/index.php/tp/article/view/6155>>. Acesso em: 02 setembro 2024.

GADOTTI, Moacir. **O Mercosul Educacional e os desafios do século 21.** Brasília: Inep, 2007. 46 p. Disponível em: <<https://emaberto.inep.gov.br/ojs3/index.php/td/article/download/3849/3540>>. Acesso em: 22 maio 2024.

GALLERO, Alvaro López. Las fronteras internas del Mercosur en proceso de desterritorialización. In: STROHAECKER, Tânia Marques *et al.* (org.). **Fronteiras e espaço global.** Porto Alegre: AGB-Seção Porto Alegre, 1998. 112 p.

GARRIDO, Maribel Arcos. **Universidad, territorio y desarrollo local: un análisis de la Universidad Autónoma de Barcelona.** Orientadora: Carme Miralles-Guasch. 2019. 356 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universitat Autònoma de Barcelona, Barcelona, 2019. Disponível em: <https://ddd.uab.cat/pub/tesis/2019/hdl_10803_667741/mag1de1.pdf>. Acesso em: 10 abril 2024.

GERMER, Claus Magno. O método materialista e dialético de Marx e Engels. **Germinal: marxismo e educação em debate**, Salvador, v. 12, n. 3, p. 45-76, out. 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.9771/gmed.v12i3.42063>. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/42063/24046>>. Acesso em: 02 outubro 2024.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 176 p.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. **Anais do IX Encontro Nacional da ANPUR**, v. 3, p. 1769-1777, mai. 2001. Disponível em: <<https://anpur.org.br/anais-do-ix-encontro/>>. Acesso em: 08 abril 2024.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: “do fim dos territórios” à multiterritorialidade.** 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. 400 p.

HAESBAERT, Rogério. Território e multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**, Niterói, v. 9, n. 17, p. 19-45, fev. 2007a. DOI:

<https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2007.v9i17.a13531>. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13531>>. Acesso em: 08 abril 2024.

HAESBAERT, Rogério; MONDARDO, Marcos. Transterritorialidade e antropofagia: territorialidades de trânsito numa perspectiva brasileiro-latino-americana. **GEOgraphia**, Niterói, v. 12, n. 24, p. 19-50, nov. 2010. DOI: <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2010.v12i24.a13602>. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13602>>. Acesso em: 08 abril 2024.

HEIDRICH, Álvaro. Vínculos Territoriais - Discussão teórico-metodológica para o estudo das territorialidades locais. **GEOgraphia**, Niterói, v. 19, n. 39, p. 29-40, jan./abr. 2017. DOI: <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2017.v19i39.a13784>. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13784>>. Acesso em: 08 abril 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades e Estados do Brasil**. S.l.: IBGE, 2022. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/foz-do-iguacu/panorama>>. Acesso em: 06 julho 2024.

INSTITUTO MERCOSUL DE ESTUDOS AVANÇADOS. COMISSÃO DE IMPLANTAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA. **A UNILA em construção**: um projeto universitário para a América Latina. Foz do Iguaçu: IMEA, 2009. 166 p. Disponível em: <<https://portal.unila.edu.br/institucional/arquivos/livro-unila-em-construcao.pdf>>. Acesso em: 10 junho 2024.

ITAIPU BINACIONAL. **Nossa história**. Foz do Iguaçu: Itaipu Binacional, [s.d.]. Disponível em: <<https://www.itaipu.gov.br/nossahistoria>>. Acesso em: 27 maio 2024.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário básico de filosofia**. 5. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008. 399 p.

KLAUSBERGER, Marcos Irineu. Entre tempos, identidades e (trans)territorialidades: fronteira Santana do Livramento (Br)-Rivera (UY). **Revista Territórios e Fronteiras**, [s. l.], v. 16, n. 2, p. 333–361, jul./dez. 2023. DOI: 10.22228/rtf.v16i2.1123. Disponível em: <<https://periodicoscientificos.ufmt.br/territoriosefronteiras/index.php/v03n02/article/view/1123>>. Acesso em: 08 abril 2024.

LABANCA, Marcos. **O encontro entre os rios Iguaçu e Paraná**. 2024. 1 fotografia. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/brasil/cidades/encontro-das-aguas-dos-rios-iguacu-e-parana-provoca-contraste-impressionante-veja-video,5fb6c59bfef03379dae3fb1448517fa71slfclru.html>>. Acesso em: 20 junho 2024.

LABANCA, Marcos. **Ponte Internacional da Amizade**. 2024. 1 fotografia. Disponível em: <<https://www.h2foz.com.br/seguranca-publica/homem-presos-haxixe-ponte-da-amizade/>>. Acesso em: 20 junho 2024.

LABANCA, Marcos. **Ponte Internacional Presidente Tancredo Neves**. 2023. 1 fotografia. Disponível em: <<https://www.h2foz.com.br/editorial/ponte-tancredo-neves-e-regiao-metropolitana-trinacional-a-integracao-pede-passagem/>>. Acesso em: 20 junho 2024.

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e política**. Tradução: Margarida Maria de Andrade e Sérgio Martins. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. 192 p.

LEFEBVRE, Henri. **La producción del espacio**. Madrid: Capitán Swing Libros, 2013. 451 p.

LOREA, Ion Martínez. Henri Lefebvre y los espacios de lo posible. *In*: LEFEBVRE, Henri. **La producción del espacio**. Madrid: Capitán Swing Libros, 2013. p. 7-28.

MARTINS, Dênis Valério. **A história da educação superior na América Latina e o desafio integracionista da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)**. Orientadora: Carmen Célia Barradas Correia Bastos. 2011. 98 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Comunicação e Artes, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2011. Disponível em: <<https://dspace.unila.edu.br/xmlui/handle/123456789/569>>. Acesso em: 10 abril 2024.

MARTINS, José de Souza. O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. **Tempo Social**, São Paulo, v. 8, p. 25-70, mai. 1996. DOI: <https://doi.org/10.1590/ts.v8i1.86141>. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ts/a/87HYbTyy3WqHHt49HTWJNJb/?lang=pt#>>. Acesso em: 21 outubro 2024.

MERCADO COMUM DO SUL. **O que é o Setor Educacional do Mercosul**. Montevideu: MERCOSUL, 1991. Disponível em: <<https://edu.mercosur.int/pt-br/institucional/o-que-e.html#>>. Acesso em: 06 junho 2024.

MIDDLEJ, Moema Maria Badaró Cartibani. **Universidade e região: territorialidade da Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC**. Orientadores: Marli Geralda Teixeira; Luiz Felipe Peret Serpa (*in memoriam*). 2004. 273 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/handle/ri/10615>>. Acesso em: 10 abril 2024.

MINISTÉRIO DA DEFESA. **Projeto Rondon – Nossa história**. Brasília: Ministério da Defesa, 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/projeto-rondon/conheca>>. Acesso em: 27 dezembro 2024.

MONDARDO, Marcos. Sujeitos em trânsito identitário na América Latina: da territorialidade moderna-ocidental ao devir de territorialidades pós-coloniais.

Contribuciones a las Ciencias Sociales, jul. 2012. Disponível em: <<https://www.eumed.net/rev/cccss/21/>>. Acesso em: 24 outubro 2024.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Território e história no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Anna Blume, 2008. 154 p.

ODERICH, Cecília Leão; BALDI, Mariana. Transformando o território: a importância da universidade de integração latino-americana para a cultura na tríplice fronteira Brasil-Paraguai-Argentina. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 25, p. 1-17, dez. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782020250059>. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/5G5q4Xst8B3yVxJHKPgt9Cc/?lang=pt>>. Acesso em: 08 abril 2024.

OLIVEIRA, Osmarina de; BRIGHENTI, Clovis Antonio. O esbulho do território dos Guarani paranaenses na segunda metade do século XX: entre ditaduras, violências e resistências. In: LINO, Jaisson Teixeira; BRIGHENTI, Clovis Antonio; WIJK, Flávio Braune (org.). **História indígena no Sul do Brasil, século XX: novos estudos nos campos de saberes decoloniais**. Naviraí, MS: Aranduká, 2022. p. 223-242.

PAULA, João Antônio de. A extensão universitária: história, conceito e propostas. **Interfaces - Revista de Extensão da UFMG**, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 5-23, nov. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistainterfaces/article/view/18930>. Acesso em: 12 novembro 2024.

PONTES, Suelen Alexandre. **As perspectivas das epistemologias contra-hegemônicas do ensino superior na tríplice fronteira**: um estudo da Unila (Universidade Federal da Integração Latino-Americana). Orientador: Maurício Silva. 2019. 157 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=76550820>. Acesso em: 10 abril 2024.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução: Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993. 269 p.

REISDORFER, Thiago. Uni-la. **Fronteiras: Revista Catarinense de História**, Chapecó, n. 29, p. 85-106, jan./jun. 2017. DOI: <https://doi.org/10.36661/2238-9717.2017n29.7611>. Disponível em: <<https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/FRCH/article/view/7611>>. Acesso em: 08 abril 2024.

RIBEIRO, Darcy. **La universidad nueva: un proyecto**. Caracas, Venezuela: Fundación Biblioteca Ayacucho, 2006. 171 p. Disponível em: <<https://repositorio.esocite.la/323/>>. Acesso em: 06 dezembro 2024.

RIBEIRO, Fabrício Américo. **Estratégia geoducacional na cooperação sul-sul: uma análise dos projetos das Universidades de Integração Internacional – UNILA e UNILAB**. Orientador: Christian Dennys Monteiro de Oliveira. 2016. 238 f. Tese

(Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/vi ewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=4533781>. Acesso em: 10 abril 2024.

RICOBOM, Gisele. UNILA: a contribuição do ensino para a integração da América Latina. **Ideação**, [s. l.], v. 12, n. 1, p. 67–78, 2010. DOI: 10.48075/ri.v12i1.5022. Disponível em: <<https://e-revista.unioeste.br/index.php/ideacao/article/view/5022>>. Acesso em: 10 junho 2024.

ROSEIRA, Antonio Marcos. **Foz do Iguaçu**: cidade rede sul-americana. Orientador: Wanderley Messias da Costa. 2006. 171 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-18062007-152226/pt-br.php>>. Acesso em: 06 junho 2024.

SANTOS, Eduardo. Internacionalização da educação superior nos marcos da integração regional da América Latina: o caso da Universidade Federal da Integração Latino-Americana. **EccoS – Revista Científica**, [s. l.], n. 42, p. 57–84, jan./abr. 2017. DOI: 10.5585/eccos.n42.6867. Disponível em: <<https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/6867>>. Acesso em: 8 abril 2024.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001. 174 p.

SANTOS, Milton. **O País distorcido**: o Brasil, a globalização e a cidadania. São Paulo: Publifolha, 2002. 221 p.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2012. 120 p.

SILVA, Micael Alvino da. **Breve história de Foz do Iguaçu**. Foz do Iguaçu: Epígrafe, 2014. 150 p.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. A pesquisa científica. *In*: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 31-42. *E-book* (120 p.). (Série Educação a Distância). Disponível em: <https://cesad.ufs.br/ORBI/public/uploadCatalogo/09515320042012Pratica_de_Pesq uisa_I_Aula_1.pdf>. Acesso em: 17 abril 2024.

SOUCHAUD, Sylvain. A visão do Paraguai no Brasil. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 1, p. 131-153, dez. 2011. Disponível em: <https://contextointernacional.iri.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inoid=548&post%5Fdata=user%3Dnil%26UserActiveTemplate%3Dnil%26sid%3D75&sid=75>. Acesso em: 02 abril 2025.

SOUSA, Ana Luiza Lima. **A história da extensão universitária**. 2. ed. Campinas, SP: Alínea, 2010. 138 p.

SOUZA, Angela Maria de; BARBOSA, Fernando Cesar Mendes. Extensão: o papel da universidade na intermediação com a comunidade. *In*: LIMA, Manolita Correia; ASSUMPÇÃO, Solange Rodrigues Bonomo; PROLO, Ivor; VIEIRA, Rosilene Carla (org.). **Narrando experiências formativas que valorizam pessoas, culturas e projetos no ambiente universitário**: o caso da UNILA. Foz do Iguaçu: EDUNILA, 2020. p. 45-61.

SOUZA, Angela Maria de; PEREIRA, Noemi Ferreira Felisberto. Escrevendo os caminhos da extensão universitária na UNILA. **Revista Brasileira de Extensão Universitária**, Chapecó, v. 6, n. 2, p. 77-85, dez. 2015. DOI: 10.36661/2358-0399.2015v6i2.2062. Disponível em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/RBEU/article/view/2062>. Acesso em: 31 março 2025.

STOECKL, Bianca Petermann. **As universidades de integração brasileiras (2003-2010)**: entre a política externa e a adaptação às agendas internacionais para a educação superior. Orientadora: Paula Daniela Fernández. 2022. 175 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2022. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=13507085>. Acesso em: 10 abril 2024.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987. 175 p.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: DIFEL, 1983. 250 p.

TURNER, Frederick Jackson. **The frontier in american history**. New York: Henry Holt and Company, 1921. 285 p. Disponível em: <<https://www.gutenberg.org/ebooks/22994>>. Acesso em: 21 outubro 2024.

UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES. Declaração da Bahia – I Seminário Nacional de Reforma Universitária. *In*: FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **A UNE em tempos de autoritarismo**. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009. 191 p.

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA. **Estatuto**. Redenção, CE: UNILAB, 2020. Disponível em: <<https://unilab.edu.br/wp-content/uploads/2020/12/Estatuto-Unilab-Dez.2020.pdf>>. Acesso em: 10 junho 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **A instituição**. Chapecó: UFFS, 2009. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/institucional/a_uffs/a_instituicao/apresentacao>. Acesso em: 07 junho 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA. **Estatuto**. Foz do Iguaçu: UNILA, 2012. Disponível em: <<https://atos.unila.edu.br/atos/estatuto-9166>>. Acesso em: 15 fevereiro 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA. **Foz do Iguaçu.** 2017. 1 fotografia. Disponível em: <<https://portal.unila.edu.br/institucional/fronteira-trinacional>>. Acesso em: 20 junho 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA. **Painel integrado de indicadores e informações institucionais.** Foz do Iguaçu: UNILA, 2025. Disponível em: <<https://divulga.unila.edu.br/painelintegrado/>>. Acesso em: 28 março 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA. **Relatório de gestão do exercício de 2015.** Foz do Iguaçu: UNILA, 2016. Disponível em: <<https://portal.unila.edu.br/institucional/relatorios>>. Acesso em: 07 fevereiro 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA. **Relatório de gestão do exercício de 2016.** Foz do Iguaçu: UNILA, 2017. Disponível em: <<https://portal.unila.edu.br/institucional/relatorios>>. Acesso em: 07 fevereiro 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA. **Relatório de gestão do exercício de 2017.** Foz do Iguaçu: UNILA, 2018. Disponível em: <<https://portal.unila.edu.br/institucional/relatorios>>. Acesso em: 07 fevereiro 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA. **Relatório de gestão integrado do exercício de 2018.** Foz do Iguaçu: UNILA, 2019. Disponível em: <<https://portal.unila.edu.br/institucional/relatorios>>. Acesso em: 07 fevereiro 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA. **Relato integrado de gestão 2019.** Foz do Iguaçu: UNILA, 2020. Disponível em: <<https://portal.unila.edu.br/institucional/relatorios>>. Acesso em: 07 fevereiro 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA. **Relatório integrado de gestão 2020.** Foz do Iguaçu: UNILA, 2021. Disponível em: <<https://portal.unila.edu.br/institucional/relatorios>>. Acesso em: 07 fevereiro 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA. **Relatório integrado de gestão 2021.** Foz do Iguaçu: UNILA, 2022. Disponível em: <<https://portal.unila.edu.br/institucional/relatorios>>. Acesso em: 07 fevereiro 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA. **Relatório integrado de gestão 2022.** Foz do Iguaçu: UNILA, 2023. Disponível em: <<https://portal.unila.edu.br/institucional/relatorios>>. Acesso em: 07 fevereiro 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA. **Resolução nº 37, de 07 de dezembro de 2021.** Institui a Política de Extensão da Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Foz do Iguaçu: UNILA, 2021. Disponível em: <<https://atos.unila.edu.br/atos/resolucao-n-ordm-37-2021-consun-1318>>. Acesso em: 17 janeiro 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS. **História**. Manaus, AM: UFAM, [s.d.]. Disponível em: <<https://www.ufam.edu.br/historia.html>>. Acesso em: 13 dezembro 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ. **UFOPA 10 anos: Concepção Estruturação Implantação**. Santarém, PA: UFOPA, 2013. Disponível em: <<https://www.ufopa.edu.br/media/file/site/ufopa/documentos/2022/6570e6ef26bb3f64d69e3c095c642be4.pdf>>. Acesso em: 07 junho 2024.

UNIVERSIDADE HUMBOLDT DE BERLIM. **Breve história**. Berlim: Universidade Humboldt de Berlim, 2005. Disponível em: <https://www.hu-berlin.de/en/about/history/huben_html>. Acesso em: 13 novembro 2024.

VARGAS, Fábio Aristimunho. **Formação das fronteiras latino-americanas**. Brasília: FUNAG, 2017. 640 p.

ZUCK, Débora Villetti. **A integração da América Latina e a formação da UNILA**. Orientador: Sérgio Eduardo Montes Castanho. 2021. 465 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2021. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11169042>. Acesso em: 10 abril 2024.